



REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 047/2022-CI/CSA

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, neste Centro, e no site www.csa.uem.br, no dia 13/02/2023.

Aprova o novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Campus Maringá e Cianorte.

Samarina de Abreu Bonatto, Secretária.

Considerando o contido no inciso XXI do Artigo 48 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá;

Considerando o contido no E-protocolo nº 19.025.129-2;

Considerando a aprovação na 445ª Reunião do Departamento de Ciências Contábeis em 24/03/2022;

Considerando o contido no Ofício nº 019/2022-ACO;

Considerando a aprovação no Conselho Acadêmico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis;

Considerando decisão do Conselho Interdepartamental em sua 120ª reunião,

nesta data.

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS APROVOU E EU, DIRETORA, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Campus Maringá e Cianorte, quanto aos aspectos didático-pedagógicos, a vigorar para os alunos ingressantes a partir do ano letivo de 2023, conforme Anexo, que é parte integrante desta Resolução, com as seguintes mudanças efetuadas:

- 1) Alterações das disciplinas UCE para 2023: a) Contabilidade Aplicada ao Agronegócio; b) Auditoria e Perícia Contábil; c) Controladoria; d) Contabilidade e Análise de Custos; e) Gestão de Custos em Serviços de Saúde; f) Empreendedorismo e Marketing de Serviços Contábeis; g) Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade; h) Relato Integrado; i) Contabilidade Socioambiental; j) Processo Orçamentário, Controle e Transparência Governamental.
- 2) Regulamentos de Estágio, TCC, AAC e Extensão;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA. CUMPRA-SE.

Maringá, 1º de julho de 2022.

Prof^a. Dr^a. Gisele Mendes de Carvalho, **Diretora**.





.Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 02



ESTADO DO PARANÁ Universidade Estadual de Maringá Pró-Reitoria de Ensino



Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Ciências Contábeis Câmpus Sede e Cianorte

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE GRADUAÇÃO
em Ciências Contábeis

Versão 2022





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Núcleo Docente Estruturante/Proponente do Projeto							
		ente Estruturante do	Curso de Ciências C	ontábei	s – Gestão		
2020/20	022			>			
	Professora Dra	a. Joyce Menezes da Fons	eca Tonin- Presidente;				
	Professor Dr.	Ângelo Alves da Silva;	55				
	Professora Dr	a. Evelini Lauri Morri Garc	ia;				
	Professor M	e. Marco Antonio Bisca M	liguel;				
	Professor M	e. Nilson Facci;					
	Professon Dr	. Roberto Rivelino Martin	s Ribeiro				
	A CL		MZ	+			
1. IDENT	TFICAÇÃO		3/2) •			
			200	•			
1.1. Curs	o: Ciências Contál	peis					
Hab	ilitação: Bacharelado	853	\$ Z	,			
Ênfa	ase/Opção:	\$ 12 E	25	,			
Área	a: Ciências Sociais A	plicadas		,			
	عالم		N/s				
1.2. Órgâ	ios de Vinculação	e Local de Oferta do Curs	0 2				
Cer	ntro: Ciências Socia	ais Aplicadas	1 In the second				
Dep	partamento: Ciência	as Contábeis	EM SE				
Câr	npus: Sede e Cam	pus Regional de Cianorte	MAC				
			Who have				
1.3. Turn	o de Funcionamen	to e Oferta Semanal	34				
Matutino	Vespertino	Integral: Matutino/Ves- pertino	Integral: Vespertino/No- turno	Noturno	EAD		
X		рогино	tarrio	Х			
	egunda a Sexta egunda a Sexta e Sá	bado Matutino e Vespertino	Segunda a Sexta e Segunda a Sexta e		•		



Atos

Decreto

Órgão

Presidência da República

Universidade Estadual de Maringá Centro de Ciências Sociais Aplicadas



Publicação: Órgão/Data

DOU, de 21/09/1976, seção

...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 04

1.4. Número	de Va	gas							
Matutino	Vespe	ertino	Integral: Matutin	o/Ves-		egral: Vesper- ino/Noturno	Noturno	EAD	TOTAL
40	0		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				120		160
			Der	monstrat	ivo de V	'agas			
PAS:	32		Indi	ígenas:				SISU	16
Cotas	32			Negros	25	Professores	da Educaçã	ăn Básica	
Sociais:	3		(Pretos e P		23	1 1016330163			
Deficientes:	7		Refugiados e Imig		1 / 1		Vagas U	niversais	: 55
Prevê Prova	Prevê Prova de Habilitação Específica? Sim X Não								
	Qtd.		litações/Opções/Êr		100				
Linhas de	1		ne de Suficiência	dò	100 m				
Formação		CFC		7972 -	7777	3			
_		08	- 44	13 34	dell be	72	4		
	Qtd./	Polo	n) Ame	7	7	\sim		
EAD	Qiu.	FOIG	-7	2.3/11/6		- \$	32		
LAD	-	(7)	7		8	10 3			
	5				P		nye.		
1.5. Regime	Acadê	mico	de Oferta do Cur	so	5	3 3	13		
[X] Seria	do Anua	ic.		8	a [] Créditos	37		
	1343	MY X	3	(3)		A	3/2		
1.6. Grau Ad	radêmi	on do	Curso	1	1	3	N		
	enciado	~~		[a	Formoo	ão Pedagógica	1		
		10 PV	^	/ / /					
	acharel		3 2		7	ão Específica da F		1 40 1 1	
[] Lic	enciado	e Bad	charel	1 1/		na de Formação D	ocente:[1 ^a Li-	
[]Te	cnólogo	550	6 45	(cenciat	[] 2º Licencia	tura		
			Campo de Sa-	[]4	3 8	A MAS			
[]c	r nor Ca	nai poi nmoler	nentação de Es-	7 1 7	37	PINE			
	•	JIIPIGI	iliciliação de Es			W KO			
tut	tudos								
1.7. Modalidade de Oferta do Curso									
LVID	[X] Presencial								
[X]Pres	senciai			3	LAD	stancia			
1.8. Atos Legais de Regulação: CAMPUS SEDE									
1.8.1. Autorização\Criação									
Atos			Órgão	No		Data	Publicac	rão: Óra:	ão/Data
001/1/54 07/70 00/10/1070									
- Rosolução	Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ==========								
	-								
1.8.2 R	1.8.2. Reconhecimento								

78.440

Data

20/09/1976





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	1.8.3. Renova	ção de Reconhecimen	to		
Decreto Estado/PR 2049/11 20/07/2011 DOE n° 8511, de 20/07/2011. Portaria SETI/PR 026/21 16/03/2021 DOE n° 10896, de 18/03/2021. Prazo da Renovação: 5 Años Vigência: de 21/07/2021 a 20/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Año Órgão Conceito Informações 2018 MEC/INEP 4 Enade 1.8.1. Autorização (Chação Afos Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	Atos	Órgão	No	Data	Publicação: Órgão/Data
18/03/2021. 18/03/2021. 18/03/2021. 19 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI)					DOE nº 8511, de
1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Orgão Conceito Informações MEC/INEP 4 Enade 1.8. Atos Legais de Regulação: CAMPUS REGIONAL DE CIANORTE 1.8.1. Autorização Criação Atos Orgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	Portaria	SETI/PR	026/21	16/03/2021	DOE nº 10896, de
Ano Orgão Conceito Informações	Prazo da Renovação	o: 5 Anos	17	/igência: de 21/07	7/2021 a 20/07/2026.
1.8. Atos Legais de Regulação: CAMPUS REGIONAL DE CIANORTE 1.8.1. Autorização Criação Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	1.9 Histórico d	le Avaliação Externa de	o Curso (MEC/II	NEP: ENADE/C	PC;SETI)
1.8. Atos Legais de Regulação: CAMPUS REGIONAL DE CIANORTE 1.8.1. Autorização Criação Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	Ano	Órgão	Conceito	Informações	
1.8. Atos Legais de Regulação: CAMPUS REGIONAL DE CIANORTE 1.8.1. Autorização\Criação Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================			4 34	5. 1007	1.
Atos Órgão № Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================		ALE INTERPRETATION	CITE		33
Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	1.8. Atos Legais de	e Regulação: CAMPUS	REGIONAL D	E CIANORTE	
Resolução COU/UEM 07/72 30/10/1972 ====================================	1.8.1. Autoriza	ıção∖Criação	115	2 3	\$12
1.8.2. Reconhecimento Atos Órgão № Data Publicação: Órgão/Data Portaria MEC 820/91 23/05/1991 DOU, de 24/05/1991, seç 1.8.3. Renovação de Reconhecimento Atos Órgão № Data Publicação: Órgão/Data Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/20. Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações					Publicação: Órgão/Data
Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Portaria MEC 820/91 23/05/1991 DOU, de 24/05/1991, seç 1.8.3. Renovação de Reconhecimento 1.8.3. Renovação de Reconhecimento Publicação: Órgão/Data Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/202 Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações	Resolução	COU/UEM	07/72	30/10/1972	W (2
Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Portaria MEC 820/91 23/05/1991 DOU, de 24/05/1991, seç 1.8.3. Renovação de Reconhecimento 1.8.3. Renovação de Reconhecimento Publicação: Órgão/Data Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/202 Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações	1.9.2 Poconh	ocimento	7.7	1 8	
Portaria MEC 820/91 23/05/1991 DOU, de 24/05/1991, seç 1. 1.8.3. Renovação de Reconhecimento Atos Orgão № Data Publicação: Órgão/Data Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/202 Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações		10			36
Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/202 Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações					Publicação: Orgão/Data DOU, de 24/05/1991, seção
Atos Órgão Nº Data Publicação: Órgão/Data Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/202 Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações		ale all	13	M	
Decreto Estado/PR 1866/11 01/07/2011 DOE nº 8498, de 01/07/2011. Portaria SETI/PR 021/21 16/03/2021 DOE nº 10896, 18/03/202 Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações	1.8.3. Renova	ção de Reconhecimen	le si	2 Wis	\$
Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações	Atos				
Prazo da Renovação: 5 Anos Vigência: de 02/07/2021 a 01/07/2026. 1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações	Decreto		1866/11	01/07/2011	01/07/2011.
1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI) Ano Órgão Conceito Informações	Portaria	SETI/PR	021/21	16/03/2021	DOE nº 10896, 18/03/2021.
Ano Órgão Conceito Informações	Prazo da Renovação	o: 5 Anos	3	Vigência: de 02/0	7/2021 a 01/07/2026.
	1.9 Histórico de Avaliação Externa do Curso (MEC/INEP: ENADE/CPC;SETI)				
	Ano	Óraão	Conceito	Informações	





	Resolução nº 047/2022-CI/CSA fls. 06							
2.	2. BASE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E EXERCÍCIO PROFISSIONAL							
2.	1. Legislação Federal Refere	nte à Orga	anização Curricul	ar				
	2.1.1. Legislação COMUN	A TODO	S OS CURSOS					
A	to/Órgão	No	Data	Ementa				
	úmula CFE	03	21/11/1991	Estabelece que não há direito adquirido a				
		130	5-	currículos, tanto por parte do aluno quanto da escola.				
	Decreto Federal	5.296	02/12/2004	Regulamenta a Lei nº 10.048/2000 (atendi-				
			大	mento prioritário) e Lei nº 10.098/2000, que				
				dispõem sobre normas gerais e critérios bá-				
			THOS BANK	sicos para a promoção da acessibilidade de				
		4/		pessoas portadoras de deficiências ou com				
	B	0.000	20/40/4000	mobilidade reduzida.				
	Decreto Federal	3.298	20/12/1999	Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 que dispõe				
				sobre a política nacional para integração da				
	Decreto Federal	6949	25/08/2009	pessoas portadora de deficiência. Convenção Internacional sobre os Diretiso				
	Decreto Federal	0949	25/06/2009	da Pessoa com Deficiência.				
	Decreto Federal	7.611	17/11/2011	Dispõe sobre a educação especial.				
				27				
	Lei Federal	12.764	27/12/2012	Dispõe dos Direitos da Pessoa com Trans-				
	KARIA			tornodo Espectro Autista.				
	Lei Federal	7.853	24/10/1989	Apoio a pessoas portadoras de deficiência esua integração.				
is.	Lei Federal	10.048	08/11/2000	Atendimento prioritário a pessoas queespecifica.				
Especiais	Lei Federal	10.098	19/12/2000	Normas gerais e critérios básicos para a pro-				
) ge	G () () ()	1	1/1/1	moção da acessibilidade de pessoas porta-				
		1 2	1. 1 / 21	doras de deficiências ou com mobilidade re-				
les	26.0	2	335.	duzida.				
gac	Lei Federal	13.146	06/07/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa				
ssi	135-7	270		com Deficiência (Estatuto da Pessoa com				
ecessidades	Lei Federal	10.436	24/04/2002	Deficiência).				
Se	Lei Federal	19.430	24/04/2002	Língua Brasileira de Sinais - Libras				
	Lei Estadual	18.419	07/01/2015	Estatuto da Pessoa com Deficiência do				
				Estado do Paraná				
	Portaria MEC	3.284	07/11/2003	Requisitos de acessibilidade de pessoas				
	•	•.	31.11,2000	portadoras de deficiências, para instruir os				
				processos de autorização e de reconheci-				
				mentode cursos, e de credenciamento de				
				instituições.				
	INEP: Referenciais de Acessi-		Julho/2013	Acessibilidade na Educação Superior e a				
	bilidade			Avaliação in Loco do Sistema Nacional de				
				Avaliação da Educação Superior (Sinaes)				
	Lei Estadual	20443	17/12/2020	Ingresso de pessoas portadoras de deficiên-				
	Loi Loidadai	20770	11/12/2020	cia nas instituições estaduais de educação				
				superior				
1								





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

	Doutouis MEC	4 700	07/40/4004	Dian a cabas a saccasidada da casaslassas
	Portaria MEC	1.793	27/12/1994	Dispõe sobre a necessidade de complemen-
				tar os currículos de formação de docentes, e outros profissionais que interagem com por-
				tadores de necessidades especiais e dá ou-
				tras providências.
	Decreto Federal	5.626	22/12/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/4/ 2002,
	Decreto i ederal	3.020	22/12/2003	que dispõe sobre a Língua Brasileira de
				Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098,
				de 19/12/2000.
			~	de 13/12/2000.
	Deliberação CEE	002	15/09/2016	Dispõe sobre as Normas para a Modali-
	Boilbord Que OLL		10/00/2010	dade
			7 1 SC	Educação Especial no Sistema Estadual de
	Q			Ensino do Paraná.
Res	solução CNE/CES	03	02/07/2007	Procedimentos a serem adotados quanto
	•	W/		aoconceito de hora-aula, e dá outras provi-
	2/0	4	774 Y 347M	dências
Lei	Federal	11.788	25/09/2008	Dispõe sobre o Estágio de Estudantes que
	训生用			estejam frequentando o ensino regular em
			8	instituições de educação superior, de edu-
			1 6	cação profissional, de ensino médio, da edu-
	经记录			cação especial e dos anos finais do ensino
				fundamental, na modalidade profissional da
	36			educação de jovens e adultos.
Del	iberação CEE CP	002	06/03/2009	Normas para a organização e a realização
			200	de Estágio obrigatório e não obrigatório na
	EN3		(-',	Educação Superior.
	ecer CNE/CES	416	08/11/212	Estágio no Exterior
Par	ecer CNE/CES	150	14/02/2019	Estágio no Exterior
	Lei Federal	9.795	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui
ल	CILLA	00450	05/00/0000	aPolítica Nacional de Educação Ambiental.
ent	Decreto Federal	4.281	25/06/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui
igi	Resolução CNE CP	02	15/06/2012	a Política Nacional de Educação Ambiental. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacio-
Α	Resolução CIVE CP	02	15/00/2012	nais para a Educação Ambiental.
ão	Lei Estadual	17505	11/01/2013	Estabelece Políticas de Educação Ambiental
Educação Ambiental	Lei Estaduai		11701/2013	para o Estado.
ηp	Deliberação CEE CP	04	12/11/2013	Estabelece normas estaduais para a Educa-
ш		(2)33	7	çãoAmbiental no Sistema Estadual de Ensino
				do Paraná.
	Parecer CNE CP	008	03/03/2012	Diretrizes Nacionais Para a Educação em
Soc				Direitos Humanos.
nar	Resolução CNE/CP	01	30/05/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Edu-
Direitos Humanos				cação em Direitos Humanos.
SS F	Deliberação CEE CP	02	13/04/2015	Estabelece normas estaduais para a Educa-
eitc	- -			çãoem Direitos Humanos no Sistema Esta-
ä				dual de Ensino do Paraná.
Por	taria MEC	2.117	06/12/2019	Oferta de carga horária na modalidade EAD
- 01	tana IVILO	Z.111	00/12/2013	em cursos de graduação presenciais (sis-
				tema federal, mas inclusa no Instrumento de
				Avaliação do Estado)
Del	iberação CEE	003	14/05/2021	Oferta de carga horária na modalidade de
		300	, 55, 252 1	Educação a Distância - EaD em cursos de
1				graduação presenciais (Legislação Base:
				Portaria MEC 2117/2019)
			ı	- ···· - · · · · - · - · · · · · · · ·





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Portaria MEC	040	12/12/2007	Institui o EMEC e define a exigência de dis- ponibilização das informações acadêmicas na forma impressa e virtual. (vide atualiza- ções)
Resolução MEC/CONAES	01	17/06/2010	Normatiza a criação do Núcleo DocenteEstruturante - NDE
Resolução CNS	466	12/12/2012	Normas para a pesquisa envolvendo seres humanos
Resolução CONCEA	Diversas		Critérios e Procedimentos para Credencia- mento Institucional para atividadescom ani- mais em ensino ou pesquisa. Acesso: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/open- ems/institucional/concea/paginas/legisla- cao.html
Lei Federal	11005	24/03/2005	Normas de Segurança, Conselho Nacional de Biossegurança
Resolução CNS	510	07/04/2016	Normas aplicáveis a pesquisas em Ci- ências Humanas e Sociais
Deliberação CEE	004	02/08/2006	Normas complementares às Diretrizes Curri- culares Nacionais para a Educação das Re- lações Étnico-Raciais e para o ensino de His- tória e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Parecer CEE CES	032	06/04/2017	Atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e das Deliberações CEE/PR nº 04/13 e nº 07/06 e Educação Ambiental.
Deliberação CEE	006	09/11/2020	Normas para regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos
Portaria MEC	1715	02/10/2019	Classificação de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica no CINE BRASIL
Parecer CNE/CES	854	07/12/2016	Dupla Formação: Bacharelado e Tecnologia
Parecer CNE/CES	804	05/12/2018	Alterações em grade curricular dos cursos de graduação
Decreto Federal	8752	09/05/2016	Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica
Decreto Federal	3276	06/12/1999	Formação em nível superior de professores para atuar na educação básica
Lei Federal	10861	14/04/2004	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES
Parecer CNE/CES	854	07/12/2016	Dupla Formação Tecnólogo e Bacharel
Lei Federal	9.394	20/12/1996	Artigo 66: Titulação corpo Docente
Parecer CEE/CES	070	14/07/2021	Apostilamento e Dupla Habilitação
Parecer CNE/CES	302	0404/2019	Oferta de Bacharelado e Licenciatura
Lei Estadual	13.134	19/04/2001	Reserva de Vagas para População indígena.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Lei Estadual	14.995	09/01/2006	Reserva de Vagas para População indígena.
Lei Federal	12089	11/11/2009	Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.
Lei Federal	13005	25/06/2014	Plano Nacional de Educação
Portaria MEC	20	21/12/2017	Sistema EMEC

	The same	1 8-5	
2.1.2. Legislação Específ	ica para B	ACHARELADOS	
Ato/Òrgão	No	Data	Ementa
Resolução CNE/CES	02	18/07/2007	Dispõe sobre o tempo de integralização, e carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (Em Processo de atualização conforme Parecer CNE/CES nº 441/2020 – Aguardando Homologação)
Resolução CNE/CES: Para área da Saúde	04	06/04/2009	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização eduração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. (Em Processo de atualização conforme Parecer CNE/CES nº 441/2020 – Aguardando Homologação)
Lei Federal Para MEDICINA	12.871	22/10/2013	Define a garantia de no mínimo 30% dos estágios supervisionados nas áreas de Medicina Geral de Família e Comunidade e na Urgência e Emergência. Oferta, própria ou conveniada, de Programas de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade paratodos os egressos do curso de graduação.
Resolução CNE/CES Para MEDICINA	003	20/06/2014	DCN Medicina: destinação de 35% da carga horária dos cursos de graduação em Medi- cina para a realização de estágios supervisi- onados
Portaria Interministerial MS/MEC Para MEDICINA	1.124	04/08/2015	Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES
Portaria Interministerial MS/MEC Para MEDICINA	285	24/03/2015	Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

	2.1.3. Legislação Específic	ca para LI	CENCIATURAS	
A	to/Òrgão	No	Data	Ementa
	Lei Federal	10.436	24/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS.
LIBRAS	Lei Federal	12.319	1º/9/2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Interprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
	Decreto Federal	5.626	22/12/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/4/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000.
	Lei Federal	10.639	09/01/2003	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de
ais e	a e Africana			1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências.
Étnico-raci	Ontra Afro-Brasileira on Praesileira	03	10/03/2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira eAfricana.
Relações	Resolução CNE/CP	01	17/06/2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Educação das Relações Étnico-raciais	e dividication of the property	04	2/8/2006	Normas complementares às Diretrizes Curri- culares Nacionais para a Educação das Edu- cação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Ш	Parecer CEE/CES	32	06/04/2017	Forma de registro do atendimento das DCNs Educação das Relações Étcnico-Raciais, Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental.
	Decreto Federal	3.276	06/12/1999	Dispõe sobre a formação, em nível superior, deprofessores para atuar na educação básica. Alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 3.554, de 7 de agosto de 2000.
	Decreto Federal	8752	23/07/2016	Política Nacional de Formação dosProfissio- nais da Educação Básica
Formação de Docentes	Parecer CNE/CP (Vigente até 15/04/2022?)	02	09/06/2015	Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
Formação	Resolução CNE/CP (Vigente até 15/04/2022?)	02	01/07/2015	Diretrizes Curriculares Nacionais para a for- mação inicial em nível superior (cursos de li- cenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenci- atura) e para a formação continuada.
	Lei Federal	13.478	30/08/2017	Estabelece direito aos profissionais doma- gistério, de acesso a curso de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

	Parecer CNE/CP	022	07/11/2019	Diretrizes Curriculares Nacionais para a For- mação Inicial de Professores para a Educa- ção Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educa- ção Básica (BNC-Formação)
	Resolução CNE/CES	002	20/12/2019	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) – Inclui Formação Pedagógica, Primeira e Segunda Licen-
	Parecer CNE/CES	029	08/04/2011	ciatura Dispõe sobre a necessidade do reconheci-
		5		mento dos Cursos Superiores de Primeiras e Segundas Licenciaturas
	Parecer CNE/CEB Para Peda- gogia	022	/17/12/2000	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educa- ção Infantil
antil	Resolução CNE/CEB <mark>Para</mark> Pedagogia	005	17/12/2009	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
Educação Infantil	Parecer CNE/CEB	002	30/01/2008	Autoriza qualquer licenciado com pós em atuação muldisiciplinar em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental a atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental
Ec	Deliberação CEE/CP PR	003	22/11/2018	Referencial Curricuar do Paraná BNCC da Educação Infanti e do Ensino Fundamental do Paraná.
	Parecer CNE/CEB	007	07/04/2010	Institui Diretrizes Nacionais para a EducaçãoBásica.
	Resolução CNE/CEB	004	13/07/2010	Institui Diretrizes Nacionais para a EducaçãoBásica.
	Parecer CNE/CEB	035	05/11/2003	Diretrizes Nacionais para realização de Es- tágio na Educação Básica
Básica	Resolução CNE/CEB	001	21/01/2004	Diretrizes Nacionais para realização de Es- tágio na Educação Básica
0	Parecer CNE/CEB Para Mú- sica	012	04/12/2013	Diretrizes Nacionais para o Ensino de Mú- sica na Educação Básica
Educaçã	Resolução CNE/CEB Para Música	004	17/02/2016	Diretrizes Nacionais para o Ensino de Mú- sica na Educação Básica
Ш	Parecer CNE/CP	015	15/12/2017	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica
	Resolução CNE/CP	002	22/12/2017	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica
	Parecer CNE/CEB	035	05/11/2003	Diretrizes Nacionais para realização de Estágio na Educação Básica
da-	Parecer CNE/CEB	011	07/07/2010	Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental.
Ensino Funda-	Resolução CNE/CEB Para Educação Física Para Artes Para Letras	007	14/12/2010	Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental. Artigo 31 Autoriza Licenciado em Educação Física e Artes atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental Exige Licenciado em Letras para o Ensino de Língua Estrangeira





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

	Parecer CNE/CEB	002	30/01/2008	Autoriza qualquer licenciado com pós em atuação muldisiciplinar em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental a
				atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental
	Deliberação CEE/CP PR	003	22/11/2018	Referencial Curricuar do Paraná BNCC da
	-			Educação Infanti e do Ensino Fundamental
				do Paraná.
	Parecer CNE/CEB	05	0405/2011	Institui as Diretrizes Curriculares Nacio-
			77/5	naispara o Ensino Médio.
	Resolução CNE/CEB	02	30/01/2012	Institui as Diretrizes Curriculares Nacio-
	P			naispara o Ensino Médio.
	Parecer CNE/CP	015	04/12/2018	Base nacional Comum Curricular do Ensino
dio	Resolução CNE/CP	004	17/12/2018	Médio Base nacional Comum Curricular do Ensino
Médio	rtesolução Cive/Ci	004	ATTEN L	Médio
	Resolução CNE/CEB	001	21/01/2004	Diretrizes Nacionais para realização Estágio
Ensino	Trocolação OTIZA		21/01/2001	Ensino Médio e Educação Especial (Vide
Ш			1 6.	Resolução CNE/CEB nº 002/2005)
	Lei Federal	13.415	16/02/2017	Política de Fomento à Implementação deEs-
	D ONE OF D.	000	00/44/0040	colas de Ensino Médio em Tempo Integral
	Parecer CNE/CEB	003	08/11/2018 21/11/2018	Atualização DCN Ensino Médio
	Resolução CNE/CEB Deliberação CEE/CP PR	003	29/07/2021	Atualização DCN Ensino Médio DCN Novo Ensino Médio no Paraná
	Parecer CNE/CEB	014	01/07/2009	Sistema Nacional de Informações da Edu-
	Parecel CNE/CEB	014	01/01/2009	cação Profissional e Tecnológica (SISTEC)
ınte	Resolução CNE/CEB	003	30/09/2009	Sistema Nacional de Informações da Educa-
liza	F.5(2)37	5	141	ção Profissional e Tecnológica (SISTEC)
Profissionalizante	Parecer CNE/CEB	011	07/10/2015	Aproveitamento de Estudos na Educação
ssic	Danahua a ONE (OED	200	07/04/0040	Profissional
ofis	Resolução CNE/CEB	002	27/01/2016	Composição da Carga Horária mínima para cursos de especialização de nível médio
Pr	Parecer CNE/CP	005	09/08/2017	Controle de frequência em atividades não
Sico	GEC S	16 00	00,00,00	presenciais nos cursos técnicos de nível
Téncico		Single	De Mo	médio
	Parecer CNE/CP	001	24/01/2018	Estágio Supervisionado na Educação Pro-
Médio	Davidadi ONE/OD	005		fissional
	Parecer CNE/CP	005	12/11/2020	Reanállse das DCNS para Educação Profissional e Tecnlóogica
inc	Resolução CNE/CEB	002	15/12/2020	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
Ensino	•			
	Resolução CNE/CP	001	05/01/2020	Educação Profissional e Tecnológica
P	arecer CNE/CP	006	02/04/2014	Diretrizes Nacionais para Formação de Pro-
'	a. 5551 5.12.51	300	J_, J , _ J , _ J , _ J	fessor Indígena
R	esolução CNE/CP	001	07/01/2015	Diretrizes Nacionais para Formação de Pro-
				fessor Indígena





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

2.1.4. Legislação Específica para curso de TECNOLOGIA					
Ato/Órgão	No	Data	Ementa		
Decreto Federal	5.154	23/07/2004	Estabelece que os cursos de tecnologia de graduação organizem-se, no que concerne aosobjetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.		
Portaria Normativa MEC	12	14/08/2006	Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006.		
Parecer CNE/CES	436	02/04/2001	Cursos Superiores de Tecnologia - Formaçãode Tecnólogos.		
Parecer CNE/CES	019	31/01/2008	Aproveitamento de Competências		
Parecer CNE/CES	277	07/12/2006	Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.		
Parecer CNE/CES	239	06/11/2008	Carga horária das atividades complementa- res nos cursos superiores de tecnologia.		
Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia/MEC- SETEC Atualização em andamento	3ª Edição	2016	Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia		
Parecer CNE/CP	17	10/11/2020	Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnologia.		
Resolução CNE/CP	001	05/01/2021	Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de Tecnologia.		

2.1.5. Legislação Específica para a modalidade de EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA								
Ato/Òrgão	No	Data	Ementa					
Decreto Federal	5800	08/06/2006	Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB					
Parecer CNE/CES	195	13/09/2007	Diretrizes para Avalaiação para Credenciamento de IES					
Parecer CNE/CES	389	09/05/2019	Instrumentos de Avaliação Externa para cre- denciamento e cursos de graduação presen- cial e à distância.					
Parecer CNE/CES	066	13/03/2008	Diretrizes para o Credenciamento de IES paraa oferta de cursos superiores EAD					
Decreto Federal	9057	25/05/2017	Regulamenta dispositivos sobre educação a distância.					
Portaria Normativa MEC	001	03/01/2017	Prazos e validade atos de credenciamento e recredenciamento.					
Deliberação CEE/PR	001	09/03/2007	Normas paa Credenciamento de IES e autorização de cursos da modalidade EAD, no Sistema Estadual de Ensino do Paraná					
Deliberação CEE/PR	06	09/11/2020	Normas para regulação da educação superior no Estado do Paraná, incluindo a educação a distância.					
Parecer CNE/CES	195	06/10/2010	Tutor como orientador em cursos de gradua- ção na modalidade EAD					





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Parecer CNE/CES	008	09/11/2011	Oferta de PARFOR na modalidade EAD
Parecer CNE/CES	564	10/12/2015	Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta deProgramas e Cursos de Educação Supe- rior na Modalidade a Distância.
Resolução CNE/CES	001	11/03/2016	Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta deProgramas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
Portaria MEC	2117	+55506/12/2019	Regulamenta a oferta de carga horária na modalidade EAD em cursos de graduação (Sistema Federal de Ensino utilizada como base para Deliberação CEE PR)
Deliberação CEE/CP PR	003	14/05/2021	Oferta de carga horária na modalidade de Educação a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais (Legislação Base: Portaria MEC 2117/2019)
Portaria Normativa MEC	011	20/06/2017	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superioes a distância (Alterada parcialmente pela Portaria MEC 02/2017)
Portaria MEC	023	21/12/2017	Credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior (credenciamento EAD no MEC)
MEC		Agosto /2007	Referenciais de Qualidade para EAD

26			
2.1.6. Legislação Específ	ica para C	URSOS SEQUÊI	NCIAIS 202
Ato/Órgão	No	Data	Ementa
Parecer CNE/CES	968	17/12/1998	Dispõe sobre os cursos sequenciais.
Parecer CNE/CES	222	04/08/2004	Reconhece curso sequencial como cursosu- perior.
Parecer CNE/CES	1120	04/10/2000	Obrigatoriedade de Oferta de Cursos a partirde cursos de graduação reconhecidos
Parecer CNE/CES	057	28/01/2016	Reexame Parecer CNE CES 233/2012 sobre apossibilidade de aceitação de alunos egressos de cursos sequenciais de formação específica em cursos de pós-graduação lato sensu.Menciona sobre Apostilamento.
Nota Técnica	733	07/05/2015	Caracterização e Oferta dos cursos sequenciais. Veda o acesso aos egressos de cursos sequenciais à pós-graduação. Extingue os cursos sequenciais de formação específica.
Resolução CNE/CES	001	22/05/2017	Cursos sequenciais como linhas de formação.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 15

2.2. Legislação Estadual – Regulação Geral							
Ato/Órgão	No	Data	Ementa				
Deliberação CEE	06	09/06/2017	Fixa normas para as instituições de educa- ção superior mantidas pelo Poder Público Estaduale Municipal do Estado do Paraná e dispõe sobre o exercício das funções de re- gulação, supervisão e avaliação de institui- ções e de seus cursos.				
Decreto Estadual	8654	28/10/2010	Dispõe sobre a Central de Estágio do Estado				
Lei Estadual	18492	24/06/2015	Plano Estadual de Educação do Paraná				
Parecer CEE/CES	025	07/12/2012	Aprova Instrumento de Avaliação				

2.3. Legislação Interna da UEM

2.3.1. Estatuto

Comando	Texto Legal
Art. 5º	Autonomia da UEM para criar, organizar, modificar, extinguir e aprovar os projetos pedagógicos de seus cursos.
Art. 11	Competência do COU para criar e extinguir cursos.
Art. 14	Competência do CEP para definir diretrizes gerais do ensino de graduação e para aprovação e modificação em Projeto Pedagógico, currículos e fixar número de vagas.
Art. 18	Competência do CAD para emitir parecer sobre criação, organização e modificação de cursos.
Art. 48	Competência do CI para aprovar modificação dos currículos e projetos pedagógicos, nos casos em que não haja impacto financeiro. Opinar sobre a criação, expansão e organização de cursos.
Art. 52	Modalidades de cursos ofertados pela UEM.
Art. 53	Finalidades dos cursos de graduação.
Art. 54	Vinculação dos cursos de graduação.
Art. 56	Formas de organização curricular.
Art. 61	Coordenação didática dos cursos de graduação.
Art. 62	Responsabilidade pela oferta de disciplinas.
Art. 63	Forma de composição e componentes curriculares.
Art. 64	Legislação base para os currículo de cada curso de graduação.
Art. 65	Currículos de profissões regulamentadas por lei.
	Const M
2.3.2.	Regimento Geral
Art. 20	Competências do departamento, quanto à criação de cursos e aprovação de Planos de Ensino de Disciplinas.
Art. 32	Organização curricular.
Art. 33	Rotina e legislação para organização curricular.
Art. 34	Rotina para aprovação de Projetos Pedagógicos.
Art. 36	Regimes acadêmicos da UEM.
Art. 52	Organização curricular e Projeto Pedagógico.
Art. 53	Regras básicas para composição da carga horária total dos currículos e duração dos cursos de graduação.
Art. 54	Organização e aprovação do Plano de Disciplina no Projeto Pedagógico e Plano de Ensino de Disciplina para oferta.
Art. 59	Atribuições do Conselho Acadêmico quanto à modificação de currículos e projetos pedagógicos, avaliação de cursos e solicitação do número de vagas para ingressos.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

2.2.2 Inot	rumontor	Norm	otiv (
2.3.3. Inst	umentos		alivo		
Ato/Órgão		No		Data	Ementa
Resolução CEP		010		2010	Diretrizes Gerais do Ensino de Graduação.
Resolução CEP		119		2005	Criação de cursos na modalidade de educação a distância.
Resolução CEP		021		2/4/1997	Normas para reconhecimento de AtividadesAcadêmicas Complementares - AACs.
Resolução CEP		034		11/12/2013	Define número de vagas e de alunos por turmasteóricas, práticas, teórico-práticas e teórico e práticas
Resolução CEP	The state of the s	134	Ž	24/10/2007	Duração da hora-aula e forma de adequação para cumprir carga horária das Diretrizes CurricularesNacionais.
Resolução CEP		010	Ę	28/04/2021	Estágio Supervisionado - Normas para organização efuncionamento.
Resolução CEP		058		3/5/20062006	Estágio Supervisionado e TCC - contagem de carga horária para orientação docente.
Resolução CEP	AS.	A18		6/10/2004	Diretrizes curriculares para os cursos de licencia- turada UEM.
Resolução CEP	18/2	184		20/12/2000	Cálculo do tempo de integralização curricular.
Resolução CEP	97.	090		25/5/2005	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - Normas
Resolução CEP	1754	060		14/6/2006	Turnos dos cursos de graduação.
Resolução COU	36	015		26/6/2006	Aprova procedimentos para Auto-avaliação da UEM coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.
Resolução CAD	暖	492		6/10/2005	Aprovação de Projeto Pedagógico pelo Conselho deAdministração, quando envolver recursos financeiros.
Resolução CEP	3/6	023		10/08/2016	Fórum Permanente das Licenciaturas da UEM - Instituição e regulamento
Resolução CEP	C1517	032		14/12/2016	Empresas Juniores - Regulamento
Resolução COU	CART.	001		20/07/2015	Programa de Integração Estudantil (PROINTE) -ins- tituição e regulamento
Resolução COU	-	005	75	20/07/2015	Comitê Gestor Ambiental - instituição
Resolução COU		007	સ્ટો	22/03/2016	Comitê Gestor Ambiental - regulamento
Resolução CAD	1	207		17/10/2017	Altera Resolução CAD 070 2017. Dispõe sobre númerode alunos por turma de Estágio.
Resolução CEP		023	3	06/09/2017	Diretrizes gerais para a elaboração do calendário acadêmico.
Resolução CEP		032		20/09/2017	Regulamento Programa Bolsa Ensino.
Resolução CEP		035		20/09/2017	Regulamento Projetos de Ensino.
Portaria GRE		040		Fevereiro/1975	Fixa Horário de aulas. Proíbe a programação de aulafora do horário definido.
Resolução CAD		119		20/07/1989	Determina os horários de aula para cursos do turno noturno. Fixa o horário vespertino aos sábados para estes cursos.

2.4. Legislação Reguladora do Exercício Profissional e outras relativas ao curso									
Ato/Órgão	No	Ementa							
Resolução CES/CNE	10/04	16/12/2004	Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Ciências Contábeis.						

2.5. Diretrizes e Pareceres e outros relativas ao curso (se houver)								
Ato/Órgão № Data Ementa								





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 17

3. HISTÓRICO

3.1. Institucional

Até a criação da Universidade, no ano de 1969, o atendimento às necessidades de ensino superior em Maringá era feito por três estabelecimentos estaduais: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1967 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1967. No conjunto, estas faculdades ofereciam um total de sete cursos: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A Lei nº 6.034 de 06/11/69 autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76, pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação. A partir de 1999, foi implantada, em caráter experimental, a autonomia da Universidade, conforme Termo de Autonomia, assinado em 18 de março de 1999. Os primeiros sete anos da Instituição, de 1970 a 1976, foram marcados pela ocupação gradativa do campus definitivo e pela implantação de 15 cursos de graduação: Matemática, Química e Administração, em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil, em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física, em 1973; Farmácia-Bioquímica, em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia, em 1975, e Agronomia, em 1977. Os cursos de Engenharia, Matemática, Química e Física passaram a ser coordenados pelo Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), criado em 1969. Atualmente, a UEM oferece 36 cursos de graduação distribuídos pelo Campus Sede, Campus Extensão de Cianorte e Campus Regional de Goioerê.

Até 11/05/76, data do reconhecimento da Universidade pelo Governo Federal (Decreto Federal nº 77.583), foi mantido o modelo estrutural de três faculdades e um instituto.

A partir dessa data, foi adotado o modelo de departamentos coordenados por centros. A coordenação didático-pedagógica dos cursos passou a ser realizada pelos colegiados de curso, e os departamentos assumiram, então, características mais administrativas. A partir de 1978, foram identificadas algumas tendências que, sistematizadas por temas, enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas. Novos cursos foram criados: Psicologia, em 1979; Enfermagem e Obstetrícia, em 1981; bacharelado em Química, em 1984; bacharelado em Geografia, em 1987; bacharelados em Física e Ciências Biológicas, em 1988. Nesse mesmo período, houve a desativação das licenciaturas de curta duração existentes, ou seja, Ciências, em 1979, Ciências de 1º Grau, em 1984, e Estudos Sociais, em 1987.

Em 1986, a Universidade começava a dar mostras de sua abrangência regional com a criação e a implantação da Extensão na cidade de Cianorte, com dois cursos: Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação do Campus Regional de Goioerê, em 1991, com dois cursos: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, por meio de um convênio envolvendo a Universidade Estadual de Maringá e um consórcio intermunicipal formado por sete municípios, a saber: Goioerê, Janiópolis, Moreira Sales, Juranda, Mariluz, Boa Esperança e Rancho Alegre. Também foram criados os Campus de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte, que completam o suporte universitário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1988, foram criados e implantados os cursos de Medicina, Odontologia e Ciência da Computação.

A criação dos cursos de Medicina e Odontologia teve como consequência a implantação de um complexo de saúde, formado por um hospital, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro. Em 1998 foi implantado o curso de Bacharelado em Informática e no ano 2000 foram implantados os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Estatística, Filosofia e Secretariado Executivo Trilíngue. No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM. Em 2000, estão em andamento 37 cursos de especialização.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 18

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto-sensu, no ano de 1986, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada. Atualmente, são ofertados 14 cursos de mestrado. A partir de 1992 a UEM implantou o regime seriado para seus cursos de graduação. Novos currículos tiveram que ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso. Os discentes das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto.

A verticalização do ensino é uma das formas mais apropriadas para se alcançar uma melhoria do ensino na Universidade e para se ter pesquisas de boa qualidade.

Além disso, ela propicia a formação de grupos de pesquisa e de núcleos interdisciplinares. Como consequência, em geral, não só se estabiliza o pessoal qualificado existente como aumenta. Hoje, a verticalização já é uma realidade institucional, como se constata a seguir. Em 1990, foi iniciado o curso de mestrado em Engenharia Química; em 1991, teve início o curso de mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e, sob esta mesma denominação, em 1992, teve início o primeiro curso de doutorado da UEM. Em 1993, foi criado e teve início o curso de mestrado em Zootecnia e ainda foram criados os cursos de mestrado em Economia e Direito, iniciados em 1994. No ano de 1995, teve início o curso de mestrado em Agronomia (Produção Vegetal).

As atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e a necessidade de se estender suas bases tanto para coleta de dados de campo como para levar essas atividades a outros lugares. Para dar suporte a isso, surgiram os campi de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte.

Contribuíram para esse crescimento, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação pessoal, uma progressiva flexibilidade de atribuições de encargos pelos departamentos, um aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicação Exclusiva (DE) e posteriormente do regime de trabalho Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE), a estruturação e implantação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPG) e, mais recentemente, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG). Mais recentemente, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, analisando proposta elaborada pela comunidade acadêmica da UEM sob coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentou as atividades de pesquisa com uma legislação cuja preocupação principal é com a qualidade da pesquisa. Atualmente, a UEM conta com 98 grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq.

Além disso, foi criada a editora da Universidade Estadual de Maringá cujo objetivo é facilitar a publi-

Além disso, foi criada a editora da Universidade Estadual de Maringá cujo objetivo é facilitar a publicação dos trabalhos científicos produzidos na Universidade e a editoração da revista científica Unimar, que com sua periodicidade restabelecida já foi indexada em sete indexadores entre nacionais e estrangeiros.

Devem ser mencionados inúmeros periódicos publicados a cargo dos Departamentos e dos Programas de Pós-graduação o que tem fortalecido a política de intercâmbio em benefício do incremento o acervo da BCE. A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da década de 80. Desde então, as atividades mais frequentes se relacionam às de apoio ao ensino de 1ª e 2ª graus, pré-escola e educação especial.

No ano de 1997, foi criado o Curso de Informática, sendo o seu primeiro vestibular realizado em janeiro de 1998, em substituição ao Curso de Formação de Tecnólogo em Processamento de Dados. No que diz respeito aos recursos humanos, no início da década de 80 houve uma expansão progressiva tanto do quadro de pessoal docente como do quadro técnico-administrativo. No final da década tal taxa de expansão viria a diminuir, tornando-se estável a partir de 1990, não revelando uma tendência de crescimento, mesmo com as novas atividades da Universidade resultante de sua aproximação com a comunidade regional e da verticalização do ensino.

Observa-se uma melhoria no perfil da qualificação dos servidores que é resultado da conjugação, dentre outros, dos seguintes fatores:

- a) regulamentação interna da capacitação docente desde 1981, com constantes aperfeiçoamentos e com o esforço institucional para manter 15% dos docentes de cada departamento em pósgraduação dentro do Plano Institucional de Capacitação Docente;
- b) a implantação do Plano de Capacitação Técnico- Administrativo, que vinha sendo executado de maneira informal, tornou-se regulamentado institucionalmente a partir de 1988.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 19

Em 1990 foi criada a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, que incorporou a Diretoria de Pessoal da Pró-Reitoria de Administração. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, passaram a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., edita semanalmente um boletim informativo e bimestralmente faz circular o Jornal da UEM que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Por fim, merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, como em nível global descentralizado pela utilização de um computador central de grande porte, IBM 3090, com terminais espalhados por todo o Campus Sede e pelo Campus Regional de Goioerê. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Na intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades foram implantadas em 1992 uma editora (EDUEM) e, em 1996, a Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM, sintonizada no prefixo 106,9 MHz.

3.2. Do Curso

O curso de Ciências Contábeis foi criado pela Resolução nº 07/72 do Conselho Universitário (COU), em 30 de outubro de 1972, e foi reconhecido pelo Decreto nº 78.440 do Conselho Federal de Educação em 20 de setembro de 1976. Iniciou suas atividades em fevereiro de 1973, com ingresso de 40 (quarenta) alunos. O curso estava organizado em 8 (oito) semestres, em regime de créditos. A partir do segundo semestre de 1980 passou a ofertar 40 (quarenta) vagas para o período matutino.

O curso de Ciências Contábeis funcionou vinculado ao Departamento de Administração de 1972 a 1982, sendo desmembrado em 28 de abril de 1982 via Resolução nº 013/82-COU, que criou o Departamento de Ciências Contábeis.

No segundo semestre de 1985, pela mudança do regime para seriado anual, passou-se a ofertar 80 vagas anuais para o noturno e a mesma quantidade para o matutino. E, a partir de 1986 o DCC passou a ofertar o curso de Ciências Contábeis em no Campus Regional de Cianorte, com 40 vagas para o noturno.

Atualmente oferece o total de 160 vagas/ano, sendo 80 delas para o período noturno, 40 para o período diurno no Campus Sede, em Maringá e, 40 vagas para o período noturno no Campus Regional de Cianorte, em regime seriado anual.

O Departamento de Ciências Contábeis (DCC) mantém a oferta regular de disciplinas de graduação para outros cursos da Universidade, dentre eles Administração, Economia, Secretariado Executivo Trilingue, Engenharia Têxtil, Tecnologia em Biotecnologia e Design, além de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

A qualidade do ensino oferecido pelo curso de Ciências Contábeis é atestada pelo MEC e por entidades privadas.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CORPO DOCENTE

Em 2021, o corpo docente do DCC é formado por com 39 docentes, sendo 22 doutores, 6 doutorandos e 10 mestres, e um especialista. Quanto ao vínculo com a instituição 29 docentes possuem vínculo permanente e 10 docentes são contratados em regime temporário.

A UEM mantém um programa de Capacitação Docente (PACD), e o Departamento de Ciências Contábeis, ao longo de sua história, disponibiliza espaço para educação continuada de seus docentes em nível de doutorado e pós-doutorado em Instituições que absorvam projetos relacionados às linhas de pesquisa do departamento.

A qualificação do corpo docente tem sido o norte das ações institucionais do DCC. Alinhado com a política de capacitação docente da UEM, nos últimos 10 anos o DCC buscou qualificar seus docentes em nível de mestrado e doutorado, visando a verticalização do ensino. Atualmente 1 professor encontra-se afastado de suas atividades para cursar Doutorado.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 20

ATIVIDADES DE ENSINO

Há mais de 49 anos o Departamento de Ciências Contábeis tem sob sua responsabilidade o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, oferecido nos turnos diurno e noturno no campus sede e no turno noturno no Campus Regional de Cianorte.

O curso no último exame do ENADE obteve nota 4, e, também, consta no Guia Abril do Estudante 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 como curso classificado com 4 estrelas. De acordo com dados do Vestibular de Verão de 2015, a concorrência média do curso de Ciências Contábeis no campus sede é de 5,7 e 9,3 candidatos por vaga, nos períodos diurno e noturno, respectivamente. No Campus Regional de Cianorte, o curso obteve no exame do ENADE, nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, nota 5; já a concorrência média é de 7,3 candidatos por vaga.

O curso reúne condições para obtenção de resultados expressivos e valorização do diploma de bacharel em Ciências Contábeis, com condições estruturais adequadas, corpo docente qualificado, atividades de formação complementares.

O Departamento de Ciências Contábeis da UEM tem como projeto para os próximos anos a ofertar novamente cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. E atualmente ofertamos curso de pós-graduação *Strito Sensu*, em que Dezembro de 2013, a Capes autorizou a criação e funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, em nível de Mestrado Acadêmico, com a primeira turma iniciando em 2014. Além disso, para os próximos anos será efetuado o pedido a CAPES para o curso de pós-graduação *Strito Sensu* o doutorado.

ATIVIDADES DE PESQUISA

A prática de pesquisa está presente no Departamento de Ciências Contábeis desde 1988, quando passa a existir um número expressivo de docentes em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva e com participação e publicações em eventos de natureza científica.

Atualmente, encontram-se em andamento 17 projetos de pesquisa liderados e desenvolvidos por professores vinculados ao Departamento de Ciências Contábeis.

As atividades de pesquisa do DCC integram docentes e discentes no desenvolvimento de projetos. Observa-se a participação dos discentes tanto em projetos institucionais (propostos pelos docentes), quando em projetos de iniciação científica voluntários, ou com bolsa através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Fundação Araucária e de recursos próprios da instituição. Os resultados destas pesquisas são divulgados em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

A consistência no desenvolvimento da pesquisa propiciou condições para a consolidação da proposta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (PCO). A recorrente publicação em Periódicos Científicos qualificados (QUALIS CAPES) e a participação dos docentes em eventos de natureza científica são indicadores da atividade de pesquisa entre os docentes envolvidos no projeto.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A normatização vigente das atividades de extensão universitária na Universidade Estadual de Maringá assume características de um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, desenvolvendo ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade e são implantadas através de projetos, eventos e cursos aprovados na Instituição.

Atualmente, encontram-se em andamento 7 projetos de extensão liderados e desenvolvidos por professores vinculados ao Departamento de Ciências Contábeis.

O Departamento de Ciências Contábeis atua em diferentes formas das atividades de extensão, a partir dos projetos propostos pelos docentes. Dentre os projetos de extensão que estão em desenvolvimento e que se alinham com a proposta do Mestrado, destacam-se: a Revista Enfoque Reflexão Contábil, a empresa júnior ADECON, o projeto "Cidadania com Responsabilidade Social" e o NAF/UEM – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, com atividades no Campus Sede e Campus Regional da Cianorte.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 21

A Revista Enfoque teve seu primeiro número publicado em 1990, sendo uma das primeiras revistas científicas na área da contabilidade no Brasil. A partir de 2002 passou a adotar procedimentos requeridos pela CAPES para reconhecimento científico, tais como: adequação do Conselho Consultivo e modelo avaliativo de artigos. Atualmente encontra-se indexada ao EBSCO, DOAJ, Latindex, Spell, periódicos da Capes, EZ3. Google Scholar e Redalyc. E, atualmente obteve o estrato A-3 na avaliação do Qualis CAPES

Outro projeto de extensão com participação de docentes do Departamento e Ciências Contábeis, denomina-se ADECON. Trata-se de uma Empresa Júnior de Consultoria, vinculada aos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Com início em 1992, a empresa é pioneira da UEM e é reconhecida nacionalmente pelos prêmios recebidos em âmbito regional e nacional. Destaca-se o prêmio de Melhor empresa Júnior do Brasil e Melhor do Brasil nas categorias Financeiro e Projetos, sendo assim referência a outras Empresas Juniores do país.

A ADECON tem como objetivo complementar a formação do aluno, aplicando na prática a teoria adquirida nos anos de graduação e relativos à área de formação profissional dos acadêmicos. Dessa forma, objetiva-se, também, estimular os conceitos de empreendedorismo, responsabilidade social e profissionalismo em nossos alunos.

Também é destaque no Departamento de Giências Contábeis o projeto de extensão intitulado "Cidadania com Responsabilidade Social". Esse projeto tem como objetivo sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica, servidores públicos e comunidade em geral sobre a correta aplicação dos recursos públicos e suas repercussões orçamentárias e para o ambiente de trabalho. No sentido de atingír esse objetivo o projeto tem como principal atividade participar das atividades da "SER" (Sociedade Eticamente Responsável) que é uma associação civil, sem fins econômicos, composta por cidadãos maringaenses, que dentre outros objetivos, pretende desenvolver, apoiar e estimular ações voltadas à educação fiscal e controle social da gestão pública. A título de exemplo, consta como atividades do projeto, o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária da Prefeitura e da Câmara Municipal de Maringá.

O NAF/UEM – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal tem por objetivo fomentar os estudos em nível de graduação e pós-graduação e prestar serviços à comunidade de baixa renda, bem como a Micro-Empreendedores Individuais mediante orientação sobre assuntos relacionados à processo contábil e fiscal. Conta com o apoio da Receita Federal do Brasil, Receita Estadual do Paraná, Sindicato dos Contabilistas de Maringá, SESCAP/PR e SEBRAE.

3.3. Diagnóstico do Projeto em Vigência

4. JUSTIFICATIVA

A mudança desse novo PPC é devida a adequação da curricularização de extensão

5. OBJETIVOS DO CURSO

É objetivo do curso de Ciências Contábeis preparar os alunos para o exercício profissional, prioritariamente nas seguintes áreas: financeira; gerencial; pública; auditoria e perícia contábil.

Considerando os objetivos propostos, pretende-se formar profissionais que apresentem as seguintes características:

- Solidez conceitual (base teórica com profundidade suficiente para absorver as transformações que ocorrem no meio onde o contador irá atuar);
- Formação prática (entendimento de que a teoria não pode estar divorciada da prática);
- Ser criativo, objetivando à melhoria da qualidade da informação contábil.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 22

Missão: "Formar bacharéis em Ciências Contábeis com capacidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade".

Objetivo Geral: Formar bacharéis com competência, que por meio da adequada articulação entre o saber teórico e o prático da ciência contábil desenvolvam, com qualidade, as funções contábeis necessárias às pessoas físicas e às empresas públicas e privadas.

Objetivos específicos:

- Proporcionar meios para que o aluno obtenha conhecimento e compreenda o ambiente de atuação da ciência contábil.
- Propiciar condições para que o aluno compreenda o processo de elaboração e comunicação das informações dos relatórios contábeis.
- Preparar o aluno para atuar com ética e responsabilidade social contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa.
- Desenvolver o senso crítico do aluno para que possa ser agente transformador na sociedade.
- Proporcionar condições para que o aluno compreenda as inter-relações sociais, através de discussões dos conhecimentos da área de ciências humanas.
- Trabalhar conhecimentos da área de ciências sociais aplicadas para que o aluno entenda as relações econômicas e o processo gerencial.
- Desenvolver conhecimentos da área de ciências exatas para que o aluno adquira noções do instrumental lógico, utilizando-se dos recursos matemáticos e estatísticos no âmbito de sua atuação.
- Propiciar a formação básica para utilização de instrumentos de pesquisa.
- Oportunizar ao aluno condições de verticalização do aprendizado.

6. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE OFERTA É VOCAÇÃO DO CURSO

As alterações do projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis foram concebidas sob a inspiração das mudanças no mundo do trabalho e o que preceitua as Diretrizes Curriculares Nacionais, com a Matriz Curricular elaborada conforme orientações da Resolução CNE/CES nº 10/ 2004, que fixou em âmbito nacional as diretrizes curriculares do curso de graduação, bacharelado em Ciências Contábeis.

Desde janeiro de 2008 a contabilidade brasileira está passando por um processo de profundas transformações. Com a aprovação da Lei Nº 11.638/2007, alterando a Lei Nº 6404/76, conhecida como Lei das S/A, aplicável também às demais entidades de micro, pequeno e médio porte, a contabilidade brasileira iniciou um processo de convergência contábil com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Este processo de convergência alterou drasticamente o modelo contábil brasileiro e passou a exigir do profissional contábil a adoção de modelos e critérios contábeis que possam refletir fidedignamente a situação patrimonial e financeira da empresa, com a adoção de princípios baseados que privilegiam a essência sobre a forma de eventos econômicos.

O período de 2008 a 2014 foi denominado de período de transição para implementação e adoção integral dos novos modelos e princípios, incluindo reflexos transitórios entre o novo modelo contábil, baseado em princípios e o modelo anterior, baseado em normas, incluindo normas emanadas do Fisco Federal.

Em 2012, o Departamento de Ciências Contábeis constituiu uma Comissão que teve por objetivo a análise e avaliação do Projeto Pedagógico em curso, tendo em vista a passagem de um período superior a 5 anos de sua implementação.

A Comissão ouviu professores e alunos do Curso de Ciências Contábeis e efetuou uma análise profunda do conteúdo ofertado pelo Curso de Ciências Contábeis da UEM em relação às Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis emanadas do MEC (Resolução CNE/CES Nº 10 de 16/12/2004) e as necessidades de formação do contador global.

Assim, decidiu-se a concepção teórico-filosófica do Perfil do curso de Bacharel em Ciências Contábeis, cujo enfoque busca a formação que realce as competências, habilidades, qualidades e atributos de natureza humana, social e profissional, sustentadas por conhecimentos científicos atualizados e técnicas aceitáveis e reconhecidas, que levassem ao domínio do processo técnico, teórico e metodológico da Ciência Contábil.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 23

Com as características apresentadas, pode-se dizer que o Curso de Ciências Contábeis busca a formação de bacharéis capazes de atender à demanda do mercado no que concerne à uma visão mais ampla do contexto econômico atual e de novas abordagens do mundo do trabalho, para o exercício profissional. O egresso do curso estará preparado para atuar como contador de pequenas e médias empresas, como auditor de entidades privadas ou órgãos governamentais, atuar como *controller* de empresas, bem como ser um consultor empresarial nos mais diversos ramos da Ciência Contábil.

A atuação como contador de pequenas empresas justifica-se porque, especificamente na região noroeste do Estado do Paraná, há uma grande concentração de pequenos municípios que em seu contexto
absorvem em sua maioria pequenas e médias empresas comerciais, industriais e de serviços. Já a atuação
como controller está calcada no fato de as empresas, estruturadas e mais organizadas, buscarem o crescimento ou a consolidação de sua atuação com moderna visão gerencial.

Ao atuar na área pública poderá aplicar os conhecimentos cujo fundamento justifica-se pelo recente aprimoramento da administração pública denominada de "Lei de Responsabilidade Fiscal" juntamente com a "Lei de Crime", onde a área contábil passou a ser valorizada face à maior exigência de transparência da gestão pública, organização dos controles internos e maior rigor no acompanhamento dos gastos públicos.

Quanto à atuação como auditor e consultor contábil, o curso busca contemplar áreas de atuação bastante valorizadas e que se encontram em desenvolvimento, como as áreas agropecuária, industrial e atuarial, o que tem representado novas oportunidades para o profissional egresso.

Portanto, numa análise mais específica, são observados aspectos pertinentes às características e necessidades regionais, a qualificação de professores e as condições físicas de oferta do curso.

7. PERFIL DO PROFISSIONAL, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

7.1. Perfil do Profissional a ser Formado

O egresso, Bacharel em Ciências Contábeis, possuirá visão ampla, generalista da área, com capacidade para estudar e controlar o patrimônio das entidades, visando fornecer informações sobre sua composição e suas variações aos usuários da contabilidade, bem como o assessoramento e o gerenciamento dos negócios.

A Ciência Contábil, por estar inserida num ambiente econômico e social em transformação, requer novas formas de aplicações e aprimoramentos conceituais e abordagens. Por isso, a reformulação do projeto pedagógico está voltada para a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, cuja vivência profissional busca proporcionar ao aluno instrumentos e conhecimentos atuais e compatíveis com o momento histórico mundial globalizado e em constante mutação.

Assim, o profissional egresso terá formação voltada para a solução de problemas, com uma visão direcionada e com qualidade de investigação, de raciocínio estratégico e sistêmico, embasada na incorporação de valores sociais, profissionais e multidisciplinares. O egresso será capaz de atuar como agente de mudança no ambiente organizacional, de perceber e integrar-se ao desenvolvimento social, político, econômico e cultural regional, de interagir e contribuir com a esfera mundial de administração e negócios, mantendo uma postura ética, o respeito à Natureza e um comportamento cidadão como subsídios ao processo de tomada de decisão, tanto no âmbito empresarial quanto no governamental.

O Egresso do curso de ciências contábeis deverá apresentar como perfil:

- Capacidade para compreender a dinâmica social, econômica e política, para que possa contribuir com a sociedade.
- Habilidade de aplicar a teoria contábil como fundamento para compreensão dos fenômenos que dão origem às práticas contábeis.
- Condições para exercer com ética as prerrogativas e atribuições da profissão.
- Capacidade de idealizar e criar mecanismos objetivando a melhoria da qualidade e da comunicação da informação contábil.
- Habilidade de adaptação frente às constantes mudanças que vem ocorrendo no mundo globalizado.
- Formação técnica que o habilite apoiar o processo de gestão nas organizações.
- Capacidade técnica que o habilite na implementação de sistema contábil nas organizações.
- Habilidade na utilização da tecnologia da informação afeta à sua área de especialização profissional.
- Flexibilidade e adaptabilidade frente às mudanças que ocorrem nas relações de trabalho.
- Habilidade de trabalhar em equipe multidisciplinar.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 24

7.2. Competências e Habilidades Requeridas

7.2.1. Competências Gerais:

Competências e habilidades

Descrição das principais Competências e Habilidades Gerais:

- 1. Ser proficiente:
- a. no uso da linguagem contábil, sob a abordagem da teoria da comunicação (semiótica);
- b. na visão sistêmica, holística e interdisciplinar da atividade contábil;
- c. no uso de raciocínio lógico e crítico-analítico para a solução de problemas;
- d. na elaboração de relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários;
- e. na articulação, motivação e liderança de equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis.
 - 2. Ser capaz de:
- a. desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- b. exercer com ética as atribuições e prerrogativas que lhes são prescritas através da legislação específica.
 - 3. Devem ser realçadas ainda as seguintes habilidades:
- a. possuir consciência crítica frente ao estágio atual da profissão e estar comprometido com as transformações necessárias para que ocupe, no Brasil, o mesmo patamar de importância que lhe é reservado em países considerados desenvolvidos;
- b. entender o fluxo interno operacional das organizações e ser capaz de aplicar seus conhecimentos em situações específicas:
- c. conhecer o pensamento no que se refere ao conteúdo, preparação, conceito, estrutura e significado dos relatórios contábeis (sejam eles de finalidade interna ou externa) e os métodos para coletar, reunir, sumarizar e analisar os dados financeiros;
- d. comprometer-se com a qualidade dos serviços prestados, interna e externamente, através de uma avaliação sistemática e processos de aperfeiçoamento;
- e. aprimorar a formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

7.2.2. Habilidades Específicas:

7.3. Áreas de Atuação Profissional

O profissional em ciências contábeis planeja, coordena e controla as contas e os lançamentos da empresa formando um quadro geral sobre o patrimônio, o fluxo de transações da produção e o resultado.

Contudo, diante do novo contexto mundial em que a globalização da economia está em evidência, torna-se necessário ampliar e modernizar o conhecimento na área contábil, visto que, para se inserir na economia globalizada e competitiva, o sistema de informação, do qual o contador é responsável em grande parte, sobrepõe-se na eficiência desse novo contexto.

Assim, o campo de atuação do profissional de contabilidade é amplo e promissor. Ele pode atuar tanto com vínculo empregatício ou como autônomo – seja como: contador financeiro, contador gerencial, contador público, *controler*, auditor ou perito contábil.

O contador é um dos poucos profissionais que ao concluir o curso de graduação pode contar com uma alocação imediata no mercado de trabalho, dado a diversidade de opções (empregado, empresário ou autônomo), tendo em vista as prerrogativas inerentes à profissão e a necessidade contínua e constante de profissionais que atendam a demanda contínua da busca de instrumentos que busquem garantir a continuidade das organizações e o atendimento às obrigações legais junto aos órgãos públicos e privados.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 25

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 8.1. Campos Interligados de Formação 8.1.1. Conteúdos de Formação Básica/Geral Matemática Economia Sociologia Administração Direito Empresarial Economia Brasileira Estatística Legislação Trabalhista e Tributária Matemática Financeira Filosofia Psicologia no Contexto do Trabalho 8.1.2. Conteúdos de Formação Profissional Contabilidade Geral I Iniciação à Pesquisa em Contabilidade Teoria da Contabilidade Contabilidade Geral II Contabilidade e Análise de Custos Sistemas de Informação Contábil Contabilidade e Orcamento Governamental I Contabilidade e Orçamento Governamental II Elaboração das Demonstrações Contábeis Análise das Demonstrações Contábeis Contabilidade Gerencial Contabilidade Avançada I Laboratório Contábil Contabilidade Aplicada ao Agronegócio Contabilidade Avançada II Auditoria e Perícia Contábil Contabilidade e Planejamento Tributário Controladoria Ética Profissional em Contabilidade Finanças Empresariais Contabilidade Geral III





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 26

8.1.3. Conteúdos de Formação Complementar

Atividades Acadêmicas Complementares

Jogos de Empresas

Contabilidade Socioambiental

Produção Científica em Contabilidade

Finanças Aplicadas

Contabilidade de Contratos de Construção e Atividade Imobiliária

Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade

Empreendedorismo e Marketing de Serviços Contábeis

Mercado de Capitais

Gestão de Custos em Serviços de Saúde

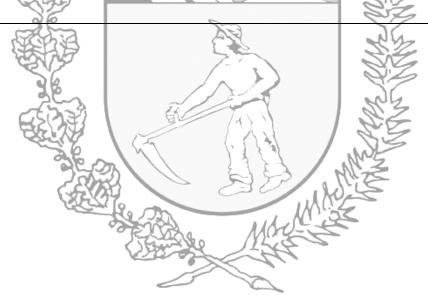
Tópicos Contemporâneos em Contabilidade

Relato Integrado

8.1.4. Conteúdos de Formação Específica do Curso

8.1.5. Conteúdos Curriculares Obrigatórios por Legislação Específica

Estágio Curricular Supervisionado Libras







...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 27

		INTE	GRAÇÃ	DEMONSTF D DAS ATIVIDADES			O N	IA G	RAD	UA(ÇÃO)			
1. C	OMO DISCIP	PLINA	1		1				Ativida	ade de l	Evtono	ão.			
	M ou (S2)	(s)o			Carga Ho- rária Sema-	Ca		orária S loras/A	Semanal		Carga Horária Total no Tempo de Oferta ³ em Ho- ras/Aula				
Série	(A) Anual\ Semestral: (S1) ou (S2)	Departamento(s)	Nome	e do Componente Curricular	nal em Ho- ras/Aula¹ (Parte <u>NÃO</u> Extensão – Se houver)	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial	
2 ^a	Α	DCC	Contabilida	de e Análise de Custos	2	2	7 2			4	68				
3ª	S1	DCC	Optativa I				4			4		6 8			
3ª	S2	DCC	Contabilida	de Aplicada ao Agronegócio			4			4		6 8			
4 ^a	Α	DCC	Auditoria e	Perícia contábil	12/11/1	2	2	A		4	68				
4 ^a	S1	DCC	Controlado	ria			4	N	2	4		6 8			
		1			N 1 -			5	N						
					E JAAL	0		34							
TOTA	L COMO DIS	CIPLINA	- A- E												
2. C	OMO ATIVID	ADE DE E	XTENSÃO (P	ROGRAMAS, PROJETOS, CURSOS	, EVENTOS E O	UTRAS	SATIV	IDADE	S A SEF	REM CR	EDITA	DAS)		
	A n u	. 0	1							ade de l					
Série	(B)	De- parta- mento	Proto- colo nº	Especificação da Ativid	ade	Carga Horária Semanal e Horas/Aula ⁴ (Se houver planejamente					Carga Horária Total no Tempo de Oferta⁵ em Ho- ras/Aula				
		SI		(PROGRAMAS, PROJETOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDAD CREDITADAS	CURSOS, ES A SEREM		;	21	2						
			26)			A.	9						
TOTAL COMO ATIVIDADE DE EXTENSÃO 35															
TOTAL GERAL 375															
CELLY S															
			36	Sol / I so	1 }	/	M	5							

curso de graduação no regime senado pode prever a oferta de componentes curriculares andais, semestrais, trimestrais, em módulos, em ciclos, ou em outra forma para melhor aproveitamento acadêmico.

¹ Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos. ² Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos.

³ Oferta dos componentes: Resolução CEP nº 010/2010, Artigo 13: O projeto pedagógico de cada curso de graduação no regime seriado pode prever a oferta de componentes curriculares anuais,

⁴ Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos.

⁵ Oferta dos componentes: Resolução CEP nº 010/2010, Artigo 13: O projeto pedagógico de cada curso de graduação no regime seriado pode prever a oferta de componentes curriculares anuais, semestrais, trimestrais, em módulos, em ciclos, ou em outra forma para melhor aproveitamento acadêmico.





..Resolução nº 047/2022-CI/CSA

	8.2.	Matr	iz Curr	icular											
					Carga Horária Semanal em Horas/Aula ⁶					Carga Ho	Mod da				
Série	Anual	Semestre	Departamento(s)	Nome do Componente Curricular	Teórica	Prática	Teor./Prática	Extensão	Total Semanal	Teórica	Prática	Teor./Prática	Extensão	Presencial	Semipresencial EAD
1 ^a	Α		DCC	Contabilidade Geral I	Ž,	70	4	Q	4			136		Х	
1 ^a		2	DCC	Iniciação à Pesquisa em Contabilidade	*	K	5		4	68				Х	
1 ^a		1	DCC	Teoria da Contabilidade	4		3		4	68				Х	
1 ^a		2	DMA	Matemática	(1/4)	12			4	68		1		Х	
1 ^a		1	DCO	Economia	1777	7			4	68				Х	
1 ^a		2	DCS	Sociologia	4				4	68				Х	
1 ^a		1	DAD	Administração	4				4	68				Х	
1 ^a		1	DDP	Direito Empresarial	4	Л	0		4	68				Х	
1 ^a		2	DCO	Economia Brasileira	4		30		4	68				Х	
-		_		Carga Horária da Série						544		136			
2ª	Α		DCC	Contabilidade Geral II			<4.		4	15		136		Х	
2ª	Α		DCC	Contabilidade e Análise de Custos			2	2	24			68	68	Х	
2ª		1	DCC	Sistema de Informação Contábil			4		4			68		Х	
2ª		2	DCC	Contabilidade e Orçamento governa- mental I)		4		1	2		68		х	
2 ^a		2	DES	Estatística	,2	2			4	1		68		Х	
2 ^a		2	DDP	Legislação Trabalhista e tributária	4				4			68		Х	
2 ^a		1	DMA	Matemática Financeira	4				4	Ć.		68		Х	
2 ^a		1	DSL	Filosofia	4				04	3		68		Х	
			•	Carga Horária da Série								544	68		
3ª		1	DCC	Elaboração das Demonstrações Contábeis	1	1	4	,,	Z)	3		68		х	
3 ^a		2	DCC	Análise das Demonstrações Contábeis	11	1	4	Ma	4	•		68		Х	
3 ^a		2	DCC	Contabilidade Gerencial	1)	2	40	11/4	4	-		68		Х	
3ª		1	DCC	Contabilidade e Orçamento governa- mental II			1/40	102	4			68		х	
3 ^a		2	DCC	Contabilidade Avançada I	11/	11	4(Y	4			68		Х	
3 ^a	Α		DCC	Laboratório Contábil	/Y2t	. 4	7		4			136		Х	
3 ^a		2	DCC	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	1	17		4	4				68	Х	
3 ^a		1	DCC	Optativa I - Extensão				4	4			68	68	Х	
3 ^a		1	DCC	Contabilidade Geral III	3		4		4			68		Х	
				Carga Horária da Série								544	136		

⁶ Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos.

Oferta dos componentes: Resolução CEP nº 010/2010, Artigo 13: O projeto pedagógico de cada curso de graduação no regime seriado pode prever a oferta de componentes curriculares anuais, semestrais, trimestrais, em módulos, em ciclos, ou em outra forma para melhor aproveitamento acadêmico.





..Resolução nº 047/2022-CI/CSA

4 ^a		2	DCC	Contabilidade Avançada II			4		4			68		Χ	
4 ^a	Α		DCC	Auditoria e Perícia Contábil			2	2	4			68	68	Х	
4 ^a	Α		DCC	Contabilidade e Planejamento tributário			4		4			136		Х	
4 ^a		1	DCC	Controladoria				4	4				68	Х	
4 ^a		2	DCC	Ética Profissional em Contabilidade	4				4	68				Х	
4 ^a		2	DAD	Finanças Empresariais	4				4	68				Х	
4 ^a		1	DPI	Psicologia no Contexto do Trabalho	4				4	68				Х	
4 ^a		1	DCC	Optativa II				1	4	ĺ		68		Х	
4 ^a	Α		DCC	Trabalho de Conclusão de Curso		8	À		8	A	272				
4 ^a	Α		DCC	Estágio Curricular Supervisionado	10	8	H		8	5	540				
				Carga Horária da Série	f		R		M	204	812	340	136		

Carga Horária de Atividades de Extensão (em Horas/Aulas)	35
Carga Horária de AAC (em Horas/Aulas)	180
CARGA HORÁRIA TOTAL (em Horas/Aulas)	3747







..Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 30

8.2.1. Disciplinas Optativas

No caso do curso oferecer disciplinas optativas deve preencher a tabela abaixo relacionando as disciplinas e respectivas cargas horárias:

			(S)			Carga Horária Semanal em Horas/Aula ⁸				1	Carga Horária Total no Tempo de Oferta ⁹ em Ho- ras/Aula			
Série	Anual	Semestre	Departamento(s)	Nome do Componente Curricular	Extensão Teórica		Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
3 ^a		1	DCC	Jogos de Empresas				4		4		68		
3 ^a		1	DCC	Contabilidade Socioambiental	4		M	1		4		68		
3 ^a		1	DLE	Libras		4	201	2		4		68		
3 ^a		1	DCC	Produção Científica em Contabilidade	-	4	2			4		68		
3ª		1	DCC	Empreendedorismo e Marketing de Serviços Contábeis	4		VZ			4		68		
3ª		1	DCC	Processo Orçamentário Controle e Transfe- rência Governamental	4	,	(ji)	hNA		4		68		
3 ^a		1	DCC	Contratos de Construção e Atividade Imobi- liária			Ÿ	4		4		68		
3 ^a		1	DCC	Métodos quantitativos aplicadas à Contabi- lidade	4		W	W		4		68		
4 ^a		1	DCC	Mercado de Capitais		Ĵ	Ź	4		4		68		
4 ^a		1	DCC	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade		4	37			4		68		
3 ^a		1	DCC	Gestão de Custos em Serviços de Saúde	4		Mr.			4		68		
3 ^a		1	DCC	Relato Integrado	4		256			4		68		, and the second
4 ^a		1	DCC	Finanças Aplicadas a Contabilidade		4		7		4		68		
4 ^a		1	DCC	Práticas de Cálculos Periciais Contábeis		. 1.0	7	^{>} 4		4		68		
				2602 11 13 14		"M"	2							
				Carga Horária da Série										

⁸ Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos.

Oferta dos componentes: Resolução CEP no 010/2010, Artigo 13: O projeto pedagógico de cada curso de graduação no regime seriado pode prever a oferta de componentes curriculares anuais, semestrais, trimestrais, em módulos, em ciclos, ou em outra forma para melhor aproveitamento acadêmico.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 31

8.3. Resumo da Matriz Curricular

Carga Horária do Currículo de Acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais								
8.3.1. Parâmetros em Hora	Horas/DCN's (em Hora Relógio)							
cularesNacionais e demais	Bacharelado	Licenciatura						
	Carga Horária Máxima permitida pela UEM (20% da Carga Horária Mínima definida na DCN) ⁴		3.840 + AAC 3.200					
	Carga Horária Mínima para integralização do curso Bacharelado ⁵ (DCN's)							
a) Carga Horária do Curso ⁵	Carga Horária Mínima para integralização do curso Licenciaturas) a) Primeira Licenciatura b) Formação Pedagógica (mesma área) c) Formação Pedagógica (áreas distintas) d) Segunda Licenciatura (mesma área) e) Segunda Licenciatura (área distinta)		3.200 760 760 1.120 1.120					
b) Estágio Curricular	Carga Horária Máxima Bacharelado (CNE e DCN's) ⁶ AAC + Estágio ≤ 20% da Carga Horária Total do Curso							
Supervisionado	Carga Horária Mínima Licenciatura (DCN): a) Primeira Licenciatura b) Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica		400 Não especificado					
c) Prática Pedagógica ⁷	Carga Horária Mínima Licenciatura (DCN): a) Primeira Licenciatura b) Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica		400 Não especificado					

^{4).} O Regimento Interne, Art. 53, Inciso quarto menciona: IV - a carga horária do currículo pode ultrapassar em até 20% o total da carga horária mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação para o curso, não computando as Atividades Acadêmicas Complementares. Nesse sentido, o mesmo é definido no Artigo 19 e Artigo 12 da Resolução CEP nº 010/2010(graduação presencial) e Resolução CEP nº 118/2004 (licenciaturas), respectivamente.

⁵⁰ Prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais das Licenciaturas (1ª e 2ª) e Formação Pedagogica (Resolução CNE/CP nº 002/2019); nas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas do Curso our Resolução CNE/CES 2/2007(diversos cursos - bacharelados); Resolução CNE/CES 4/2009(diversos cursos - bacharelados da área dasaúde.

⁶ Resolução CNE/CES nº 002/2007(diversos cursos) e Resolução CNE/CES Nº 004/2009 (cursos saude) − Parágrafo Único do Art. 1º. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

⁷ Definição de Prática Pedagógica: Resolução CER nº 118/2004, Artigo 2º, Inciso IX: "prática pedagógica: dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos momentos de reflexão sobre a atividade profissional, como durante o Estágio Supervisionado nos momentos de exercício da atividade profissional. (Pareceres nº 0º e 28/01/CES)", Artigo7º: "A prática pedagógica, na matriz curricular, não deve se restringir ao Estágio Supervisionado e não pode ficar reduzida a um espaço isolado, desarticulado do restante do curso; Artigo 7º e (§ 1º e 2º): "A prática pedagógica deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor" e "Todas as árieas ou disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas as disoplinas pedagógicas, terão a sua dimensão prática; Artigo 8º: "A organização da dimensão das práticas pedagógicas transcenderá o Estagio Supervisionado e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, em uma perspectiva interdisciplinar"; Artígo 8º e (§ 1º e 2º): "A prática pedagógica será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema" e "A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e acão direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informacão, incluídos o computador que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações problematizadoras e estudo de casos."; O Instrumento de Avaliação do Estado define: Práticas pedagógicas: São ações utilizadas no processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de formar profissionais nas suas diferentes áreas. Parecer CNE/CES nº 015/2005, (pg. 3): "[...] o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso[...] As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico- científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação." Resolução COU nº 001/2018: Art. 24. A prática pedagógica como componente curricular é pois uma prática que produz algo no âmbito do ensino e compreende o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos e desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência, com carga horária específica prevista para este fim de 400 horas. § 1º A prática pedagógica deve se dar desde o início do curso e se estender ao longo de todo o processo formativo, de modo a proporcionar ao aluno conhecimentos e vivencias da realidade escolar. § 2º Deve ter articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, com intuito de promover a formação da identidade do professor como educador.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

d) Atividades Acadêmicas Complementares ⁶	Carga Horária Máxima Bacharelado (CNE e DCN's) ⁶ AAC + Estágio ≤ 20% da Carga Horária Total do Curso Carga Horária Mínima Bacharelado: UEM e DCN ⁹ (5% da Carga Horária Mínima definida na DCN específica do curso)						
	Carga Horária Mínima Licenciatura (DCN): a) Primeira Licenciatura e Segunda Licenciatura b) Formação Pedagógica		Não especificado Não especificado				
e) Atividades de Extensão integradas no curso de graduação (Resolução ONECP nº 0072018 e Resolução CEP nº (a ser publicada) 10% Da Carga Horária Total do Curso							
	f) Conteúdos/Disciplinas na modalidade educação a distância ¹¹ (Portaria MEC) - 20% da Carga Horária Total do curso						

⁸ Resolução COU nº 001/2018: " Art. 23. Entende-se como prática técnico-clentífica o momento complementar e articulado à formação teórica, em que são desenvolvidas atividades voltadas para a formação de habilidades específicas e são definidas curricularmente como aquelas em que os alunos, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, de experimentos e de procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal. Parágrafo único. A carga horária destinada a esta prática deve ser definida no âmbito do PPC, conforme diretrizes específicas de cada curso.

⁹ Regimento UEM Inc. IIII Art. 53: o total de carga horária exigida para as Atividades Acadêmicas Complementares é de, no mínimo, cinco por cento da carga horária mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação para o curso. Para as Licenciaturas: Resolução CNE/CP nº 002/2015, artigos 13, 14 e 15. Nesse mesmo sentido, a Resolução CEP nº 010/2010, Artigo 22: "O projeto pedagógico contempla a realização pelo aluno de AACs de, no mínimo, cinco por cento da carga horária mínima do curso, observadas as diretrizes curriculares nacionais."

Dimensão Pedagógica: Resolução CEP nº 010/2010, Artigo 13: A carga horária destinada à formação pedagógica não deve ser inferior a quinta parte da carga horaria mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação para os sursos de formação de professores para a educação básica. Definições do conceito: Parecer CNE/CES nº 197/2004 "Tudo, portanto, que se vincule à formação da competência pedagógica e seus fundamentos téóricos, excetuando-se a prática de ensino e estágio supervisionado, pode ser considerado parte integrante da carga horária mínima de 1/5 da carga horária total do Curso de Licenciatura a ser dedicada à dimensão pedagógica. Parágrafo único. Para efeito do caput deste Artigo, o Estágio Supervisionado não conta no cômputo da oarga horária destinada à formação pedagógica."; Resolução CEP nº 118/2004 Artigo 10 e Parágrafo Único: "Os conteúdos dos componentes curriculares de formação pedagógica devem ser desenvolvidos em articulação com os departamentos envolvidos e de forma integrada, contemplando o domínio do conhecimento específico e da área de educação. Le Parágrafo unico. Consideram-se eixos temáticos essenciais para a formação pedagógica de professores a serem desenvolvidos pelos departamentos, I.- Educação e Sociedade; II.- História e Política da Educação Básica; III.- O Processo de Construção do Conhecimento na Escola, IV - O Trabalho Docente e suas Várias Dimensões." Resolução COU nº 001/2018, Artigo 26: " Art. 26. Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, devem preponderar os tempos dedicados a constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não é inferior à quinta parte da carga horária total. § 1º A dimensão pedagógica é composta pelos componentes curriculares de formação pedagógica, entre eles: Didática, Psicologia da Educação, Políticas Públicas e Gestão Educacional e por demais conteúdos que desenvolvam a competência pedagógica e fundamentos teóricos para o ensino da área específica. 2º Não são computadas nesta carga horária o estágio supervisionado e a prática pedagógica como componente curricular.

¹¹ A Portaria MEC nº 2117/2019 possibilita a oferta de disciplinas na modalidade a distância, até o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, conforme critérios que especifica. Da mesma forma a Deliberação CEECP PR nº 0032021 assim o definiu. Na UEM essa possibilidade depende da aprovação da alteração da Resolução CEP nº 119/2005 (em trâmite).





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

8.3.2. Carga Horária estabelecida para o curso na UEM	Bacha	relado	Licen	ciatura	
	Horas/	Horas/	Horas/	Horas/	
	Aula	Relógio	Aula	Relógio	
a) Carga Horária em disciplinas Obrigatórias e Complementares	2448	2.040			
b) Carga Horária em disciplinas Optativas Obrigatórias	272	226,67			
c) Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado	540	450			
d) Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso	272	226,67			
e) Carga Horária de Prática Pedagógica (cursos de licenciatura)					
f) Carga Horária de Prática Técnico-Científica		/			
g) Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares	180	150			
h) Carga Horária de Atividades de Extensão inseridas no curso	408	340			
i) Carga Horária de Conteúdos/Disciplinas modalidade EAD	3				
TOTAL DE HORAS/AULA DO CURSO CARGA HORÁRIA MÍNIMA					
PARA DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS					
TOTAL DE HORAS/AULA DO CURSO	3712	3.093,34			

8.3.3. Prazo Para Integralização Curricular, fixado em anos ou frações ¹³	Anos
 a) Prazo Mínimo estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Licenciatura não pode ser inferior a 4 anos 	4
b) Prazo Médio de acordo com os ciclos do currículo do curso na UEM	4
c) Prazo Máximo estabelecido pela UEM	7







...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES
1ª SÉRIE

9.1. Identificação:							
Disciplina:	CONTABILIDADE GERAL I						
Curso:	DCC						
Centro:	CSA						
Campus:	Sede e Campus Cianorte						
9.2. Ementa:	Estudo dos objetivos da contabilidade, Estática e Dinâmica Patrimonial, Processo de Escri-						
•	turação e Elaboração de Demonstrações Contábeis com a finalidade de gerar informações						
	(Resolução № 126/2015-CI/CSA).						
08-							
9.3 Objetivos:	Propiciar aos acadêmicos a compreensão do processo de escrituração e dos fundamentos						
仍无是	teóricos e normativos necessários para a elaboração dos relatórios contábeis (Resolução						
9175	№ 126/2015-CI/CSA).						
9.4. Modalidade de Oferta	Presencial EAD Semipresencial Modular						
が、現代の	X						
230							
9.1. Identificação							
Disciplina:	INICIAÇÃO A PESQUISA CIENTÍFICA						
Curso:	DOC						
Centro:	CSA						
Campus:	Sede e Campus Cianorte						
citiza 3	3						
9.2. Ementa:	Estudo e métodos e técnicas de pesquisa para elaboração de trabalhos científicos						
Sich	em contabilidade. (Resolução № 126/2015-CI/CSA)						
<u></u>	in the second se						
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão dos métodos e técnicas de pesquisa para						
(4	elaboração de trabalhos científicos em contabilidade(Resolução № 126/2015-CI/CSA)						
9.4. Modalidade de Oferta	Presencial EAD Semipresencial Modular						
	Transition (12.3)						

9.1. Identificação							
Disciplina: TEORIA DA CONTABILIDADE							
Curso:	DCC						
Centro:	CSA						
Campus:	Sede e Campus	Cianorte					
9.2. Ementa:	9.2. Ementa: Estudo da teoria e a evolução do pensamento contábil e suas contribuições a prática contábil com vistas a qualidade do processo de geração de informações (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)						
9.3 Objetivos: Propiciar ao acadêmico a compreensão da evolução do pensamento contábil e a relação da contabilidade com seu ambiente de atuação. Conhecer e estudar teorias que fundamentam a prática contábil e sua contribuição para a qualidade do processo de geração das informações (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)							
9.4. Modalidade de Oferta	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular			
	Х						





Panaluaña nº 047/2022 CI/CCA				flo. 25
Resolução nº 047/2022-CI/CSA 9.1. Identificação:				fls. 35
Disciplina:	MATEMÁTICA			
Curso:	DCC			
Centro:	CSA			
Campus:	Sede e Campus	Cionarta		
9.2. Ementa:				
9.2. Ementa.		_	beis (Res. Nº 018/17-0	nções elementares, matrizes e CI/CSA)
9.3 Objetivos:	Viabilizar o d tudo do cálculo 3) Viabilizar a a Ciências Contá	domínio dos conce diferencial e integr aplicação da mater peis. (Res. nº 018/17-	itos de matemática al; mática na resolução CI/CSA)	el ao estudo das ciências; básica necessários para es- de problemas vinculados à
9.4. Modalidade de Oferta	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
	W////	AS - HART	3	
	4//	Callibration In the	٢	
9.1. Identificação:	40	30000	- A	
Disciplina:	ECONOMIA	-(GIII) B		·
Curso:	DCC		3/2	2
Centro:	CSA		V SIZ	
Campus:	Sede e Campus		NG	
9.2. Ementa:				funcionamento do sistema comércio internacional (Res.
		AR	NG.	_
9.3 Objetivos:				s micro e macroeconômicos ado internacional (Res. nº 172/06-
9.4. Modalidade de Oferta	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
~7:300	X	4	13	
56/25		/13 N	NE	
9.1. Identificação:	(4		13	
Disciplina:	SOCIOLOGIA	13 (3)	IN S	
Curso:	DCC		MIZE	
Centro:	CSA	· 23/	100	
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte	11/10/25	
9.2. Ementa:				ão da organização e desen-
0.2. 2.110.110.	volvimento da	sociedade e suas a desigualdade nas	relações com a Ciê	ncias Contábeis. Estudo da stões de gênero, raça e etnia.
9.3 Objetivos:	a) compreende	r os principais prob		cos que a Sociologia do Co- parte das Ciências Sociais e
	Econômicas; b)	reconhecer as pri	ncipais correntes so	ciológicas e suas teorias ex- ndição para o estudo das or-
	ganizações em	que se utilizam a	s Ciências Contábe	is); c) desenvolver o estudo
				Ciências Contábeis; d) inter-
				prática dos profissionais em
				nsiderada em seus diversos
				produção, política de custos,
				trabalho, sindicalismo, mo-
				stões sociológicas referentes
	solução nº 114/201	7-CI/CSA)		aciais nas organizações. (Re-
9.4. Modalidade de Oferta	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular

Χ





Resolução nº 047/2022-CI/CSA					fls. 36
9.1. Identificação:					
Disciplina:	ADMINISTRAÇÃ	0			
	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus	Cianorte			
9.2. Ementa:					-1
9.2. Ementa:					, abordando também onhecimento das es-
		acionais e de lider			
=	Trataras organiz	acionais e de naci	ariça. (IXes. IX	172/2000, 01	_1 /
9.3 Objetivos:	Apresentar aos	alunos como os es	tudos sobre a	dministração t	êm se modificado ao
					elações de trabalho.
					um todo, numa visão
					or e o exercício das
	funções adminis	strativas. Abordar			inistrativa e suas re-
0.1	lações. (Res. N	172/2006-CEP)	2	•	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipreser	ncial	Modular
Oferta	X	7.01110.5		22	
	9	- 0	10	DIE	
9.1. Identificação:	a /	36.5	702	N. S.	
Disciplina:	DIREITO EMPR	RESARIAL		215	
Curso:	DCC			SiZ	
Centro:	CSA	823		7/	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte		A ST	
CN7	5	7.7		- XX	
9.2. Ementa:					anização do Estado,
3/8					eração de Empresa,
45	Principais Ramo	os do Direito Civil,	Defesa do Co	nsumidor (Res	s. Nº 172/2006-CEP)
R2(2	31	B /4) /		ME	
9.3 Objetivos:					l, necessários ao de-
7		rofissão de contad			
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipreser	icial	Modular
Oferta	X	230		5	
,	SENT OF		MISS		

9.1. Identificação:		The M	The second second						
Disciplina:	ECONOMIA BE	ECONOMIA BRASILEIRA							
Curso:	DCC	\(\int_{\inttitetant\int_{\inttitulet\int_{\inttitetant\int_{\inttitule\int_{\inttitunle\int_{\inttiteta\int_{\inttitunle\inttitunle\int_{\inttitule\inttitunle\inttiteta\inttitunle\intititunle\intititunle\inttitunle\inttitunle\intititunle\intititunle\intititunle\intitititunle\intititunle\intitititunle\intitititititititititititity}\intititititititity}\intitititititititititititititititititit							
Centro:	CSA								
Campus:	Sede e Campus	Cianorte							
9.2. Ementa:	Estudo das tran CEP)	sformações da ec	onomia brasileira no	pós-guerra. (Res. Nº172/06-					
9.3 Objetivos:	Analisar a evolução e as transformações da economia brasileira após a II Guerra Mundial, de maneira que os alunos possam estabelecer relações entre as organizações e o cenário econômico nacional e internacional. (Res. Nº172/06-CEP)								
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular					
Oferta	X								





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		_		
2 a	S	F	RI	F

9.1. Identificação:	
Disciplina:	CONTABILIDADE GERAL II
Curso:	DCC
Centro:	CSA
Campus:	Sede e Campus Cianorte
<i>C</i>	
9.2. Ementa:	Estudo do processo de registro dos fatos contábeis que provocam variações patri-
-	moniais, econômicas e financeiras nas entidades e da elaboração de relatórios con-
	tábeis. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão do processo de análise e registro de fatos
	contábeis que provocam variações patrimoniais, econômicas e financeiras nas en-
0.4.14.1.11.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	tidades. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular
Oferta	X
9.1. Identificação:	3 1
Disciplina:	CONTABILIDADE E ANÁLISE DE CUSTOS
Curso:	DCC
Centro:	CSA
Campus:	Sede e Campus Cianorte
2017	2 22
9.2. Ementa:	Estudo da contabilidade de custos demonstrando as técnicas de cálculo e aplica-
3,8	ção, para fins de avaliação de estoques, apuração de resultados, controle e tomada
75	de decisão nas entidades. (Resolução № 126/2015-CI/CSA)
642(2	73 / DE
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão de como implementar a Contabilidade de
8	Custos para fins de avaliação de estoques, apuração de resultado, controle e to-
	mada de decisão. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular
Oferta	MACCON MA

	0.00	1.1	1 1 1 1 1	
9.1. Identificação:	72	Marke M	18-75-	
Disciplina:	SISTEMA DE II	NFORMAÇÃO CO	NTÁBIL	
Curso:	DCC	15	\	
Centro:	CSA		7	
Campus:	Sede e Campus	S Cianorte		
9.2. Ementa:	informação con	tábil e a interação om utilização da te	com os processos o	a implantação do sistema de operacionais e gerenciais da ão e comunicação. (Resolu-
9.3 Objetivos:	mica na implant cessos operacio	tação do sistema o onais e gerenciais	de informação contál	ade sob a abordagem sistê- bil e a interação com os pro- n utilização da tecnologia de CI/CSA)
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	Х			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:				
	001174011104	DE E ODO 4 MENT		
Disciplina:		DE E ORÇAMENI	O GOVERNAMENT	AL I
Curso:	DCC			
Centro:	CSA	Cionarta		
Campus:	Sede e Campus	Glanorie		
9.2. Ementa:	e Contabilidade	e elaboração de C		, relação entre o Orçamento ob a ótica contábil e do exer-
7	Cicio da Gladadi.	+ \	201201011	
9.3 Objetivos:	namental, levan mações orçame CI/CSA)	do a reflexões qua entárias para o con	anto à importância e	ade e do Orçamento Gover- alcance na geração de infor- al. (Resolução Nº 126/2015-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	∑ X	7.541116.35		3
81.3	3	2	10 3	5
9.1. Identificação:	3	2 11 3	2 3	9.
Disciplina:	LEGISLAÇÃO	TRABALHISTA E	TRIBUTÁRIA	9
Curso:	DCC		8	Z
Centro:	CSA	73	2	(
Campus:	Sede e Campus	Cianorte -	26	2
C2V.	57	7.7	2	<u> </u>
9.2. Ementa:) 3	4
9.3 Objetivos:	176/2006-CEP) Oferecer aos al	unos orientações		ributário (Res. Nº trabalho e Direito tributário, (Res. Nº 172/2006-CEP)
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X	LAB	Gennpresential	Woddiai
Ololla	132 W.		W. Committee of the com	
9.1. Identificação:	N. S.	A. M	10	
Disciplina:	MATEMÁTICA	FINANCEIRA 4	KAS	
Curso:	DCC	1	111	
Centro:	CSA	15/2		
Campus:	Sede e Campus	Cianorte		
9.2. Ementa:	compostos. Tab	pela financeira. Co erida e múltipla mi	rreção monetária. Re	uros compostos. Descontos endas certas "Postecipadas, empréstimos e depreciação.
9.3 Objetivos:		oferecer subsídios ceiro. (Res. Nº 172		nceira e resoluções práticas
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X		p	
Oloita	Λ			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:		
Disciplina:	FILOSOFIA	
Curso:	DCC	
Centro:	CSA	
Campus:	Sede e Campus Cianorte	
9.2. Ementa:	Estudo da história e evolução do pensamento filosófico	
-	ção no contexto das Ciências Contábeis. (Resolução N	º ????-CI/CSA)
9.3 Objetivos:	Possibilitar aos alunos o estudo de elementos de filoso	
	dagens, relacionados ao conhecimento científico. Fund	
	ação humana na prática das Ciências Contábeis. (Res	
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial	Modular
Oferta	X	V2
11/5	B	3
9.1. Identificação:	The state of the s	3
Disciplina:	ESTATÍSTICA	1-
Curso:	DCC	7
Centro:	CSA	5
Campus:	Sede e Campus Cianorte	_
	2 2	2
9.2. Ementa:	Estatística descritiva e inferencial para o curso de Ciên	cias Contábeis. (Resolução
26	Nº 097/2019-CI/CSA)	9
31		4
9.3 Objetivos:	Proporcionar ao aluno de Ciências Contábeis o conhec	
E.C.	ticas para análise descritiva e inferencial de dados. CI/CSA)	(Resolução Nº 097/2019-
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial	Modular
Oferta	Sim Cold Cold	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		١
2a	CEDIE	
J	SLNIL	

9.1. Identificação:				
Disciplina:	ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Curso:	DCC			
Centro:	CSA			
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte	-	
		1 6-3 (7
9.2. Ementa:	Estudo dos asp	pectos relacionado	s à preparação, co as. (Resolução Nº 1	nteúdo e divulgação das de- 26/2015-CI/CSA)
	Theriotrações ec	>>> sec	D. Moderação III I	20,2010 01,00,10
9.3 Objetivos:	Propiciar ao ac conteúdo e div 126/2015-CI/CS	ulgação das demo	ensão dos aspecto nstrações contábeis	s relacionados à preparação, s obrigatórias. (Resolução Nº
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular Modular
Oferta 🔟 🐫	A X		7/4	3
			16 3	A S
9.1. Identificação:	3	11/2	2 3	(5)
Disciplina:	ANÁLISE DAS	DEMONSTRAÇÕ	ES CONTÁBEIS	
Curso:	DCC	9	6	84
Centro:	CSA	NA.		16_
Campus:	Sede e Campu	s Cianorte	7	4
EV.	>	(-')	1 6	
9.2. Ementa:	Estudo do desempenho econômico, financeiro e patrimonial das entidades por meio das técnicas de avaliação e análise. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)			
CE)	139	EN	D.	2
9.3 Objetivos:	Propiciar ao aca	adêmico conhecim	ento sobre o desem	penho econômico, financeiro
Sich	e patrimonial da	as entidades para	subsidiar o process	o decisório por meio das téc-
d	nicas de avaliad	ção e análise. (Res	olução Nº 126/2015	5-CI/CSA)
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	S X	(1)	100	

		7	1 1/11 : 176	
9.1. Identificação:		Me M	10	
Disciplina:	CONTABILIDA	DE GERENCIAL	H	
Curso:	DCC			
Centro:	CSA		~	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte		
9.2. Ementa:				planejamento, controle e to- . (Resolução Nº 126/2015-
9.3 Objetivos:	ções para plane		e tomada de decisã	esso de geração de informa- o, com foco nos usuários in-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X			





Resolução nº 047/2022-CI/CSA				fls. 41
9.1. Identificação:				
Disciplina:		DE E ORÇAMENT	O GOVERNAMEN	ITAL II
Curso:	DCC			
Centro:	CSA			
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte		
9.2. Ementa:	dade e o Orçan	ento e contabiliza		al, relação entre a Contabili- rçamentária e demais fatos 015-CI/CSA)
5	75	4 / 2		
9.3 Objetivos:	cução orçament cia e alcance na	ária e extra-orçam	entária, levando a nações contábeis p	de registro contábil da exe- reflexões quanto a importân- para o controle gerencial e so-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	(4) X	\ \ \	10 3	
			AA22 6	15
9.1. Identificação:		113	2 %	15
Disciplina:	CONTABILIDA	DE AVANÇADA I	S	52
Curso:	DCC	20		
Centro:	CSA		- V	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte	3	
56			0	
9.2. Ementa:		dos da Contabilida 126/2015-CI/CSA)	ide societária de ac	ordo com as normas vigentes.
R2(2)	J. T.	BIC /4) /	1 1	6
9.3 Objetivos:		strando as técnicas		ançados da Contabilidade so- ção e contabilização. (Resolu-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	XF-X/X		NO NO	
			1 115	
9.1. Identificação:			The same of the sa	
Disciplina:	LABORATÓRIO	CONTÁBIL		
Curso:	DCC	15		
Centro:	CSA	J	-	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte		
9.2. Ementa:	mento, alteraçã cação em labora	o e dissolução de	empresas com fins e contabilidade cor	utários de abertura, funciona- lucrativos, envolvendo a apli- n uso de aplicativos contábeis
9.3 Objetivos:	butários de abe lucrativos, envo	rtura, funcionamer Ivendo a aplicação	ito, alteração e diss o em <mark>laboratório es</mark>	mentos legais, contábeis e tri- solução de empresas com fins pecífico de contabilidade com o Nº 126/2015-CI/CSA)
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X		30p. 000110101	duidi
	, ,			1





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:				
Disciplina:	CONTABII IDA	DE API ICADA AC	O AGRONEGÓCIO	
Curso:	DCC			
Centro:	CSA			
Campus:	Sede e Campus	S Cianorte		
Gampao.	Codo o Campac	, cianono		
9.2. Ementa:	relativas às ativ	idades do Agroneg	jócio. (Resolução Nº	,
9.3 Objetivos:		ração da informaç		nentos teóricos e práticos no dades do Agronegócio. (Re-
9.4. Modalidade de	Presencial	/// FEAD	Semipresencial	Modular
Oferta	2 X	2/4 1/ 3/1/11	7	
(1×5)	Ç	CITAL	N	V
9.1. Identificação:			10 9	3
Disciplina:	OPTATIVA I		VV S	9
Curso:	DCC		- K	4
Centro:	CSA		3	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte	6	79
194	7	25	6.0	G.
9.2. Ementa:	9	2.5	22	Z
	2	(- ')	1 3	9
9.3 Objetivos:) 4	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	// Modular
Oferta	37) X	EN TO V	(A)	2
36	199		1 En	
9.1. Identificação:	36 20 1	136	il mis	
Disciplina:	CONTABILIDA	DE GERALIII	NI ZS	
Curso:	DCC	م لت	IN	
Centro:	CSA		1111	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte		
	16		32	
9.2. Ementa:	moniais, econôr		nas entidades e da	ue provocam variações patri- elaboração de relatórios con-
	,		·	
9.3 Objetivos:	contábeis que p		s patrimoniais, econ	de análise e registro de fatos ômicas e financeiras nas en-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	Х		-	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

4a S	ER	IF

9.1. Identificação:					
Disciplina:	CONTABILIDADE AVANÇADA II				
Curso:	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus Cianorte				
=					
9.2. Ementa:	Estudos avançados da Contabilidade societária de acordo com as normas vigentes e noções de atuária. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)				
9.3 Objetivos:	Propiciar ao académico a compreensão de tópicos avançados da Contabilidade societária, demonstrando as técnicas de cálculo, aplicação e contabilização e noções de atuária. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)				
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular				
Oferta	7 X				
9.1. Identificação:					
Disciplina:	AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL				
Curso:	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus Cianorte				
26					
9.2. Ementa:	Estudo dos fundamentos e procedimentos básicos para a execução do trabalho de auditoria e de perícia contábil. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)				
Sic					
9.3 Objetivos:	Propiciar aos acadêmicos os conhecimentos teóricos e práticos para execução dos trabalhos de auditoria e de perícia contábil. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)				
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular				
Oferta	X C. C.				

	216		~ C D				
9.1. Identificação:	100	1	H				
Disciplina:	CONTABILIDA	CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO					
Curso:	DCC						
Centro:	CSA						
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte					
9.2. Ementa:	ando os proced	Estudo da legislação tributária e previdenciária incidente nas entidades, evidenciando os procedimentos contábeis e as técnicas de planejamento tributário operacional. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)					
9.3 Objetivos:	Propiciar ao ac	adêmico os conhe	ecimentos acerca do	os procedimentos contábeis,			
,	decorrentes da legislação tributária e previdenciária, assim como as técnicas de						
	planejamento tributário operacional. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)						
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular			
Oferta	X	X					





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:			
Disciplina:	CONTROLADORIA		
Curso:	DCC		
Centro:	CSA		
Campus:	Sede e Campus Cianorte		
9.2. Ementa:	Estudo da Controladoria e o papel do controller na coordenação do processo de		
	gestão, envolvendo o planejamento, execução e controle das entidades e sua rela-		
	ção com a avaliação de desempenho e governança empresarial. (Resolução Nº		
-	126/2015-CI/CSA)		
-			
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão da Controladoria e o papel do controller na		
	coordenação do processo de gestão, envolvendo o planejamento, execução e con-		
	trole das entidades e sua relação com a avaliação de desempenho e governança		
	empresarial. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)		
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular		
Oferta	X		
100	3		
9.1. Identificação:	3 2 2 3		
Disciplina:	ÉTICA PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE		
Curso:	DCC		
Centro:	CSA		
Campus:	Sede e Campus Cianorte		
EN7.			
9.2. Ementa:	Estudo da ética, dos valores morais, direitos humanos, educação ambiental, rela-		
3,8	ções étnicos-raciais e dos preceitos do código de ética da profissão contábil (Res.		
45	Nº 114/2017-CI/CSA)		
420			
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico conhecimento sobre ética, valores morais e preceitos éticos		
8	da profissão contábil, contribuindo assim para a interação do profissional com a		
	sociedade. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)		
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular		
Oferta			
	The state of the s		
9.1. Identificação:	The Market of the Control of the Con		
Disciplina:	FINANÇAS EMPRESARIAIS		
Curso:	DCC		
Centro:	CSA		





..Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Resolução nº 047/2022-CI/CS	SA			fls. 45	
9.1. Identificação:					
Disciplina:	PSICOLOGIA N	O CONTEXTO D	O TRABALHO		
Curso:	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte			
9.2. Ementa:	Fenômenos psi	cossociais nas rel	ações de e com o	trabalho. (Res. no 1481/14-	
	CI/CSA)		,		
=	35-20	_ ~		3	
9.3 Objetivos:			ização crítica dos fer abalho. (Res. no 148	nômenos psicossociais impli- 1/14-CI/CSA)	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	
Oferta	X	276			
	4/	77/42 - 17/11	B		
9.1. Identificação:	36	214 35 34(1)	22		
Disciplina:	OPTATIVA II			5	
Curso:	DCC	^		2	
Centro:	CSA		AN 5	9	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte	The same	9_	
CAST		1110	() (L)	3	
9.2. Ementa:	2		3	Z	
-916	-	200	7		
9.3 Objetivos:	2 A	637	K	1/2	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	
Oferta	X			Z	
3/	ő				
9.1. Identificação:	139	E VIII	1 20	5	
Disciplina:	TRABALHO DE	CONCLUSÃO D	E CURSO	7	
Curso:	DCC	1,34	1 MA		
Centro:	CSA	113	1 1		
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte	11115		
•	YXXXXX		W. A.		
9.2. Ementa:		2	/ M1:5%		
	251	BA MO	WE WE		
9.3 Objetivos:	()	W 145	12 3		
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	
Oferta	X				
0.4.11					
9.1. Identificação:	1 === 5				
Disciplina:		RICULAR SUPER	VISIONADO		
Curso:	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte			
9.2. Ementa:	Aplicação e apri (Resolução 172		nhecimentos teórico	s/práticos junto às entidades	
9.3 Objetivos:				e trabalho, dentro das prer	
			contábil (Resolução		
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	
Oferta	X				





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Oferta

		OPTATIVA	S	
9.1. Identificação:				
Disciplina:	CONTABILIDA	DE SOCIOAMBIE	NTAL	
Curso:	DCC	<u> </u>		
Centro:	CSA			
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte		
=				
9.2. Ementa:	9.2. Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos e normativos da Contabilidade Socioambiental. (Resolução 172/2006-CEP).			
9.3 Objetivos: Propiciar aos acadêmicos a compreensão dos fundamentos teóricos e normativos sobre a contabilidade socioambiental. (Resolução 172/2006-CEP).				
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X	77.38 11.112, 15.		13
813	<i>3</i>	2	10 3	
9.1. Identificação:	3	11/2	K S	G
Disciplina:	RELATO INTE	GRADO	- 5	
Curso:	DCC		8	F
Centro:	CSA	75	1 2	G
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte	7	<u> </u>
GV.	5	(-1)	1 0	9
9.2. Ementa:				rado elaborada pelo Interna-
763				o os conceitos fundamentais o 008/2021-CI/CSA)
#3(过		W.	
9.3 Objetivos:	grado. Estudar Internacional In	a Estrutura Conce tegrated Reporting	itual Básica do Rela Council (IIRC). Coi	item elaborar o Relato Inte- ato Integrado elaborada pelo impreender o pensamento in- egrado. (Res. Nº 008/2021-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
			1 2 2 2 2 1 2 1 2 1	

•	424		11	
9.1. Identificação:	<	1		
Disciplina:	MERCADO DE	CAPITAIS		
Curso:	DCC			
Centro:	CSA			
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte		
9.2. Ementa:		eitos e instrumento Nº 126/2015-CI/C		ceiro e do mercado de capi-
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão de conceitos e instrumentos do mercado financeiro e do mercado de capitais. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)			
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:					
Disciplina:	FINANÇAS AP	LICADAS A CONT	TABILIDADE		
Curso:	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus Cianorte				
•					
9.2. Ementa:				e ativos com base em valor	
			bre est5rutura de ca	pital e política de dividendos.	
-	(Res. Nº 114/20)17-CI/CSA)			
		シーンと			
9.3 Objetivos:				re avaliação de ativos com	
				utura de capital e política de	
O 4 Ma Jal' la la la		s. Nº 114/2017-Cl/		NA . I I	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD (Semipresencial	Modular	
Oferta	X	CITE	M.	7_	
THE STATE OF THE S	B		3	3	
9.1. Identificação:			W. S	3	
Disciplina:	PRODUÇÃO C	IENTÍFICA EM CO	NTABILIDADE	2	
Curso:	DCC		3		
Centro:	CSA	0	61	4	
Campus:	Sede e Campus	S Cianorte	6.4	G _	
	B	1	2	Z,	
9.2. Ementa:	Estudo da prod	ução científica em	contabilidade em su	las diversas áreas. (Res. N⁰	
36	114/2017-CI/CS	SA)		7	
20	~		No.	G	
9.3 Objetivos:				científica em contabilidade	
				(Res. Nº 114/2017-CI/CSA)	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular Modular	
Oferta	JE 34	137	1 112		
	420mg		P/ 11118		
9.1. Identificação:	CALTANA		W No.		
•	EMPRESIDES	ODICMO E MADI	ETING BE CEDVIC	OS CONTÁBEIS	
Disciplina:	FE - A	ORISMO E MARK	ETING DE SERVIÇ	OS CONTABEIS	
Curso:	DCC CSA	WX VIO 115	10 3		
Centro:		Ciaranta	,,,		
Campus:	Sede e Campus	s Clanone			
0.2 Emento:	Catuda da sam	nartamanta a da i	araaaaa amaraand	adar a daa fundamantaa da	
9.2. Ementa: Estudo do comportamento e do processo empreendedor e dos fundame marketing de serviços com foco nas empresas prestadoras de serviços co (Res. № 114/2017-CI/CSA)					
			doras de serviços contabeis.		
	(1163.14 114/20	717-01/00A)			
9.3 Objetivos:	Propiciar an ac-	adêmico a compre	ensão do indivíduo	do processo, do ambiente e	
0.0 ObjettV03.					
	do tipo de negócio no fenômeno de criação de novas empreendimentos, a compre ensão das principais teorias sobre o empreendedorismo e a compreensão sobre os principais conceitos de marketing de serviços para empreendimentos prestadores				
		tábeis. (Res. Nº 11		, and the second of the second	
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	
Oferta	X		<u>,</u>		
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	l .			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:	
Disciplina:	PROCESSO ORÇAMENTÁRIO, CONTROLE E TRANSFERÊNCIA GOVERNAMENTAL
Curso:	DCC
Centro:	CSA
Campus:	Sede e Campus Cianorte
9.2. Ementa:	Estudo dos controles institucionalizados sobre o orçamento, a gestão pública, as novas iniciativas de controle relacionadas à accountability em suas diversas dimensões e à transparência da Gestão Fiscal. (Res. Nº 098/2018-CI/CSA)
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão do processo de controle do orçamento, da gestão pública, dos controles internos e externos já institucionalizados, controle social e da transparência por meio de estudo de casos. (Res. Nº 098/2018-CI/CSA)
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular
Oferta	×

131.7	(F)	
9.1. Identificação:	5 NS	3/2
Disciplina:	PRÁTICA DE CÁLCULOS PERICIAIS CONT	ÁBEIS
Curso:	DCC	
Centro:	CSA	SZ.Z
Campus:	Sede e Campus Cianorte	36
ryser)	B F3	No.
9.2. Ementa:	Prática da Perícia Contábil, evidenciando as t cálculos para apêndice do Laudo Contábil e 097/2019-CI/CSA)	
9.3 Objetivos:	Propiciar aos alunos conhecimentos que os beis, por meio da utilização de planilhas eletr para apêndice do Laudo Contábil e Parecer CI/CSA)	ônicas para elaboração dos cálculos Pericial Contábil. (Res. Nº 097/2019-
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipres	sencial Modular
Oferta	XXXXX	
	E/ E/ II LPM . // // / / /	

9.1. Identificação:	R	021a M	77-12	
Disciplina:	CONTRATO DE CONSTRUÇÃO E ATIVIDADE IMOBILIÁRIA			
Curso:	DCC	\frac{1}{2}		
Centro:	CSA	4	300	
Campus:	Sede e Campus	s Cianorte		
9.2. Ementa:	Estudo de procedimentos contábeis e fiscais aplicáveis à contratos de construção e Atividade Imobiliária. (Res. Nº 114/2017-CI/CSA)			
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão de conceitos e procedimentos contábeis de mensuração e reconhecimento inerentes a Contratos de Construção e à Atividade Imobiliária segundo a norma vigente, bem como dos aspectos fiscais aplicáveis a estes segmentos de negócios. (Res. Nº 114/2017-CI/CSA)			
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	Х			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:					
Disciplina:	MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE				
Curso:	DCC				
Centro:	CSA				
Campus:	Sede e Campus Cianorte				
9.2. Ementa:	Estudo das diversas técnicas de análise multivariada de dados aplicados ao campo				
<i></i>	de atuação do profissional contábil. (Res. Nº 114/2017-CI/CSA)				
E					
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão de diversas técnicas de análise multivari-				
	ada, desde o gerenciamento e tratamento dos bancos de dados até a interpretação				
	dos resultados, com enfoque para as suas aplicações no campo de atuação profis-				
	sional contábil. (Res. Nº 114/2017-CI/CSA)				
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular				
Oferta	X YXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
17					

9.1. Identificação:	
Disciplina:	GESTÃO DE CUSTOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE
Curso:	DCC
Centro:	CSA
Campus:	Sede e Campus Cianorte
9.2. Ementa:	Estudo das técnicas de apuração e de gestão de custos aplicada às organizações
3600	prestadoras de serviços de saúde. (Resolução Nº 126/2015-CI/CSA)
51	
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão das técnicas de apuração e de gestão de
1	custos aplicadas às organizações prestadoras de serviços de saúde. (Resolução
H2(Nº 126/2015-CI/CSA) / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 /
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular
Oferta	SLE X V V

9.1. Identificação:	CEVAN /		100	
Disciplina:	JOGOS DE EM	PRESAS	, M:53	
Curso:	DCC TO	72.	10-12	
Centro:	CSA	715	KA	
Campus:	Sede e Campus	Cianorte	11	
		/5		
9.2. Ementa:		ceitos e práticas co (Resolução Nº 12		npresarial, com abrangência
9.3 Objetivos:		a gestão, com o u		e práticas contábeis através nulação empresarial. (Reso-
9.4. Modalidade de	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular
Oferta	X			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

9.1. Identificação:						
Disciplina:	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE					
Curso:	DCC					
Centro:	CSA					
Campus:	Sede e Campus Cianorte					
9.2. Ementa:	Estudo de aspectos teóricos e práticos aplicados a temas contempo-					
· ·	râneos em Contabilidade. (Resolução № 126/2015-CI/CSA)					
9.3 Objetivos:	Propiciar ao acadêmico a compreensão de aspectos teóricos e práti-					
9/	cos aplicados a temas contemporâneos em Contabilidade. (Resolução №					
170	126/2015-CI/CSA)					
9.4. Modalidade de	Presencial EAD Semipresencial Modular					
Oferta	3 X					







...Resolução nº 047/2022-CI/CSA







...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 52

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

				1ª série			
QDE.	CÓDIGO	PERÍODO	DPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	U.C.E. FIXA	U.C.E. OPCIONAL
1	9304	Α	DCC	CONTABILIDADE GERAL I	136,00	0,00	0,00
2	9305	\$ 02	DCC	INICIAÇÃO À PESQUISA EM CONTABILIDADE	68,00	0,00	0,00
3	9306	S01	DCC	TEORIA DA CONTABILIDADE	68,00	0,00	0,00
4	9307	502	DMA	MATEMÁTICA	68,00	0,00	0,00
5	9308	S01	DCO	ECONOMIA	68,00	0,00	0,00
6	9309	502	DCS	SOCIOLOGIA	68,00	0,00	0,00
7	9310	S01	DAD	ADMINISTRAÇÃO	68,00	0,00	0,00
8	9311	\$01	DDP	DIREITO EMPRESARIAL	68,00	0,00	0,00
9	9312	S02	DCO	ECONOMIA BRASILEIRA	68,00	0,00	0,00
				SUBTOTAL:	680,00	0,00	0,00





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

				2ª série			
QDE.	CÓDIGO	PERÍODO	DPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	U.C.E. FIXA	U.C.E. OPCIONAL
1	9313	A	DCC	CONTABILIDADE GERAL II	136,00	0,00	0,00
2	9314	A	DCC	CONTABILIDADE E ANÁLISE DE CUSTOS	136,00	68,00	0,00
3	9315	S01	DCC	SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL	68,00	0,00	0,00
4	9316	\$02	DCC	CONTABILIDADE E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL I	68,00	0,00	0,00
5	9318	\$02	DDP	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA	68,00	0,00	0,00
6	9319	\$01	DMA	MATEMÁTICA FINANCEIRA	68,00	0,00	0,00
7	9327	S01	DFL	FILOSOFIA	68,00	0,00	0,00
8	10656	\$02	DES	ESTATÍSTICA	68,00	0,00	0,00
		COTTACT OF THE COTTAC	ALL	SUBTOTAL:	680,00	68,00	0,00





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

				3ª série			
QDE.	CÓDIGO	PERÍODO	DPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	U.C.E. FIXA	U.C.E. OPCIONAL
1	9320	501	DCC	ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	68,00	0,00	0,00
2	9321	S02	DCC	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	68,00	0,00	0,00
3	9322	S02	DCC	CONTABILIDADE GERENCIAL	68,00	0,00	0,00
4	9323	\$01	DCC	CONTABILIDADE E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL II	68,00	0,00	0,00
5	9324	S02	DCC	CONTABILIDADE AVANÇADA I	68,00	0,00	0,00
6	9325	No.	DCC	LABORATÓRIO CONTÁBIL	136,00	0,00	0,00
7	9326	S02	DCC	CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO	68,00	68,00	0,00
8	9328	S01	DCC	OPTATIVA I	68,00	68,00	0,00
9	10655	S 01	DCC	CONTABILIDADE GERAL III	68,00	0,00	0,00
				SUBTOTAL:	680,00	136,00	0,00





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

				4ª série				
QDE.	CÓDIGO	PERÍODO	DPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	U.C.E. FIXA	U.C.E. OPCIONAL	
1	9329	S02	DCC	CONTABILIDADE AVANÇADA II	68,00	0,00	0,00	
2	9330	A	DCC	AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL	136,00	68,00	0,00	
3	9331	A	DCC	CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	136,00	0,00	0,00	
4	9332	S01	DCC	CONTROLADORIA	68,00	68,00	0,00	
5	9333	\$02	DCC	ÉTICA PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE	68,00	0,00	0,00	
6	9334	\$02	DAD	FINANÇAS EMPRESARIAIS	68,00	0,00	0,00	
7	9335	\$01	DPI	PSICOLOGIA NO CONTEXTO DO TRABALHO	68,00	0,00	0,00	
8	9336	501	DCC	OPTATIVAII	68,00	0,00		
9	9337	15(2)33)	DCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	272,00	0,00	136,00	
10	9338	A	DCC	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	540,00	0,00	108,00	
				SUBTOTAL:	1.492,00	136,00	244,00	
PA	RTICIPAÇ	ÃO EM PR	ROJETO	S DE EXTENSÃO			32,00	
ATIV	/IDADES	ACADÊMIC		MPLEMENTARES DO CURSO (AAC):	180,00			
	TOTAL	DA CARG	A HOR	ÁRIA DO CURSO:	3.712,00			
						U.C.E. FIXA	U.C.E. OPCIONAL	
	UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (UCE):				380,00	340,00	244,00	





Resolução nº 047/2022-CI/CSA fls. 56 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Pró-Reitoria de Ensino Projeto Pedagógico de Curso de Graduação Formulário para Alteração de Disciplina Curso: Ciências Contábeis 9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES 9.1. Identificação CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO Disciplina (nome atual): Disciplina (nome pro-CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO posto): DCC Departamento(s) (atual); DCC Departamento(s) (proposto): **9.2. Ementa** (atual): Estudo dos conceitos e técnicas contábeis aplicáveis na geração de informações relativas às atividades do Agronegócio. (Res. 126/2015-CI/CSA). 9.2. Ementa (proposta) Estudo dos conceitos e técnicas contábeis aplicáveis na geração de informações relativas às atividades do Agronegócio por meio de ação extensionista. (Res. 47/2022-CI/CSA). 9.3 Objetivos (atuais): Propiciar ao acadêmico a compreensão dos conhecimentos teóricos e práticos no processo de geração da informação contábil nas atividades do Agronegócio. (Res. 126/2015-CI/CSA). Propiciar ao acadêmico a compreensão dos conhecimentos teóricos e práticos 9.3 Objetivos (proposno processo de geração da informação contábil por meio de ação extensionista tos): nas atividades do Agronegócio. (Res.47/2022-CI/CSA). 9.4. Modalidade e Série de Oferta Presencial EAD Semipresencial Modular Série -Anual 1º Sem 2º Sem. Atual Х 3 Х Proposta 9.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos Carga Horária To-Carga Horária Semanal em Hotal no Tempo de ras/Aula Oferta Extensão Semipresen-cia Semanal Feor./Prática Carga Horária Semestra Prática Modulai Annal Total Carga Horária (atual): 68 Carga horária (proposta) 68 Número de Alunos por Turma (atual): 40

40

Número de Alunos por Turma (proposta):





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INS	ERCÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA	NDO F	OR O	CAS	0)		
					Atividade de Extensão							
EX	(s)			Carga Ho- rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte <u>NÃO</u> Extensão – Se houver)			ria Sem as/Aula		С	Carga Horária Total no Tempo de Oferta em Horas/Aula		
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação		Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
		4	520) _~) }							
) Y	////18	C/ITM	Ş							
		. Ve	La Justin	30////								
TOT	AL (COMO DISCIPLINA										

			3/2							
9.6. Local de Funcionamento das Turmas Práticas ou Especiais										
Categoria da Turma	Nome do local: lal	oratório, campo, hospit	al, outros.	Bloco/Sala						
Prática:	Campo e outro	ampo e outros								
Teórica/Prática:	3	200		C23						
STATE OF THE PERSON OF THE PER	7	5.00	707							
9.7. Aprovação no Depart	tamento e Conselh		32							
Aprovação no Depart	tamento:	Aprovação no Co	nselho Acadên	nico:						
Local e Data:	3 26	Local e Data:	12							
E S		17	125							
Carimbo e Assinatura do Che	efe do Departamento	Carimbo e Assii	natura do Coordenador	do Curso						





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 58



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Co	ontábeis	Campus:	Maringá		
Departa- mento:	Ciências Co	ontábeis		}		
Centro:	Ciências So	ciais Aplicadas				
		COMPONENTE CURRICULAR				
Nome: CON	Nome: CONTABILIDADE APLICADA AO AGRONEGÓCIO					
Carga Horár	ia Total: 68h	Periodicidade: Semestral	Ano de Ir	no de Implantação: 2023		
Carga Horár prática: 68	ia Teórica e	Carga Horária Extensão: 68h	UCE	,		
	西海湖	7. 115	SIS	,		
1. EMENTA	36	S	S.X	7		
Agronegócio. (Res. 126/2015-0	s contábeis aplicáveis na geração de in CI/CSA).	formações rela	tivas às atividades do		
2. OBJETIVO	15 EV	~	32			

Propiciar ao acadêmico a compreensão dos conhecimentos teóricos e práticos no processo de geração da informação contábil por meio de ação extensionista nas atividades do Agronegócio. . (Res. 126/2015-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 3.1 CONCEITOS BÁSICOS DO AGRONEGÓCIO
- 3.2 CONTABILIDADE AGROPECUÁRIA
- 3.2.1 Atividade Agrícola: Culturas Hortícola e Forrageira e Arboricultura
- 3.2.2 Controle e avaliação pelo método de custo histórico para as Culturas Temporárias e Permanentes
- 3.2.3 Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: aplicação dos conceitos do CPC, IFRS e Valor Justo (conceito econômico)
- 3.2.4 Aplicação e apuração do resultado pelo método do custo histórico e Valor Justo
- 3.2.2 Atividade zootécnica (criação de animais)
- 3.2.3 Controle e avaliação pelo método de custo histórico para atividade zootécnica
- 3.2.4 Ativos Biológicos e Produtos resultante da atividade zootécnica: conceitos do CPC, IFRS e Valor Justo
- 3.2.5 Aplicação e apuração do resultado pelo método do custo histórico e Valor Justo
- 3.3 CONCEITOS BÁSICOS DA PECUÁRIA
- 3.3.1 Classificação da atividade zootécnica
- 3.3.2 Mensuração pelo método do custo histórico para controle do estoque
- 3.3.3 Diferenças entre ativos biológicos, produtos agrícolas, imobilizado e estoque
- 3.3.4 Mensuração e avaliação de Ativos Biológicos e Produtos, conforme CPC, IFRS e Valor Justo
- 3.2.5 Aplicação e apuração do resultado pelo método do custo histórico e Valor Justo
- 3.4 ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL
- 3.4.1 Definição de agroindústria de beneficiamento, de transformação e beneficiamento da matéria-prima proveniente da agropecuária
- 3.4.2 Aplicação e apuração do resultado pelo método do custo histórico e Valor Justo





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 59

3.5 O CONTROLE E INFORMAÇÃO SUBSIDIANDO O PLANEJAMENTO DA EMPRESA AGROPECUÁRIA

3.5.1 Elaboração de controles gerenciais

3.5.2 Demonstração do resultado do período por meio do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demonstração de Fluxo de Caixa

3.5.3 Apresentação do estudo de caso pelo método de custo histórico e CPC 29 e Valor Justo.

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

ALTHAUS JUNIOR, Adalto Acir. Gestão: fluxo de Caixa. Curitiba: SENAR AR/PR., 2018. 116 p.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 29 - Ativos Biológico e Produto Agrícola.

Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Rural: uma abordagem Decisorial. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural. 14. ed. Atlas, SP, 2014. (impresso e/ou e-book)

NAKAO, Sílvio Hiroshi. **Contabilidade financeira no agronegócio**. Grupo Gen-Atlas, 2017. (impresso e/ou e-book)

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do Agronegocio: Teoria e Prática**. 2. ed. Juruá, Curitiba, 2010. (impresso)

REZENDE, Amaury José et al.; Organização Sílvio Hiroshi Nakao. - São Paulo: Atlas, 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Administração da empresa rural:** ambiente externo. 4. ed. v. 139. Brasília: SENAR, 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). Administração da empresa rural: ambiente interno. 3. ed. v. 140. Brasília: SENAR, 2012.

SILVA, Roni Antonio Garcia da. Administração rural: teoria e prática. 3.ed. - Curitiba - Paraná, 2013

4.2- Complementares

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Manual de Tributos da Atividade Rural**. 1. ed. Atlas. SP. 2001. AMARO, Antonio Ambrosio; NEVES, Evaristo Marzabal; LOPES, Frederico Fonseca; NEVES, Marcos Fava; JANK, Marcos Sawaya; TROMBIN, Vinícius Gustavo. **Caminhos para a Citricultura: Uma Agenda para Manter a Lideranca Mundial**. 1. Ed. Atlas. São Paulo, 2007.

BATALHA, Mário Otávio; SOUZA, Hildo Meirelles Filho. **Agronegócio no Mercosul: Uma Agenda para Desenvolvimento**. 1. ed. Atlas. São Paulo, 2009.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo; et al. **Gestão de negócios agropecuários com foco no patrimônio.** Campinas: Alínea. 2019.

COSTA, Antonio José de Oliveira. **O poder da agricultura empresarial**. 1. ed. Saraiva, São Paulo, 2007. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Uma Abordagem, Decisorial**. 6. ed. Atlas, 2011.

KAY, Ronald; EDWARDS, William; DUFFY, Patricia. **Gestão de Propriedades Rurais.** 7. ed. Porto Alegre: McGRaw Hill Education. 2014. (impresso ou e-book)

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Contabilidade da pecuária. 9. ed. Atlas, São Paulo, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária e Imposto de Renda - Pessoa Jurídica. 12. ed. Atlas, São Paulo, 2010.

NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Thomé. **AGRICULTURA INTEGRADA: Inserindo Pequenos Produtores de Maneira Sustentável em Modernas Cadeias Produtivas.** 1. ed. Atlas, São Paulo, 2010. SANTOS, Gilberto José, MARION, José Carlos, SEGATTI, Sonia. **Administração de Custos na Agropecuária**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2009.

SOUTO, J. P. **Gestão e Gerenciamento Rural:** O olhar do futuro para a propriedade rural de hoje. Taquarituba, SP. 2019. impresso e/ou e-book).

Gestão e gerenciamento rural: o olhar do futuro para a propriedade rural. 2019.

ZYLBERZTAIN, Décio. Caminhos da Agricultura Brasileira. 1. ed. Atlas. São Paulo, 2011.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022

Aprovação do Conselho Acadêmico em 24/03/2022





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 60



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	CIÊNCIAS CO	NTABEIS	Campus: MARINGÁ
Departamento:	CIÊNCIAS CO	NTÁBEIS	3
entro:	CIÊNCIAS SO	CIAIS APLICADAS	7
	20	COMPONENTE CURRICULAR	
	1200		W
Nome: CONT	ABILIDADE A	PLICADA AO AGRONEGÓCIO	Código: 9326
Turma(s): todas	s as vigentes	Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral
	E	7 1 2 3	33
	TO THE	Verificação da Aprendizagem	25
	ı (provas, avaliaç	tas avaliações serão exigidas e detall ão contínua, seminários, trabalhos e	
Número	mínimo de avalia	ções = 2 (duas)	1.003
	25/1/1		1 25
Avaliação	Periódica:	1a	2ª
Pe	so:	4 9 5	Miles 6
<u>1ª AVALIAÇÃC</u>	PERIÓDICA = 10	00% prova escrita	
definido pelo do avaliação cons participação do dade como ava	ocente responsáv tará de um conjur	,	letivas e divulgado aos alunos, es al, envolvendo questionários sobr
Aprovac em 24/03/202	lo na 445ª Reur	nião do DCC Aprova	ação do Colegiado





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.61



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Identificação

Disciplina (nome atual):	CONTROLADORIA
Disciplina (nome pro-	CONTROLADORIA
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC
Departamento(s) (pro-	DCC SALES
posto):	
9.2. Ementa (atual):	Estudo da Controladoria e o papel do controller na coordenação do processo
A. F. C. C.	de gestão, envolvendo o planejamento, execução e controle das entidades e
	sua relação com a avaliação de desempenho e governança empresarial.
733	(Res. 126/2015-CI/CSA).
9.2. Ementa (proposta):	Estudo da Controladoria e o papel do controller na coordenação do processo
RICE DE	de gestão, envolvendo o planejamento, execução e controle das entidades e
120	sua relação com a avaliação de desempenho e governança empresarial por
817	meio de ação extensionista. (Res. 47/2022-CI/CSA).
9.3 Objetivos (atuais):	Propiciar ao acadêmico a compreensão da Controladoria e o papel do controller
25	na coordenação do processo de gestão, envolvendo o planejamento, execução
C5171	e controle das entidades e sua relação com a avaliação de desempenho e go-
TE 1	vernança empresarial. (Res. 126/2015-CI/CSA).
0.2 Objetives (proper	Dronjojar na goodâmica a compressação da Controladoria a a panal da controllar

tos):

9.3 Objetivos (propos- Propiciar ao acadêmico a compreensão da Controladoria e o papel do controller na coordenação do processo de gestão, envolvendo o planejamento, execução e controle das entidades e sua relação com a avaliação de desempenho e governança empresarial por meio de ação extensionista. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

	Presencial	EAD⊄	Semipresencial	Modular	Série	Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	X		15 Farmer 160	115	42		Х	
Proposta	X		Con and	Z ~ Z	4		X	

Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula					Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
Carga Horária (atual):	Extensão	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresen-cial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular
Carga Horária (atual):				68				X	
Carga horária (proposta)	68								
Número de Alunos por Turma (atual):	40								
Número de Alunos por Turma (proposta):	40			•	•				





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INSI	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA	NDO F	OR C	CA	SO)			
					Atividade de Extensão								
_					Carg	ga Horá	ria Sem	nanal	'				о Тетро
ΕX	(s			Carga Ho-		em Hor	as/Aula	3		de	Oferta em Horas/Aula		s/Aula
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali-	rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte <u>NÃO</u> Extensão – Se houver)	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
			g/ /1	1/25	Ł		M						
				1.60	Ш	M							
				が発	\rangle								
TOT	AL C	OMO DISCIPLINA											

o f					
9.6. Local de Funcionamento das	Turmas Práticas ou Especiais				
Categoria da Turma Nome do I	ocal: laboratório, campo, hospital, outros.	Bloco/Sala			
Prática: Campo	e outros				
Teórica/Prática: C-23					
32	SIZ.				
9.7. Aprovação no Departamento e C	onselho Acadêmico				
Aprovação no Departamento:	Aprovação no Conselho Acadêmio	:0:			
Local e Data:	Local e Data:				
56					
36	NG NG				
Carimbo e Assinatura do Chefe do Departar	mento Carimbo e Assinatura do Coordena	idor do Curso			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.63



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Campus: Maringá					
Departamento:	Ciências Contábeis						
Centro: Ciências Sociais Aplicadas							
COMPONENTE CURRICULAR							
Nome: CONTROLADO	DRIA	Código: 9332					
Carga Horária: 68h	Periodicidade: Sem	nestral Ano de Implantação: 2023					
1. EMENTA							

Estudo da Controladoria e o papel do *controller* na coordenação do processo de gestão, envolvendo o planejamento, execução e controle das entidades e sua relação com a avaliação de desempenho e governança empresarial por meio de ação extensionista. (Res. 47/2022-CI/CSA).

2. OBJETIVOS

Propiciar ao acadêmico a compreensão da Controladoria e o papel do *controller* na coordenação do processo de gestão, envolvendo o planejamento, execução e controle das entidades e sua relação com a avaliação de desempenho e governança empresarial por meio de ação extensionista, (Res. 47/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Aspectos fundamentais da Controladoria:
 - 1. Evolução histórica da Controladoria
 - 2. Conceitos de controladoria e de controller
 - 3. Atribuições e responsabilidades da controladoria
 - 4. Posição da controladoria na estrutura organizacional
- 2. A Controladoria como coordenadora do processo de gestão:
 - 1. Sistema de gestão e modelos de tomada de decisão
 - 2. Processo de gestão: planejamento, execução e controle
 - 3. Sistemas de informações para o processo de gestão
 - 4. Gestão de pessoal: sistemas de controle e incentivos
- 3. Controladoria no processo de governança empresarial:
 - 1. Conceitos e fundamentos teóricos da governança
 - 2. Conflitos entre proprietários e agentes (Teoria da agência)
 - 3. Mecanismos de governança corporativa: internos e externos
 - 4. Papel da controladoria na governança corporativa
- 4. Estudo organizacional e diagnóstico
 - 1. Estudo de campo em uma organização pública, privada ou do terceiro setor.
 - 2. Descrição da organização e investigação da controlaria e suas funções.
 - 3. Formalização de um artigo tecnológico e proposições de um plano de ação.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.64

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

ANTHONY, Robert N., GOVINDARAJAN, Vijay. Sistemas de controle gerencial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008

FIGUEIREDO, Sandra, CAGGIANO, Paulo C. Controladoria – teoria e prática. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2008. LUNKES, Rogério J.; SCHNORREMBERGER, Darci. Controladoria na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

4.2- Complementares

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas E Valor. São Paulo: Atlas, 2005.

ATKINSON, Anthony A., BANKER, Rajiv D., KAPLAN, Robert S., YOUNG, S. Mark. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

CATELLI, Armando (org.) Controladoría: uma abordagem da Gestão Econômica – GECON. São Paulo: Atlas. 1999.

GOMES, Josir Simeone e SALAS, Joan M. Amat. Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

PERES JUNIOR, José Hernandes, PESTANA, Armando Oliveira, FRANCO, Sergio Paulo Cintra. Controladoria de Gestão. 2ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1997.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P., A Estratégia em Ação: *Balanced Scorecard*. Tradução de Luiz Euclydes Trindade Frazão Filho. 5º Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P.. Organização Orientada para a Estratégia. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P.. Mapas Estratégicos. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra Rio de Janeiro: Campus, 2004

KAPLAN, Robert S., NORTON, David P.. Alinhamento Estratégico. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PESTANA, Armando Oliveira, JUNIOR, José Hernandes Perez, SILVA, Carlos Alberto dos Santos. Controladoria Estratégica. 3ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MOSSIMAN, Clara P., ALVES, Osmar de C., FISCH, Sílvio. Controladoria: seu papel na administração de empresas. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1994.

OLINQUEVITCH, José Leônias, FILHO, Armando de Santi. Análises de Balanços para Controle Gerencial. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis L. Controladoria básica. São Paulo: Thomson, 2004.

em 24/03/2022

PADOVEZE, Clóvis L. Controladoria estratégica e operacional. São Paulo: Thomson, 2003.

MARTIN, Jojn D. e PETTY, J. William. Gestão Baseada em valor: a resposta das empresas à revolução dos acionistas. Rio de janeiro: Qualitymark, 2004.

SCHMIDT, Paulo (organizador). Controladoria – Agregando valor para as empresas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SCHMIDT, Paulo. Fundamentos de Controladoria. Coleção Resumos de Contabilidade, São Paulo: Atlas, 2006.

TUNG, Nguyen H. Controladoria financeira das empresas. 8. ed., São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

YOUNG, S. David e O' BYRNE, Stephen F. EVA e Gestão Baseada em Valor-Guia prático para implementação. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Aprovado no Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.65



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis
Departamento:	Departamento de Ciências Contábeis
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas
9/	COMPONENTE CURRICULAR
Nome: CONTROLADORIA	Código: 9332
Turma(s): todas vigentes	Ano de Implantação: 2023 Periodicidade: Semestral

Verificação da Aprendizagem

Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 4 (quatro)

Avaliação Periódica:	14	2ª
Peso:	3	7

Obs: o trabalho escrito previsto na 2º avaliação periódica deverá contemplar o conteúdo previsto no item 4 do conteúdo programático do programa do componente curricular por meio de ação extensionista.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022

Aprovado no Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.66



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Identificação

Disciplina (nome atual):	Gestão de Custos em Serviços de Saúde
Disciplina (nome pro-	Gestão de Custos em Serviços de Saúde
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC
Departamento(s) (pro-	DCC
posto):	7 1 25
4) 4	

9.2. Ementa (atual): Estudo das técnicas de apuração e de gestão de custos aplicada às organizações prestadoras de serviços de saúde. (Res. 126/2015-CI/CSA).

9.2. Ementa (proposta): Estudo das técnicas de apuração e de gestão de custos aplicada às organizações prestadoras de serviços de saúde por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.3 Objetivos (atuais): Propiciar ao acadêmico a compreensão das técnicas de apuração e de gestão de custos aplicadas às organizações prestadoras de serviços de saúde. (Res. 126/2015-CI/CSA).

9.3 Objetivos (propostos):

Propiciar ao acadêmico a compreensão das técnicas de apuração e de gestão de custos aplicadas às organizações prestadoras de serviços de saúde por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

		0.0123	The William Co. (1)				
	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular Série	Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	X		100 mm	3 ou 4		X	
Proposta	Х			3 ou 4		X	

9.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

Carga Horária		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula						Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
		Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresen-cial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular	
Carga Horária (atual):				68				Χ		
Carga horária (proposta)								Х		
Número de Alunos por Turma (atual):	40		1	1	ı	1	1		1	
Número de Alunos por Turma (proposta):	40		•				•			





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INSI	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA	NDO F	OR O	CAS	(O)			
					Atividad					le de Extensão			
(X:	(s			Carga Ho-		ga Horá em Hor			C		Horária Oferta el		o Tempo s/Aula
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação	rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte <u>NÃO</u> Extensão – Se houver)	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
			50,7			M							
				が発	\rangle								
)	/77/4FE -	TANK!	እ								
TOT	AL CO	OMO DISCIPLINA											
		26	The same	200000				-					

ASS.	0,	CITE		7
9.6. Local de Funcionam	ento das Turmas Pi	ráticas ou Especia	is 32	7
Categoria da Turma	Nome do local: l	laboratório, campo	o, hospital, outros	s. Bloco/Sala
Extensão:	Campo e outros	15		Maringá: C- 23 Cianorte: B
Teórica/Prática:	3	AR	NA	2
135	7	5.2	702	p.o.
9.7. Aprovação no Depar	tamento e Conselh	o Acadêmico	25	
Aprovação no Departame	ento:	Aprovação no Co	onselho Acadêmi	ico:
Local e Data:		Local e Data:	1 25	-
Carimbo e Assinatura do tamento	Tr.	Carimbo e As	sinatura do Coor	denador do Curso





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 68



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contáb	peis	Campus:	Maringá/Cianorte		
Departamento:	Ciências Contáb	oeis				
Centro:	Ciências Sociais	s Aplicadas				
COMPONENTÉ CURRICULAR						
Nome: Gestão	de Custos em S	erviços de Saú	de	Código: 445x / 445x		
Carga Horária: (58h	Periodici (Optativa	dade: Semestral)	Ano de Implantação: 2023		
1. EMENTA				8/15		
Estudo das técni	cas de apuração e	de gestão de cus	tos aplicada às org	anizações prestadoras de serviços		
de saúde por mei	o de práticas exter	nsionistas. (Res. 4	7/2022-CI/CSA).			
2. OBJETIVOS	法记名	£		1		
Propiciar ao acad	êmico a compreen	são das técnicas o	de apuração e de g	estão de custos aplicadas às orga-		
				onistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).		

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 Contextualização: desafios e oportunidades no segmento de saúde

- 3.1.1 A evolução do mercado
- 3.1.2 Os modelos de remuneração

3.2 Apuração e gestão de custos

- 3.2.1 A importância da apuração e gestão de custos no segmento saúde
- 3.2.2 Conceitos, terminologia e classificações
- 3.2.3 Custeio por absorção (departamentalização a classificação dos centros de custos: produtivos, auxiliares e administrativos)
- 3.2.4 Composição e fórmulas de apropriação dos custos
- 3.2.5 Métodos e critérios de rateio
- 3.2.6 Distribuição e cálculo dos custos totais e unitários dos serviços
- 3.2.7 Cálculo dos custos dos procedimentos hospitalares
- 3.2.8 Estratégias para implantação do custeio por absorção: estrutura e cultura organizacional necessária para implantação de um sistema de apuração de custos
- 3.2.9 Custeio variável, margem de contribuição e ponto de equilíbrio

3.3 Formulação de preços de serviços

- 3.3.1 Formação do preço de venda dos serviços
- 3.3.2 Preço dos serviços (diárias e taxas)





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 69

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

BEULKE, Rolando, BERTO, Dálvio José. **Gestão de custos e resultados na saúde:** hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres. São Paulo: Saraiva, 2012.

FALK, James Anthony. Gestão de custos para hospitais. São Paulo: Atlas, 2001.

MAHER, Michael. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

4.2- Complementares

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos:** aplicação em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ESTEVES, Maria Josefa Vilar. A utilização de custos em hospitais paulistas: um estudo preliminar. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da USP, Universidade de São Paulo, Sã Paulo, 1992.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M, FOSTER, George G. Contabilidade de custos. 11. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2004. v. 1 e 2.

KAPLAN, Robert; COOPER, Robin. **Custo e desempenho:** administre seus custos para ser mais competitivo; Tradução O.P. Traduções. São Paulo: Futura, 1998.

LEONCINE, Maury. **Sistemática para apuração de custos por procedimento médico hospitalar.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

LEONE, George Sebastião Gerra Leone. **Custos:** planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Vidigal Fernandes. Desenvolvimento de um modelo de resultados em serviços hospitalares com base na comparação entre receitas e custos das atividades associadas aos serviços. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

MATOS, Afonso José de Gestão de custos hospitalares: técnicas, análises e tomada de decisão. 3. Ed. São Paulo: Editora STS, 2005.

PORTER, Michael; TEISBERG, Elizabeth Olmsted. **Repensando a saúde:** estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos. Porto Alegre: Bookman, 2007.

ROCHA, Viviane Lenzi. **Dificuldades na implantação de sistemas de custeio em instituições hospita- lares**: estudo de caso em um hospital de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

SCHULTZ, Charles Albino. **Gestão dos custos de serviços públicos de alta complexidade hospitalar.** Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, UFSC, Florianópolis, 2007.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de custos:** uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração. São Paulo: Atlas, 2009.

VANDERBECK, Edward J, NAGY, Charles F. **Contabilidade de custos.** Tradução Roberti Brian Taylor, 11. Ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC	Aprovado no Conselho Acadêmico
em 24/03/2022	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 70



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis	3						
Departamento:	Departamento de Ciências Contábeis	Departamento de Ciências Contábeis						
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas						
	COMPONENTE CURRICULAR							
Nome: Gestão de	Nome: Gestão de Custos em Serviços de Saúde Código: 445x / 445x							
Turma(s): todas vige	entes Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral (Optativa)						

Verificação da Aprendizagem

.br > Legislação > Normas da Graduação > Pesquisar por Assunto: Avaliação

Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:	1ª 2ª
Peso:	4

1ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Trabalho......100%

2ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Trabalho............ 100%

AVALIAÇÃO FINAL Prova Escrita......100%

Obs.: Os trabalhos previstos na 1º e 2º avaliação periódica deverão contemplar o conteúdo do programa do componente curricular por meio de práticas extensionistas.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022 Aprovado no Conselho Acadêmico





.Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.71



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Identificação

Disciplina (nome atual):	Empreendedorismo e Marketing de Serviços Contábeis
Disciplina (nome pro-	Empreendedorismo e Marketing de Serviços Contábeis
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC
Departamento(s) (pro-	DCC - The second
posto):	

9.2. Ementa (atual):

Estudo do comportamento e do processo empreendedor e dos fundamentos do marketing de serviços com foco nas empresas prestadoras de serviços contábeis. (Res. nº 114/17 – CI/CSA).

9.2. Ementa (proposta):

Estudo do comportamento e do processo empreendedor e dos fundamentos do marketing de serviços com foco nas empresas prestadoras de serviços contábeis por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.3 Objetivos (atuais):

Propiciar ao acadêmico a compreensão do indivíduo, do processo, do ambiente e do tipo de negócio no fenômeno de criação de novas empreendimentos, a compreensão das principais teorias sobre o empreendedorismo e a compreensão sobre os principais conceitos de marketing de serviços para empreendimentos prestadores de serviços contábeis. (Res. nº 114/17 – CI/CSA)

9.3 Objetivos (propostos):

Propiciar ao acadêmico a compreensão do indivíduo, do processo, do ambiente e do tipo de negócio no fenômeno de criação de novas empreendimentos, a compreensão das principais teorias sobre o empreendedorismo e a compreensão sobre os principais conceitos de marketing de serviços para empreendimentos prestadores de serviços contábeis por meio de práticas extensionistas. (Res. ???/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	Série	Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	X		San San	1	3 ou 4		Χ	
Proposta	X		18		3 ou 4		Χ	

.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

Carga Horária		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula						Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
		Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular	
Carga Horária (atual):				68				Х		
Carga horária (proposta)								Х		
Número de Alunos por Turma (atual):		40								
Número de Alunos por Turma (proposta):										





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

	DEMONSTRATIVO DE INSERÇÃO DA EXTENSÃO NO COMPONENTE (QUANDO FOR O CASO)												
				ras/Allia	Atividade de Extensão								
EX)	(s)				Carga Horária Semanal em Horas/Aula				'	Carga Horária Total no Tempo de Oferta em Horas/Aula			
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação		Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
		5	<i>37</i> 76°	XXX	>								
		Ç	/T/H9E -		3								
		٧ ٢	Z/////	$\mathcal{L}(I I)$									
TOTAL COMO DISCIPLINA													
		(H)	- (GIII)	20			M	1/	,				

	<i>y</i>	<u> </u>	372						
9.6. Local de Funcionamento das Turmas Práticas ou Especiais									
Categoria da Turma	Bloco/Sala								
235			93	Maringá: C-					
Extensão:	Campo e outros	Sm.	1 60 ×	23					
		AR	Na	Cianorte: B					
Teórica/Prática:		5.00	7/2						
		7							
9.7. Aprovação no Departa	amento e Conselho	o Acadêmico	37						
Aprovação no Departame	nto:	Aprovação no Consel	lho Acadêmico:						
Local e Data:	7 (94	Local e Data:	1 2/2						
Carimbo e Assinatura do Chef	e do Departamento	Carimbo e Assina	atura do Coordenador	do Curso					





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.73



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Campus:	Maringá/Cianorte
Departamento:	Ciências Contábeis		37
Centro:	Ciências Sociais Aplica	ndas	
	COMPO	NENTE CURRICULAR	
Nome: Empreen	dedorismo e Marketing o	de Serviços Contábeis	Código: 10020 / 10025
Carga Horária: 6	68h	Periodicidade: Semestral (Optativa)	Ano de Implantação: 2023
1. EMENTA		1112	- CAS
	presas prestadoras de se		ntos do marketing de serviços práticas extensionistas. (Res.
2. OBJETIVOS	84	1	
Propiciar ao acad	êmico a compreensão do	o indivíduo, do processo, do a	ambiente e do tipo de negócio

Propiciar ao acadêmico a compreensão do indivíduo, do processo, do ambiente e do tipo de negócio no fenômeno de criação de novas empreendimentos, a compreensão das principais teorias sobre o empreendedorismo e a compreensão sobre os principais conceitos de marketing de serviços para empreendimentos prestadores de serviços contábeis por meio de práticas extensionistas. (Res. ???/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 A criação de novos negócios

- 3.1.1 O empreendedor
- 3.1.2 O processo empreendedor
- 3.1.3 O papel do ambiente
- 3.1.4 O negócio

3.2 O processo empreendedor e o ciclo de vida das organizações

- 3.2.1 Reconhecimento de oportunidades
- 3.2.2 O processo de inovação
- 3.2.3 Crescimento e sucesso
- 3.2.4 Dificuldades e Mortalidade

3.3 Teorias sobre o empreendedorismo

- 3.3.1 Modelo causal (Causation)
- 3.3.2 Modelo efectual (Effectuation)
- 3.3.3 Bricolagem (bricolage)

...Resolução nº 047/2022-CI/CSA





3.4 Marketing de serviços

- 3.4.1 Conceito geral de marketing e do marketing de serviços
- 3.4.2 Estratégia e compostos de marketing
- 3.4.3 Segmentação e posicionamento de mercado
- 3.4.4 Marketing de relacionamento
- 3.4.5 Qualidade e satisfação na prestação de serviços

3.5 Definição do empreendimento e plano de negócios

- 3.5.1 Análise de viabilidade mercadológica
- 3.5.2 Análise de viabilidade operacional
- 3.5.3 Análise de viabilidade econômica e financeira
- 3.5.4 Análise estratégica

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. Empreendedorismo-uma visão do processo. São Paulo: Thomson,

JULIEN, Pierre-André. Empreendedorismo regional e economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010.

4.2- Complementares

BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2002.
BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LONGENECKER, J. et al. Administração de pequenas empresas. São Paulo: Saraiva, 2010.

BERNARDI, L. A. Manual de Empreendedorismo e Gestão. São Paulo: Atlas, 2002.

SALIM, C. S. et al. Construindo plano de negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2007.

ZEITHAML, Valarie A.; BITNER, Mary Jo; GREMLER, Dwayne D. Marketing de Serviços-: A Empresa com Foco no Cliente. AMGH Editora, 2014.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de marketing. 12ª. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2003.

KOTLER, Philip; HAYES, Thomas; BLOOM, Paul N. Marketing de serviços profissionais. 2. ed. São Paulo:

LEVITT, Theodore. A imaginação de marketing. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. São Paulo: Campus, 2001.

LAS CASAS, Alexandre L. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 4ª.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CHURCHILL, Jr., Gilbert A. & PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000, 626p.

URDAN, Flávio T.; URDAN, André T. Gestão do composto de marketing. São Paulo: Atlas. 2006.

BAKER, Michael J. (ed.). Administração de marketing. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Global Report.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC	Aprovado no Conselho Acadêmico
em 24/03/2022	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 75



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis	
Departamento:	Departamento de Ciências Contábeis	3
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas	7
	COMPONENTE CURRICULAR	
Nome: Empreendedorism	o e Marketing de Serviços Contábeis	Código: 10020 / 10025
Turma(s): todas vigentes	Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral (Optativa)
	4 1 5 3	333
36	Verificação da Aprendizage	
(provas, avaliação contínua Final.	avaliações serão exigidas e detalhar o proce a, seminários, trabalhos etc.), para obtençã avaliações = 2 (duas)	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 76



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Identificação

3.1. Identinoação	
Disciplina (nome atual):	Métodos Quantitatívos Aplicados à Contabilidade
Disciplina (nome pro-	Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC
Departamento(s) (pro-	DCC SS
posto):	
9.2. Ementa (atual): 🔊 🧶	Estudo das diversas técnicas de análise multivariada de dados aplicados ao
(五)	campo do profissional contábil. (Res. nº 114/17 – CI/CSA).
9.2. Ementa (proposta):	Estudo das diversas técnicas de análise multivariada de dados aplicados ao
	campo do profissional contábil por meio de práticas extensionistas. (Res.
(C)	47/2022-CI/CSA).
9.3 Objetivos (atuais):	Propiciar ao acadêmico a compreensão de diversas técnicas de análise multi-
56	variada, desde o gerenciamento e tratamento dos bancos de dados até a in-
36	terpretação dos resultados, com o enfoque para as suas aplicações no campo
7.3	de atuação do profissional contábil. (Res. nº 114/17 – CI/CSA)

9.3 Objetivos (propostos):

Propiciar ao acadêmico a compreensão de diversas técnicas de análise multivariada, desde o gerenciamento e tratamento dos bancos de dados até a interpretação dos resultados, com o enfoque para as suas aplicações no campo de atuação do profissional contábil por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular	Série Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	X		PENSON.	100	3 ou 4	X	
Proposta	Х		77777	1	3 ou 4	Х	

9.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula					Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
Carga Horária	Extensão	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresen-cial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular
Carga Horária (atual):				68				Х	
Carga horária (proposta)	68							Х	
Número de Alunos por Turma (atual):	40								
Número de Alunos por Turma (proposta):	40								•





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INSI	ERCÃO DA EXTENS	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA	NDO F	OR O	CASO)			
					Atividade de Extensão							
EX)	(s			Carga Ho-			ria Sem as/Aula			Carga Horária Total no Temp de Oferta em Horas/Aula		
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação	rária Sema- nal em Ho- nas/Aula	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
		-	15	150	2		3					
			50,7	100		Ą						
			-37h	が大災	\rangle							
TOT	AL CO	OMO DISCIPLINA				,	,					

0.0	9/// 1, 41/// 2							
26								
9.6. Local de Funcionamer	9.6. Local de Funcionamento das Turmas Práticas ou Especiais							
Categoria da Turma	Nome do local: laboratório, campo, hospital, outros.	Bloco/Sala						
Fisher Ser	Course out to	Maringá: C-23						
Extensão:	Campo e outros	Cianorte: B						
Teórica/Prática:	25							
26								
9.7. Aprovação no Departa	mento e Conselho Acadêmico							
Aprovação no Departamer	nto: Aprovação no Conselho Acadêmico:							
Local e Data:	Local e Data;							
38								
ACT CONTRACTOR WILL								
Carimbo e Assinatura do Chefe	e do Departamento Carimbo e Assinatura do Coordei	nador do Curso						





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 78



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Ciências Contábeis Campus: Maringá/Cianorte				
Departamento:	Ciências Contábeis	地でした。	37			
Centro:	Ciências Sociais Ap	oficadas				
	Se CON	PONENTE CURRICULAR	. 1			
			1 8/3			
Nome: Método	s Quantitativos Apl	licados à Contabilidade	Código: 10019 / 10024			
Carga Horária:	68h	Periodicidade: Semestral (Optativa)	Ano de Implantação: 2023			
1. EMENTA	Tallia I	253				
Estudo das diver	sas técnicas de anális	e multivariada de dados aplicado	os ao campo do profissional con-			
tábil por meio de	práticas extensionistas	s. (Res. 47/2022-CI/CSA).				
2. OBJETIVOS	S ala		1			
			multivariada, desde o gerencia- ultados, com o enfoque para as			

mento e tratamento dos bancos de dados até a interpretação dos resultados, com o enfoque para as suas aplicações no campo de atuação do profissional contábil por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 Introdução a análise multivariada

- 3.1.1 Variáveis, tipos de mensuração e erro de mensuração
- 3.1.2 Tratamento e análise do banco de dados
- 3.1.3 Validade e confiabilidade
- 3.1.4 Estatística descritiva
- 3.1.5 Exame gráfico
- 3.1.6 Criando modelos estatísticos
- 3.1.7 Suposição da análise multivariada (viés)

3.2 Teste de hipótese

- 3.2.1 Comparação de duas médias
- 3.2.2 Comparação de várias médias
- 3.2.3 Comparação de frequências

3.3 Técnicas de interdependência

- 3.3.1 Análise de cluster
- 3.3.2 Análise fatorial

3.4 Técnicas de dependência

- 3.4.1 Regressão linear simples e múltipla
- 3.4.2 Regressão logística

...Resolução nº 047/2022-CI/CSA





4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.** São Paulo: Atlas, 2007.

FÁVERO, Luiz P.; SILVA, Fabiana L.; BELFIORE, Patrícia; CHAN, Betty. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. São Paulo:** Campus Elsevier, 2009.

4.2- Complementares

MARTINS, G. de A. Estatística Geral e Aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FIELD, Andy. Descobrindo a estatística usando o SPSS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L **Análise multivariada de dados.** 6. ed. São Paulo: Bookman Editora, 2009.

FÁVERO, Patrícia; FÁVERO, Luiz Paulo. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel, Stata e SPSS.** Elsevier Brasil, 2016.

FREUND, J. E. **Estatistica aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Bookman Editora, 2006.

BARROW, Michael. **Estatística para economia, contabilidade e administração**. São Paulo: Ática, 2008.

BELFIORE, P. Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MARÔCO, João. Análise de equações estruturais: **Fundamentos teóricos, software & aplicações.** Perô Pinheiro: ReportNumber, 2010.

MARÔCO, João. Análise estatística com o SPSS Statistics. Perô Pinheiro: ReportNumber, 2011.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Aprovado no Conselho Acadêmico

em 24/03/2022





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 80



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis				
Departamento:	Departamento de Ciências Contábeis				
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas				
COMPONENTE CURRICULAR					
Nome: Métodos Quant	itativos Aplicados à Contabilidade	Código: 10019 / 10024			
Turma(s): todas vigentes	Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral (Optativa)			

Verificação da Aprendizagem

vyw pen.uem.br > <u>Legislação</u> > <u>Normas da Graduação</u> > Pesquisar por Assunto: Avaliação

Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:	<u> 12</u>	2ª
Peso:	A.	6

1ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Trabalho....... 100%

2ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Trabalho.....100%

AVALIAÇÃO FINAL Prova Escrita......100%

Obs.: Os trabalhos previstos na 1º e 2º avaliação periódica deverão contemplar o conteúdo do programa do componente curricular por meio de práticas extensionistas.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Aprovado no Conselho Acadêmico em 24/03/2022

Av. Colombo, 5790 – Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CEP 87020-900 - Maringá - PR Fones: (44) 3011-4904 - Fax: (44) 3011-4989 www.csa.uem.br - e-mail: sec-csa@uem.br





Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls.81



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

_			4		~
o ·	1	DAD	ntiti	ro	cão
J.		ıuc		u	cau

Disciplina (nome atual):	Relato Integrado
Disciplina (nome pro-	Relato Integrado
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC
Departamento(s) (pro-	DCC Y////
nooto):	4///

9.2. Ementa (atual):

Estudo da Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado elaborada pelo *Integrated Reporting Council* (IIRC), abordando os conceitos fundamentais aplicáveis na elaboração do Relato Integrado. (Res. nº XX/20XX – CI/CSA).

9.2. Ementa (proposta):

Estudo da Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado elaborada pelo Integracional Integrated Reporting Council (IIRC), abordando os conceitos fundamentais aplicáveis na elaboração do Relato Integrado por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.3 Objetivos (atuais):

Propiciar aos alunos conhecimentos que os possibilitem elaborar o Relato Integrado. Estudar a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado elaborada pelo *Internacional Integrated Reporting Council* (IIRC). Compreender o pensamento integrado no processo de elaboração do Relato Integrado. (Res. nº 47/2022 – CI/CSA).

9.3 Objetivos (propostos):

Propiciar aos alunos conhecimentos que os possibilitem elaborar o Relato Integrado. Estudar a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado elaborada pelo *Internacional Integrated Reporting Council* (IIRC). Compreender o pensamento integrado no processo de elaboração do Relato Integrado por meio de práticas extensionistas. (Res. ???/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular Série	Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	X		Care S	3 ou 4		X	
Proposta	X		18	3 ou 4		X	

9.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula					Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
Carga Horária	Extensão	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresen-cial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular
Carga Horária (atual):				68				Х	
Carga horária (proposta)								Х	
Número de Alunos por Turma (atual):	40								
Número de Alunos por Turma (proposta):	40	40							





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INS	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA					. ~		
								Atividade de Extensão					
EX)	(s)			Carga Ho-		ga Horá em Hoi			'		a Horária Oferta e		o Tempo s/Aula
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação	rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte NÃO Extensão – Se houver)	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
			EVE	150	B	\Rightarrow							
			-59)?	300	$\mathbb{V}/$	7							
		4	5KD~	DICE.	5								
TOT	AL CO	OMO DISCIPLINA											
		08	4//4 51	31/1/1/25									

9.6. Local de Funcionam	ento das Turmas Práticas ou Especiais	
Categoria da Turma 🔬 🍆	Nome do local: laboratório, campo, hospital, outros.	Bloco/Sala
Extensão:	Campo e outros	Maringá: C-23 Cianorte: B
Teórica/Prática:	25	
9/6		
9.7. Aprovação no Depar	tamento e Conselho Acadêmico	
Aprovação no Departam	ento: Aprovação no Conselho Acadêmico:	
Local e Data:	Local e Data:	
38		
Carimbo e Assinatura do Ch	efe do Departamento Carimbo e Assinatura do Coordenad	or do Curso





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 83



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Campus:	Maringá/Cianorte					
Departamento:	Ciências Contábeis	1 7 55	3					
Centro: Ciências Sociais Aplicadas								
COMPONENTE CURRICULAR								
Nome: Relato In	tegrado	LUL I SULLIVE	Código: 445xx / 445xx					
Carga Horária: 68		Periodicidade: Semestral (Optativa)	Ano de Implantação: 2023					
1. EMENTA	0055 A		7					

Estudo da Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado elaborada pelo Internacional *Integrated Reporting Council* (IIRC), abordando os conceitos fundamentais aplicáveis na elaboração do Relato Integrado por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

2. OBJETIVOS

Propiciar aos alunos conhecimentos que os possibilitem elaborar o Relato Integrado. Estudar a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado elaborada pelo *Internacional Integrated Reporting Council* (IIRC). Compreender o pensamento integrado no processo de elaboração do Relato Integrado por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- International Integrated Reporting Council (IIRC) e o Relato Integrado Criação do IIRC
 - 1.1 Framework 1.0 de 09/12/2013 para Relato Integrado
 - 1.2 Processo de revisão do Framework 1.0 em 2020
 - 1.3 The International Framework (January 2021)
 - 1.4 Processo de elaboração do Relato Integrado e o Pensamento Integrado
- 2. Processo de adoção no Brasil
 - 2.1 OCPC 09
 - 2.2 Lei nº 13.303/2016
 - 2.3 Decisão Normativa 178/2019 do Tribunal de Contas da União (TCU)
- 3. Conceitos fundamentais
 - 3.1 Geração de Valor
 - 3.2 Processo de geração de valor
 - 3.3 Os capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natura)
- 4. Princípios básicos
 - 4.1 Foco estratégico e orientação para o futuro
 - 4.2 Conectividade da informação
 - 4.3 Relação com partes interessadas
 - 4.4 Materialidade
 - 4.5 Concisão
 - 4.6 Confiabilidade e completude
 - 4.7 Coerência e comparabilidade

...Resolução nº 047/2022-CI/CSA





- 5. Elementos de conteúdo
 - 5.1 Visão geral organizacional e ambiente externo
 - 5.2. Governança
 - 5.3 Modelo de negócio
 - 5.4 Riscos e oportunidades
 - 5.5 Estratégia e alocação de recursos
 - 5.6 Desempenho
 - 5.7 Perspectiva
 - 5.8 Base para apresentação
- 6. Processo de Asseguração independente do Relato Integrado
 - 6.1 Asseguração independente para Relato Integrado
 - 6.2 Níveis de asseguração para RI e normas existentes
- 7. Mecanismos internos para o processo de asseguração
 - 7.1 Governança cooperativa
 - 7.2 Sistema de controle interno
 - 7.3 Auditoria interna
 - 7.4 Gestão de stakeholders

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

Brasil (2016). Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm

Brasil (2019). Decisão Normativa - TCU Nº 178, de 23 de Outubro de 2019. Disponível em:https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDown-load.jsp?fileId=8A81881E6E0366FF016E0421A95 02AC0>.

CARVALHO, N.; KASSAI, J. R. Relato Integrado: A nova revolução contábil. Revista Fipecafi, São Paulo, v. 1, p. 21-34, ago 2014.

International Integrated Reporting Council – IIRC (2014). A Estrutura Internacional para Relato Integrado. Disponível em: http://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework>

International Integrated Reporting Council – IIRC (2021). The International Framework (January 2021). Disponível em: https://integratedreporting.org/news/iirc-publishes-revisions-to-international-framework-to-enable-enhanced-reporting/

NAGANO, R. T.; KASSAI, J. R.; KUSSABA, C. T.; CARVALHO, L. N. G. A evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da obrigatoriedade de sua asseguração por terceiros. In: II Sinposio Internacional de Gestão de Projetos, 2013, São Paulo.

UEHARA, C. T.; KASSAI, J. R.; FERREIRA, Y. C. S. M. L.; ELIAS, L. M. S. L. Informação Válidas para um Relato Integrado. In: III Conferência Sulamericana de Contabilidade Socioambiental, 2013, Belém do Pará, p. 01-14.





4.2- Complementares

Carvalho, L. N. (2013). Relatórios empresariais: uma agenda que se renova. Ideia Sustentável, Setembro/2013. Recuperado em 15 de fevereiro, de 2016 de.http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea.

Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. (2013). Relato Integrado. Capítulo X do livro O Futuro da Governança Corporativa desafios e novas fronteiras. São Paulo: Saint Paul.

Correa, J. C. (2016). Incorporação do pensamento integrado aos mecanismos internos como pré-requisito para a viabilização do processo de assurance para Integrated Reporting <IR>. Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Mio, C. (2020). Relatórios integrados: o estado da arte dos Relatórios Corporativos. Revista Contabilidade & Finanças, 31(83), 207-211.







...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 86



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Identificação

Disciplina (nome atual):	Contabilidade Socioambiental
Disciplina (nome pro-	Contabilidade Socioambiental
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC /////
Departamento(s) (pro-	DCC Y// 3 AN
posto):	

9.2. Ementa (atual): Estudo dos fundamentos teóricos e normativos da Contabilidade Socioambiental. (Res. nº 126/2015 – CI/CSA).

9.2. Ementa (proposta): Estudo dos fundamentos teóricos e normativos da Contabilidade Socioambiental por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.3 Objetivos (atuais): Propiciar ao acadêmico a compreensão dos fundamentos teóricos e normativos sobre a Contabilidade Socioambiental. (Res. nº 126/2015 – CI/CSA).

9.3 Objetivos (propostos):

Propiciar ao acadêmico a compreensão dos fundamentos teóricos e normativos sobre a Contabilidade Socioambiental por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

	Presencial	EAD	Semipresencial	Modular Série	Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	ΧV		0	3 ou 4 \		Х	
Proposta	Χ			3 ou 4	1	Х	

9.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

5.5. Estação, Carga Horaria e Numero de Alamos									
		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula					Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
Carga Horária	Extensão	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresen-cial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular
Carga Horária (atual):				68				X	
Carga horária (proposta)	68							Χ	
Número de Alunos por Turma (atual):		40							
Número de Alunos por Turma (proposta):	40								





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INS	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA							
					Atividade de Extensão								
EX)	s)			Carga Ho-			iria Sen ras/Aula		C		Horária Oferta e		o Tempo s/Aula
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação	rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte <u>NÃO</u> Extensão – Se houver)	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semioresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
			总人	185	W.	3							
			-50)? -50)?	15 St.	//	}							
			THO TO	AND THE REAL PROPERTY OF THE P	}								
TOT	AL CO	OMO DISCIPLINA											
		08	4//4 31	MILLER									

Categoria da Turma	Nome do local: laboratório, campo, hospital,	
Extensão:	Campo e outros	Maringá: C-23 Cianorte: B
Teórica/Prática:		
96	9~	
9.7. Aprovação no Departa	mento e Conselho Acadêmico	2062
Aprovação no Departamen	to: Aprovação no Conselho	o Acadêmico:
Local e Data:	Local e Data:	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 88



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Campus:	Maringá/Cianorte				
Departamento:	Ciências Contábeis		3				
Centro:	Ciências Sociais Aplica	idas	7				
COMPONENTE CURRICULAR							
Nome: Contabilidade Socioambiental Código: 9340 / 9413							
Carga Horária: 6	8h	Periodicidade: Semestral (Optativa)	Ano de Implantação: 2023				
1. EMENTA	公公公		200				
Estudo das divers	sas técnicas de análise	multivariada de dados aplica	dos ao campo do profissional				
contábil por meio	de práticas extensionistas	s. (Res. 47/2022-CI/CSA).					
2. OBJETIVOS		23	1 36				
Propiciar ao acadé	emico a compreensão de	diversas técnicas de análise	multivariada, desde o gerenci-				
			tados, com o enfoque para as				

Propiciar ao acadêmico a compreensão de diversas técnicas de análise multivariada, desde o gerenciamento e tratamento dos bancos de dados até a interpretação dos resultados, com o enfoque para as suas aplicações no campo de atuação do profissional contábil por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 3.1 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável
- 3.1.1 Meio ambiente e sustentabilidade empresarial
- 3.1.2 Problemas ambientais e consequências ambientais
- 3.1.3 Danos ambientais e formas de reparação do dano ambiental
- 3.2 Gestão ambiental
- 3.2.1Impactos ambientais e gestão ambiental
- 3.2.2 EIA (Estudo dos Impactos Ambientais) /RIMA (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente)
- 3.2.3 Sistema de gestão ambiental
- 3.2.4 Licenciamento ambiental
- 3.3 Gastos, ativos, passivos, despesas (custos) e receitas ambientais
- 3.3.1 Gastos e custos ambientais
- 3.3.2 Ativos ambientais
- 3.3.3 Passivos ambientais
- 3.3.4 Despesas de natureza ambiental
- 3.3.5 Receita ambiental
- 3.4 Contabilização de eventos ambientais
- 3.4.1 Caracterização de eventos ambientais
- 3.4.2 Lançamentos contábeis de eventos ambientais
- 3.4.3 Plano de contas ambientais
- 3.5 Relatórios de sustentabilidade e tendências
- 3.5.1 Balanço Social
- 3.5.2 DVA e sua importância
- 3.5.3 Relatório de sustentabilidade (GRI), Relato Integrado (<IR>)
- 3.5.4 Responsabilidade social e pública das organizações

...Resolução nº 047/2022-CI/CSA





4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

ASHLEY, Patrícia Almeida (coord). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (impresso e/ou E-book)

PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada

na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Áriovaldo dos. Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

4.2- Complementares

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 14001:2004, Sistemas da gestão da ambiental – Requisitos com orientações para uso.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). G4 Sustainability reporting guidelines. Disponível em: https://www.globalreporting.org/reporting/g4/Pages/default.aspx. Acesso em: 30 jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Ações históricas: balanço social. Disponível em: http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social/ >. Acesso em: 31 jan. 2014.

INSTITUTO ETHOS. Relato integrado: evolução da comunicação de resultados. 2013a. Disponível em: < http://www3.ethos.org.br/cedoc/relato-integrado-evolucao-da-comunicacao-de-resultados/#.Uvlq0vldWfc>. Acesso em: 31 jan. 2014.

INTEGRATED REPORTING (<IR>). IIRC pilotprogramme. Disponível em: http://www.theiirc.org/. Acesso em: 30 jan. 2014.

KRONBAUER, Clóvis Antônio et al. Auditoria e evidenciação ambiental: um histórico da legislação e das normas brasileiras, americanas e européias. 2010.

RIO+20. The future we want. Outcome of the Conference. United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf. Acesso em: 31 jan. 2014. ONU - Organização das Nações Unidas. Human Development Report 2000. Disponívelem: http://www.undp.org.

_____. A ONU e o meio ambiente (2014). Disponível em: http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/ Acesso em 30 de maio 2014.

SANTOS, Ariovaldo dos. Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001

VERGARA, Sylvia Constant; BRANCO, Paulo Durval. Empresa Humanizada: a organização necessária e possível. In: WOOD, Thomaz Jr. (Org.) Gestão Empresarial: o Fator Humano, São Paulo: Atlas, 2002. p. 36-54.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC	Aprovado no Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 90



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis					
Departamento:	Departamento de Ciências Contábeis	3				
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas	4				
	COMPONENTE CURRICULAR					
Nome: Contabilidade Socioambiental Código: 9340 / 9413						
Turma(s): todas vigentes	Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral (Optativa)				

Verificação da Aprendizagem

w.pen. uem.br> <u>Legislacão</u> > <u>Normas da Graduação</u> > Pesquisar por Assunto:Avaliação

Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:	22
Peso:	6

1ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Seminário..... 50%

Trabalho...... 50%

AVALIAÇÃO FINAL Prova Escrita......100%

em 24/03/2022

Obs.: Os seminários e trabalhos previstos na 1º e 2º avaliação periódica deverão contemplar o conteúdo do programa do componente curricular por meio de práticas extensionistas.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Aprovado no Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 91



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis				
Departamento:	Departamento de Ciências Contábeis	3			
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas	Ř			
	COMPONENTE CURRICULAR				
Nome: Relato Integrado Código: 445xx / 445xx					
Turma(s): todas vigentes	Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral (Optativa)			

Verificação da Aprendizagem

nuem.br > <u>Legislação</u> > <u>Normas da Graduação</u> > Pesquisar por Assunto:Avaliação

Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:		<u>2</u> ā
Peso:	200	6

1ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Seminário............ 50%

Trabalho..... 50%

2ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Seminário...... 50%

Trabalho..... 50%

AVALIAÇÃO FINAL Prova Escrita......100%

Obs.: Os seminários e trabalhos previstos na 1º e 2º avaliação periódica deverão contemplar o conteúdo do programa do componente curricular por meio de práticas extensionistas.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022

Aprovado no Conselho Acadêmico





Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 92



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Pró-Reitoria de Ensino

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Formulário para Alteração de Disciplina

Curso: Ciências Contábeis

9. PLANO DE DISCIPLINA E DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

9.1. Identificação

Disciplina (nome atual):	Processo Orçamentário, Controle e Transparência Governamental
Disciplina (nome pro-	Processo Orçamentário, Controle e Transparência Governamental
posto):	
Departamento(s) (atual):	DCC /////
Departamento(s) (pro-	DCC William Street
posto):	
9.2 Fmenta (atual):	Estudo dos controles institucionalizados sobre o orgamento, a gestão pública

as novas iniciativas de controle relacionadas à accountability em suas diversas dimensões e à transparência da Gestão Fiscal (Res. nº XX/2018 – CI/CSA).

9.2. Ementa (proposta): Estudo dos controles institucionalizados sobre o orçamento, a gestão pública, as novas iniciativas de controle relacionadas à accountability em suas diversas dimensões e à transparência da Gestão Fiscal por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.3 Objetivos (atuais): Propiciar ao acadêmico a d

Propiciar ao acadêmico a compreensão do processo de controle do orçamento da gestão pública, dos controles internos e externos já institucionalizados, controle social e da transparência por meio de estudo de casos. (Res. nº XX/2018 – CI/CSA).

9.3 Objetivos (propostos):

Propiciar ao académico a compreensão do processo de controle do orçamento da gestão pública, dos controles internos e externos já institucionalizados, controle social e da transparência por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

9.4. Modalidade e Série de Oferta

	Presencial	EAD Semipresencial	Modular Série Anual	1º Sem	2º Sem.
Atual	Х		3 ou 4	X	
Proposta	Х	TEN SA	// 3 ou 4	X	

9.5. Lotação, Carga Horária e Número de Alunos

Carga Horária		Carga Horária Semanal em Ho- ras/Aula					Carga Horária To- tal no Tempo de Oferta		
		Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresen-cial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular
Carga Horária (atual):				68				X	
Carga horária (proposta)	68							Х	
Número de Alunos por Turma (atual):									
Número de Alunos por Turma (proposta):	40			•					





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INS	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA							
				Carna Hr			Atividade de Extensão Horária Semanal Carga Horária Total no To					o Tempo	
EX)	(s)			Carga Ho-		em Hor					Oferta e		
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação Local de Reali- zação Carga Ho- rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte NÃO Extensão – Se houver)		Teórica	Prática	Teor./Prática	Semioresencial	Total Semanal	Annal	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial
			3347	30 S		3							
			FAR	ASTRO-	}								
		,	//////	C/I/I	}								
TOT	AL (COMO DISCIPLINA											
		(H)	- (GIII)	2			M	1/_	+				

4(5		43/11/43	Siz			
9.6. Local de Funcio	namento das Tu	rmas Práticas ou Esp	eciais			
Categoria da Turma	Nome do local: la	boratório, campo, hospital, o	utros.	Bloco/Sala		
Extensão:	Campo e outro	os	Z.Z	Maringá: C-23 Cianorte: B		
Teórica/Prática:	S C	JE .	36			
NASA.	B		400			
9.7. Aprovação no Depa	rtamento e Conselh	o Acadêmico	SV			
Aprovação no Depart	amento:	Aprovação no Consell	no Acadêmio	o:		
Local e Data:		Local e Data:	200			
££?			W.Z			
Carimbo e Assinatura do C	Carimbo e Assinatura do Chefe do Departamento Carimbo e Assinatura do Coordenador do Curso					





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 94



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Campus:	Maringá/Cianorte			
Departamento:	Ciências Contábeis	(1)	3			
Centro:	Ciências Sociais Aplica	das	73			
	COMPO	NENTE CURRICULAR				
Nome: Processo Orçamentário, Controle e Transparência Governamental Código: 10315 / 445x						
Carga Horária: 68h		Periodicidade: Semestral (Optativa)	Ano de Implantação: 2023			
1. EMENTA	1000		415			

Estudo dos controles institucionalizados sobre o orçamento, a gestão pública, as novas iniciativas de controle relacionadas à accountability em suas diversas dimensões e à transparência da Gestão Fiscal por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

2. OBJETIVOS

Propiciar ao acadêmico a compreensão do processo de controle do orçamento da gestão pública, dos controles internos e externos já institucionalizados, controle social e da transparência por meio de práticas extensionistas. (Res. 47/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY

- 3.1.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASS IVA
- 3.1.2 TRANSPARÊNCIA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)
- 3.1.2 ACCOUNTABILITY HORIZONTAL, VERTICAL E SOCIAL
- 3.2 O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO É A PARTICIPAÇÃO POPULAR
- 3.2. 1 ORCAMENTO PROGRAMA
- 3.2.2 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
- 3.2.3 ORÇAMENTO IMPOSITIVO

3.3 CONTROLE INTERNO E EXTERNO

- 3.3.1 CONTROLE EXTERNO
- 3.3.2 CONTROLE INTERNO
- 3.3.3 ORGÃO DE CONTROLE: LEGISLATIVO, TRIBUNAIS DE CONTAS, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO E JUDICIÁRIO

3.4 OUTRAS INICIATIVAS DE PRTICIPAÇÃO E FORMAS DE EXECUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL

- 3.4.1 CONSELHOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 3.4.2 PLEBISCITO
- 3.4.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA
- 3.4.4 OUVIDORIA
- 3.4.5 INICIATIVA DA SOCIEDADE CIVIL

3.5 PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA, RELATÓRIOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 3.5.1 RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)
- 3.5.2 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 95

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

ARANTES, Rogério Bastos; LOUREIRO, Maria Rita; COUTO, Cláudio; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Controles Democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: **Burocracia e Política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GIACOMON 1, James. **Orçamento Público**, 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. (impresso e/ou E-book) SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Social Accountability in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 11, n., 4, p. 1 47-158, 2000.

4.2- Complementares

AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. BEHN, Robert. D. **O novo paradigma da gestão pública e a busca da** *Accountability* **democrática**. Revista do Serviço Público, vol. 49, n. 4, p. 5-45, Out./Dez. 1998.

BEUTTEN MULLER, Gustavo. **Observatórios locais de Políticas Públicas no Brasil:** seu papel na produção, disseminação e transparência das informações. 2007 . 207f. Dissertação de Mestrado. FGV/EAESP, São Paulo. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 27/05/2017.

_____. Lei Complementar nº 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 27/05/2017.

BOVENS, Mark; GOODIN, Robert E.; SCHILLEMAN, Thomas. **Public Accountability.** In: BOVENS Mark; GOODIN, Robert E.; SCHILLEMAN, Thomas. The Oxford Handbook of Public *Accountability*. Oxford University Press. 2014.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. **Transparência e controle social na administração pública brasileira:** avaliação das principais inovações introduzi das pela Lei de Responsabilidade Fiscal. XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala. 2006.

FEDOZZI, Lucia no. **Orçamento Participativo** - Reflexões sobre a Experiência de Porto Alegre, Tomo Editorial, 1999

FI LG U E I RAS, Fernando. Além da Transparência: *Accountability* e política da publicidade. **Lua Nova**, n. 84, p. 65-94, 2011.

FI LGUE I RAS, Fernand o. Desenvolvimento institucional e controle da gestão pública: uma análise do sistema de *Accountability* brasileiro. 39º Encontro anual da ANPOCS. Universidade Federal de M i nas Gerais. Caxambu. 2015.

FILHO, João Eudes Bezerra. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANZESE, Cibele; PEDROTI, Pau I a Maciel. Limites e possibilidades do orçamento participativo: para além da retórica. **RAP:** Revista de Administração Pública, v.39, n. 2, p.207 - 231, Mar./A br. 2005.

LAVALLE, Adrian Gurza, CASTELLO, Graziela. Sociedade civil, representação e a dupla face da *Accountability*: cidade do México e São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, Vol. 21, N. 52, p.67- 86, Jan ./Abr.2008.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; MORAES, Tiago Cacique. Democratização e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. **RAP:** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol. 43, n.4, p .739-772. JUL./AGO. 2009.

MEIJER, Albert. **Transparency**. In: BOV ENS Mark; GOODIN. Robert E.; SCHILLEMAN, Thomas. The Oxford Hand book of Public Accountability. Oxford University Press. 20 1 4.

PAES DE PAULA, Ana Paula. KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022

Aprovado no Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 96



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Curso: Ciências Contábeis					
Departamento:	Departamento: Departamento de Ciências Contábeis					
Centro:	Centro: Ciências Sociais Aplicadas					
	COMPONENTE CURRICULAR					
Nome: Processo Orçamentário, Controle e Transparência Governamental Código: 10315 / 445x						
Turma(s): todas vigentes	Ano de Implantação: 2023	Periodicidade: Semestral (Optativa)				

Verificação da Aprendizagem

Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:	1ª 2ª
Peso:	4

1ª AVALIAÇÃO PERIÓDICA Trabalho............ 100%

2º AVALIAÇÃO PERIÓDICA Trabalho............. 100%

AVALIAÇÃO FINAL Prova Escrita......100%

Obs.: Os trabalhos previstos na 1º e 2º avaliação periódica deverão contemplar o conteúdo do programa do componente curricular por meio de práticas extensionistas.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022

Aprovado no Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

Número de Alunos por Turma (proposta):

fls. 97

7 LINII	VEDCID	ADE E	CTABLIAL D		ıc á							
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ												
Pró-Reitoria de Ensino												
Proj	Projeto Pedagógico de Curso de Graduação											
Formulário para <u>Alteração</u> de Disciplina												
Curso: Ciências Contábeis												
9. PLANO DE	DISCIPLI	NA E D	EMAIS COMP	ONENTE	s cu	RRIC	ULAR	ES				
9.1. Identificaç	ção 💆		が発	3		\equiv	3					
Disciplina (nome	atual):	AUDIT	ORIA E PERÍCI	A CONTÁI	3JL	\Rightarrow						
Disciplina (nome	pro-	AUDIT	ORIA E PERÍCI	A CONTÁI	31 <u>1</u>							
posto):			W////F	/////	The							
Departamento(s)		DCC	- way	81 3017111	7			4				
Departamento(s)) (pro-	DCC_	_!0	THE			2	()C				
posto):	ME	-7					6	13				
				1	Jα	>	_2	12				
9.2. Ementa (atu	iai):		dos fundamento itoria e de períci							ção d	o traba	alho
9.2. Ementa (pro	oposta):		dos fundamento									
	96		auditoria e de pe	erícia contá	ıbil poı	r meic	de aç	ão ext	ensio	nista.	(Res	
	1200	47/202	2-CI/CSA).	AR				1G_				
	13577	7		1			2	Z				
9.3 Objetivos (a	tuais):		ar aos acadêmic									ıção
	96	dos tra	balho de auditor	ia e de per	ícia co	ontábi	I.) (Res	. 126/	<u>2015</u>	-CI/C	SA).	
9.3 Objetivos (p	ropos-		ar aos acadêmic									
tos):	25/71		balho de auditor		ricia c	ontab	ıı por m	ielo d	e aça	o exte	ensior	ıısta
	CONT.	(Res.4	7/2022-CI/CSA).	1 1	(G.	5				
	7	6-	1	1117	1		NO!					
9.4. Modalidade	o Sário d	OFORT		183	1	/ .	10, 3					
9.4. Wiodaildade	Presencial	1222	Semipresencial	Modular	Sér	, p air	Anu	-	40.0	Sem	20.6	Sem.
A 4		EAU	Sempresencial	Wodular		1 / X V	Arius	aı	1 3	em		
Atual	X	2		-	3		<					<u> </u>
Proposta	^	V		140	103	1	-				/	
0.5.1		NI ′	Commercial	1/2	6	-2						
9.5. Lotação, Ca	arga Horar	ia e nu	mero de Aluno		' '							
					Car	rga Hora	ária Sema ras/Aula	nal em	Но-		a Horári o Temp Oferta	
Carga Horária				ão					-		Oicita	
				Extensão	æ	æ	Teor./Prática	Semipresen-cia	Total Semanal		ral	7
				Ĕ	Teórica	Prática	/Prá	ese.	Sen	Anual	Semestral	Modular
					7e	ď	eor.	nip	tal 3	₹	Sen	Ø
							7.	Ser	2			
Carga Horária	Carga Horária (atual):						68				X	
Carga horária	(propost	a)		68							X	ı
Número de Alunos por Turma (atual):			40			'				- u		

40





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

		DEMONSTRATIVO DE INSI	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA	NDO F	OR C) C/	ISO)				
							Atividade de Extensão							
EX)	(s)			Carga Ho-		Carga Horária Semanal em Horas/Aula				Carga Horária Total no Temp de Oferta em Horas/Aula				
Projeto nº (SGPEX)	Departamento(s)	Nome do Projeto\Atividade vincu- lado ao componente	Local de Reali- zação	rária Sema- nal em Ho- ras/Aula (Parte <u>NÃO</u> Extensão – Se houver)			Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial	
			331	200 m		7								
		Y.	THUS		ኤ									
			2////											
TOT	AL C	OMO DISCIPLINA												
		15° 12		7		_	M	1/	,					

(4())		Y CHILLIA LO	1917	
	<i>S</i>		312	
9.6. Local de Funcionamer	nto das Turmas Pr	áticas ou Especiais	3/15	
Categoria da Turma	Nome do local: lab	oratório, campo, hospital, ou	tros.	Bloco/Sala
Prática:	Campo e outros		93	
Teórica/Prática:		8	60	C23
£ 65.53		AS .	20/2	
9.7. Aprovação no Departa	mento e Conselho	Acadêmico	704	
Aprovação no Departamer	nto:	Aprovação no Conselho	Acadêmico:	
Local e Data:		Local e Data:	7	
25.73) E		W.Z	
Carimbo e Assinatura do Chefe	e do Departamento	Carimbo e Assinatura	do Coordenador d	lo Curso





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 99



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Ciências Contábeis	Campus:	Maringá							
Departamento:	Ciências Contábeis									
Centro:	Centro: Ciências Sociais Aplicadas									
COMPONENTE CURRICULAR										

Nome: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL Código: 9330

Carga Horária: 136 Periodicidade: Anual Ano de Implantação: 2019

1. EMENTA

Estudo dos fundamentos e procedimentos básicos para a execução do trabalho de auditoria e de perícia contábil por meio de ação extensionista. (Res. 47/2022-CI/CSA).

2. OBJETIVOS

Propiciar aos acadêmicos os conhecimentos teóricos e práticos para execução dos trabalho de auditoria e de perícia contábil por meio de ação extensionista (Res.47/2022-CI/CSA).

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 3.1 AUDITORIA CONTÁBIL
- 3.1.1 Evolução Histórica
- 3.1.2 Conceito de Auditoria e sua relação com a Governança Corporativa
- 3.1.3 Tipos e Finalidades da Auditoria
- 3.1.4 Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria
- 3.1.5 Planejamento de Auditoria Independente
- 3.1.6 Avaliação de Riscos de Auditoria
- 3.1.7 Controle Interno: conceito, análise e avaliação
- 3.1.8 Revisão Analítica
- 3.1.9 Testes e Procedimentos de Auditoria
- 3.1.10 Evidência de Auditoria
- 3.1.11 Amostragem
- 3.1.12 Documentação de Auditoria: papéis de trabalho
- 3.1.13 Auditoria das Contas Patrimoniais
- 3.1.14 Auditoria das Contas de Resultado
- 3.1.15 Emissão do Parecer e Relatório de Auditoria

3.2 PERÍCIA CONTÁBIL

- 3.2.1 Contextualização sobre perícia (ambiente de atuação)
- 3.2.2Conceito de Perícia
- 3.2.3 Tipos de Perícia Contábil
- 3.2.4 A perícia no Código de Processo Civil
- 3.2.5 Normas profissionais relacionadas à Perícia Contábil
- 3.2.6 Procedimentos do Perito
- 3.2.7 Processualística da Perícia no Âmbito Judicial
- 3.2.8 Elaboração de quesitos
- 3.2.9 Elaboração de Laudo Pericial





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 100

4. REFERÊNCIAS

4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um curso moderno e completo. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 6ª ed. São Paulo; Atlas, 2011. Básicas (Perícia)

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Prova Pericial Contábil. 12ª Ed. Editora Juruá, 2015

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Perícia Contábil. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

STUART, Iris C. Serviços de Auditoria e Asseguração na Prática. Mc Graw Hill.

4.2- Complementares

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. São Paulo; Atlas, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LONGO, Claudio Gonçalo. Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras - Novas Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria - 2ª. São Paulo: Atlas.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APROVAÇÃO DO CONSELHO ACADÊMICO Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 101



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Ciências Contábeis Curso: Maringá									
Departa- mento:	Ciências Contábeis									
Centro:	Ciências Sociais Aplicadas									
	COMPONENTE CURRICULAR									
Nome: AUDI7	Nome: AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL Código: 9330									
Turma(s): too gentes	das as vi- 2023 Periodicidade: Anual									

Verificação da Aprendizagem

Obs.: Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.

Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:	<u>1</u>	<u>2</u>	3ª.	
Peso:	2	6	3	h

<u>1ª NOTA PERIÓDICA:</u> prova escrita 90% exercícios 10%

2ª NOTA PERIÓDICA: prova escrita 90%

Atividade extensionista 10%

<u>3ª NOTA PERIÓDICA:</u> prova escrita 80% Atividade extensionista 20%

AVALIAÇÃO FINAL: prova escrita 100%

Média final : média ponderada das notas bimestrais Em cada avaliação a nota final atribuída será de 0 a 10

Aprovado na 445ª Reunião do DCC em 24/03/2022

Aprovação do Conselho Acadêmico





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

			Car	ga Hor	ária Se ras/A	emanal e ula	em Ho-		a Horária To- no Tempo de Oferta
Lotação, Carga Horária e Número de Alunos	Departamento(s)	Extensão	Teórica	Prática	Teor./Prática	Semipresencial	Total Semanal	Anual	Semestral
Lotação	Dept. A	A	Y			2			
产	Dept B	A.C.			3				
Carga horária semanal	Dept. A	K		Ą					
	Dept. B		\langle						
Número de alunos por turma	Has BAR	Z							
Número de Turmas	//////	3							

		(120L	/Ame				N	W						
		DEMONSTRATIVO DE INS	ERÇÃO DA EXTEN	SÃO NO COMP	ONENT	E (QUA	ANDO F	OR O	CAS	(O)				
					Atividade de Extensão									
_							íria Sen		C				о Тетро	
₩	(s)			Carga Ho-	ϵ	em Hora	as/Aula	11		de O)ferta ¹² e	em Hora	is/Aula	
(SGPEX)	Departamento(s)			rária Sema-				-				76	-	
	neı	Nome do Projeto\Atividade vincu-	Local de Reali-	nal em Ho- ras/Aula ¹⁰			.g	Semipresencial	ına		/e	Modular/Trimestral Ciclos/Outros	Semipresencial	
o u	rta	lado ao componente	zação	(Parte <u>NÃO</u>	Teórica	Prática	ráti	ser	, ma	la/	Semestral	rim	ser	
jetc	ba			Extensão –	eó,	rát	é	ore	Š	Anual	me	T/JE)/So	ore.	
Projeto nº	Pe			Se houver)	F	۵.	Teor./Prática	mi	otal Sema	`	Se	duk	mi	
							7	Se	ĭ			8 Ω	Se	
		32315					_							
		56	/ -	7)			S.	4	>					
		3/6)							
		7533	Ex. /				de	5						
TOT	AL C	OMO DISCIPLINA												

9.6. Local de Funcionamento das Turmas Práticas ou Especiais										
Categoria da Turma Nome do local: laboratório, campo, hospital, outros. Bloco/Sala										
Prática:	and the second									
Teórica/Prática: Campo	N. S.									
3										
9.7. Aprovação no Departamento	25 %									
Local:										
Data Carimbo e Assinatura do Chefe do Departamento										

¹⁰ Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos.

¹¹ Horas-aula: Resolução CEP nº 010/2010, Art. 17. A unidade de tempo dos componentes curriculares é a hora-aula com a duração de cinquenta minutos.

¹² Oferta dos componentes: Resolução CEP nº 010/2010, Artigo 13: O projeto pedagógico de cada curso de graduação no regime seriado pode prever a oferta de componentes curriculares anuais, semestrais, trimestrais, em módulos, em ciclos, ou em outra forma para melhor aproveitamento acadêmico.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 103

10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- 10.1. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório
- 10.2. Estágio Supervisionado Não-Obrigatório

ANEXO I

REGULAMENTO DO COMPONENTE ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR

TÍTULO I DA NATUREZA

- Art 1º Este regulamento estabelece as normas básicas para organização e funcionamento dos componentes: Estágio Curricular Supervisionado (No Brasil ou no Exterior); Estágio Não-Obrigatório (No Brasil ou no Exterior), doravante denominado "Estágio", de acadêmico regularmente matriculados no Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM).
 - Art. 2º Para os efeitos deste regulamento conceitua-se:
- I Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo para acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Graduação em Ciências Contábeis, como parte do processo de ensino-aprendizagem, e deve integrar a programação curricular e didático-pedagógica por meio de plano de atividades, de forma a efetivar a unidade teórico-prática do Curso de Graduação em Ciências Contábeis;
- II estagiário é o acadêmico regularmente matrículado e frequentando curso compatível com a área de Estágio e apto ao desenvolvimento de atividades que integrem a programação curricular e didático-pedagógica do curso;
- III Unidade Concedente de Estágio é a pessoa jurídica de direito privado e órgão da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional; (Fonte: Lei Federal nº 11.788/2008 e UEM, Resolução nº 009/2010-CEP).
- IV Interveniente é a UEM, na qual o acadêmico encontra-se matriculado, responsável pela homologação do Estágio, mediante avaliação das condições de sua realização;
 - V Coordenador de Estágio docente(s) designado(s) pelo Departamento de Ciências Contábeis (DCC);
 - VI Orientador de Estágio docente do DCC designado pelo coordenador de Estágio;
- VII Supervisor de Estágio funcionário do quadro de pessoal da unidade concedente (co)responsável pelo acompanhamento e supervisão de até 10 estagiários simultaneamente (Fonte: Inciso III, do § 2º do Art. 5º da Resolução nº 010/2021-CEP), com formação ou experiência profissional na área contábil ou em áreas afins, autorizado pelo coordenador do Estágio. Caso a unidade concedente seja um profissional liberal, caberá a este a função de supervisor de estágio (Fonte: Lei Federal nº 11.788/2008).
- **Art. 3º** O Estágio deve ser desenvolvido em consonância com a regulamentação própria da UEM e deste regulamento, na forma de carga horária obrigatória e/ou não obrigatória.
- § 1º O Estágio com carga horária obrigatória é aquele indicado no projeto pedagógico como tal e deve ser realizado ou validado quando o acadêmico estiver regularmente matriculado no curso, devendo ser realizado somente a partir da segunda série do curso.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 104

- § 2º O Estágio não obrigatório ocorre por iniciativa do acadêmico, podendo ser realizado a partir da primeira série mediante aprovação do Coordenador de Estágio.
- § 3º O Estágio com carga horária obrigatória pode ser desenvolvido em atividades com características extensionistas nos termos da Resolução 029/2021-CEP, demais legislações pertinentes e observado o disposto no Art. 8º, § 6º, Inciso III, desta resolução.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 4º A organização acadêmica do Estágio do Curso de Graduação em Ciências Contábeis envolve a UEM, o Escritório de Cooperação Internacional (ECI), a Coordenação de Extensão do DCC, o DCC e a unidade concedente.

§ 1º À UEM e ao DCC cabem:

- I inserir o Estágio na programação didático-pedagógica do curso;
- II atribuir carga horária, duração e jornada de Estágio;
- III determinar as condições imprescindíveis para a caracterização e definição dos campos de Estágio, seja no Brasil ou no exterior;
 - IV sistematizar, organizar, orientar e avaliar o Estágio;
- V acompanhar o Estágio, cuidando para que ele se dê na forma prevista em lei e conforme a sua programação;
 - VI reexaminar periodicamente os convênios estabelecidos com as unidades concedentes.

§ 2º Ao ECI cabe:

- l informar e divulgar programas de intercâmbio e convênios internacionais para a comunidade universitária:
- II orientar os acadêmicos quanto a visto, seguro de viagem, e outros documentos relativos a estada no exterior;
- III apoiar as pessoas intressadas em estágios e/ou estudos no exterior, dando-lhes suporte logístico no encaminhamento dos procedimentos, de acordo com a rotina de cada programa;
 - IV emitir parecer à ETG quanto à participação do acadêmico em editais de Mobilidade Acadêmica;
 - V informar à DAA com relação à participação do acadêmico nos editais de Mobilidade Acadêmica.

§ 3º À Coordenação de Extensão do DCC cabe:

- I Quando possível, informar e divulgar as vagas de estágio com características extensionistas;
- II analisar e/ou aprovar os pedidos de elaboração de estágio que tenham características extensionistas nos termos da legislação interna da UEM e do DCC;
- III emitir parecer à DEX/DAA quanto à participação do acadêmico em atividades extensionistas de estágio obrigatório.

§ 4º À unidade concedente cabe:

- I propiciar experiência teórico-prática na área de formação do estagiário;
- II elaborar e executar com a interveniente o plano de atividades do Estágio:
- III proporcionar a vivência de situações concretas de vida e de trabalho;
- IV designar o supervisor responsável pelo acompanhamento da execução do plano de atividades do estagiário, em conformidade com o Inciso VII do Artigo 2º deste regulamento;





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

- V fazer cumprir as normas de Estágio da UEM e do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.
- Art. 5º A responsabilidade pela organização e administração do Estágio deve ser do DCC.
- **Art. 6º** A coordenação do Estágio deve ser exercida por professores docentes do DCC (regulamentado pela res. 070/2017 CAD).
 - Art. 7º A orientação do Estágio deve ser exercida por docentes do DCC
- § 1º No caso de estágio não obrigatório, a orientação deve ser exercida pelo Coordenador de Estágio, que deve também autorizar a realização do estágio.
- **Art. 8º** O Estágio deve propiciar a complementação do processo ensino- aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o projeto pedagógico do curso, observada a legislação vigente.
- § 1º O Estágio deve ser realizado em unidades que tenham condições de proporcionar atividades teóricopráticas na área contábil em conformidade com o projeto pedagógico do curso.
- § 2º O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estagiário, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais, sob a responsabilidade da UEM ou da Unidade Concedente de Estágio.
- § 3º A realização do Estágio obrigatório e não obrigatório deve dar-se mediante Termo de Compromisso e Plano de Estágio celebrados entre o estagiário e a unidade concedente, com interveniência obrigatória da UEM e do DCC e, quando for o caso, do ECI e/ou da Coordenação de Extensão do DCC.
 - § 4º No caso de estágio a ser realizado no exterior deve conter os seguintes documentos:
- I plano de estágio com assinatura e parecer favorável do orientador e do coordenador do Estágio do Curso, confirmando o vínculo das atividades com o campo de formação profissional em situação real de trabalho, definindo os responsáveis pela supervisão, orientação e avaliação do acadêmico;
- II termo de compromisso firmado com a unidade concedente do Estágio, original ou cópia, em português, inglês, francês ou espanhol conforme o caso;
- III comprovante de contratação de seguro de vida e de saúde, assim como parecer do Escritório de Cooperação Internacional (ECI) da UEM.
- § 5º Os pedidos de validação de carga horária para o estágio obrigatório, deve dar-se mediante solicitação ao Coordenador de Estágio, em sendo aprovadas as atividades, o acadêmico deve formalizar mediante solicitação à DAA.
- § 6º Os pedidos para o desenvolvimento do estágio obrigatório em atividades com características extensionistas, deve dar-se mediante solicitação à Coordenação de Extensão do DCC; em sendo aprovadas, o acadêmico deve:
- I utilizar de termo de compromisso e do plano de estágio que identifique as atividades com características extensionistas, bem como a quantidade de horas a serem cumpridas como U.C.E.s.
 - II obedecer a carga horária mínima estabelecida no projeto pedagógico do curso.
- III a carga horária das atividades extensionistas ficam limitas as 108 (cento e oito) horas independente do total de horas desenvolvido pelo acadêmico no estágio;
- § 7º A jornada total de atividades em Estágio, a ser cumprida pelo estagiário, deve compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o funcionamento da unidade concedente.
 - § 8º A jornada total de Estágio não pode ser integralizada de forma fracionada.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

- § 9º A jornada para o Estágio não pode ser superior a 6 horas diárias e 30 horas semanais.
- § 10 Nos períodos de férias escolares, a jornada de Estágio é estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a unidade concedente do Estágio, sempre com interveniência da UEM e do DCC.
- **Art. 9º** Em nenhuma hipótese deve ser cobrada do acadêmico qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do Estágio.
- **Art. 10.** O estagiário pode receber bolsa ou outra forma de contraprestação, que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.
- **Art. 11.** O Estágio, proporcionado aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, deve ser realizado em contexto semelhante àquele que atende aos demais acadêmicos, levando-se em conta os seguintes requisitos:
- I compatibilização das habilidades da pessoa com necessidades educativas especiais às exigências da função;
- II adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas e locais de Estágio às condições das pessoas com necessidades especiais, fornecendo recursos que visem garantir à acessibilidade física e tecnológica e a prestação de assistência que se fizer necessária durante o período de Estágio.
- Art. 12. A pedido do acadêmico e, após análise do coordenador de estágio, o acadêmico poderá requerer via processo no DAA a validação como carga horária obrigatória do Estágio Curricular Obrigatório, mediante a comprovação por meio de documentação própria e critérios de avaliação definidos pelo DCC, a atividade profissional, o estágio não obrigatório, os projetos de extensão, de monitoria ou de iniciação científica da Universidade Estadual de Maringá e correlatas ao curso realizadas pelo acadêmico a partir da segunda série do curso.
- § 1º A carga horária exercida na atividade profissional, no estágio não obrigatório ou realizadas em projetos de extensão, de monitoria ou de iniciação científica correlatas ao curso deve ser equivalente à carga horária mínima do estágio obrigatório prevista no projeto pedagógico do curso.
- § 2º A solicitação de validação que comprove a carga horária mínima a ser cumprida pelo acadêmico como estágio curricular obrigatório deve ser realizado no prazo máximo não superior a seis meses do cumprimento das horas.
- § 3º A comprovação da atividade profissional por meio de documentação própria deverá ser providenciada pelo acadêmico requerente e aprovada pelo coordenador do estágio, devendo ser: a cópia do contrato de trabalho e declaração da empresa onde atua ou atuou, em papel timbrado e dirigida ao DCC, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa, indicando o período de trabalho, cargo ocupado e as atividades profissionais desempenhadas pelo estudante.
- § 4º A comprovação do estágio não obrigatório por meio de documentação própria deverá ser providenciada pelo acadêmico requerente e aprovada pelo coordenador do estágio, devendo ser: contrato do estágio, plano de estágio e relatórios de acompanhamento.
- § 5º A comprovação das atividades realizadas em projetos de extensão, de monitoria ou de iniciação científica por meio de documentação própria deverá ser providenciada pelo acadêmico requerente e aprovada pelo coordenador do estágio, devendo ser: declaração emitida pelo Sistema de Gestão de Projeto da UEM ou declaração assinada pelo coordenador do projeto ou professor orientador da monitoria contendo as atividades desempenhadas pelo acadêmico.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 107

Art. 13. A validação de horas excedentes de estágio como Atividade Acadêmica Complementar (AAC) se dará conforme regulamentação de concessão de AAC definida pelo DCC.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

- **Art. 14.** O desenvolvimento do Estágio envolve atribuições do coordenador, do orientador e do supervisor.
 - § 1º Ao coordenador de Estágio cabem as seguintes atribuições:
 - I verificar se o perfil do supervisor de Estágio atende ao definido no presente regulamento;
 - II providenciar junto ao departamento a designação de professores orientadores;
- III- informar ao professor orientador sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para a orientação do estagiário;
 - IV encaminhar os estagiários para os respectivos orientadores;
- V informar e orientar os estagiários sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para o Estágio;
- VI elaborar o calendário de Estágio, adequando-o ao Calendário Acadêmico da UEM e ao projeto pedagógico do curso;
- VII encaminhar os estagiários à Divisão de Estágio (ETG) para a regularização da documentação referente ao estágio;
- VIII encaminhar à Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) a relação de acadêmicos que devem ser matriculados e os editais de notas e faltas de acordo com as informações recebidas do professor orientador;
- IX manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos Estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto à coordenação de curso e aos campos de Estágio;
 - X zelar pelo cumprimento da legislação aplicável ao Estágio;
 - XI garantir um processo de avaliação continuada da atividade de Estágio;
- XII elaborar o plano de atividades e de acompanhamento do Estágio em conjunto com o estagiário e com a unidade concedente, de acordo com o regulamento de Estágio do curso.
- XIII orientar o acadêmico quanto aos procedimentos para realização de Estágio no Exterior, encaminhar ao ECI para parecer e orientação quanto à viagem, estadia e demais informações, após, à ETG para formalização da documentação necessária para a realização deste.
- XIV orientar o acadêmico quanto aos procedimentos para realização de Estágio na forma extensionista, após isso encaminhar para à Coordenação de Extensão do DCC para formalização da documentação necessária para a realização deste.
 - § 2º Ao orientador de Estágio cabem as seguintes atribuições:





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 108

- I proceder a visita ao local de Estágio, quando necessário, sem prévio aviso;
- II Acompanhar e orientar o desenvolvimento das atividades do estagiário segundo o plano de atividades aprovado pelo coordenador de estágio;
 - III Informar o coordenador de Estágio sobre o desenvolvimento das atividades, quando necessário;
 - IV avaliar o desempenho do estagiário de acordo com o estabelecido neste regulamento;
- V verificar e encaminhar ao coordenador de Estágio a documentação pertinente conforme prazos estabelecidos pelo calendário de estágio;
 - VI cumprir e fazer cumprir o calendário de Estágio estabelecido pelo coordenador do Estágio.
 - § 3º Ao supervisor de Estágio cabem as seguintes atribuições:
 - I receber o estagiário e informá-lo sobre as normas do ambiente de Estágio:
 - II acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
 - III avaliar o desempenho do estagiário de acordo com o plano de atividades.
 - IV encaminhar a avaliação do estagiário ao orientador do Estágio;
- V comunicar qualquer ocorrência de anormalidade no Estágio, ao orientador, para as providências cabíveis.

TÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

- **Art. 15.** A avaliação é parte integrante do processo de organização e acompanhamento do Estágio e deve ser de forma contínua mediante o desenvolvimento de relatórios parciais e do relatório final, conforme segue:
- I Os relatórios parciais devem ser confeccionados conforme modelo estabelecido pelo DCC e em consonância com os planos de atividades e/ou de acompanhamento.
- II Os relatórios parciais deverão ser elaborados pelo acadêmico, mensalmente durante o período de cumprimento da carga horária estabelecida no contrato de estágio, assinados pelo acadêmico e pelo supervisor da empresa, com carimbo da empresa, e avaliados pelo professor orientador.
- III Os relatórios parciais deverão ser protocolados na plataforma online indicada pela coordenação do estágio obrigatório e de acordo com os prazos estabelecidos no critério de avaliação da disciplina site do DCC ou Campus Regional de Cianorte.
- IV A não entrega dos relatórios parciais ocasionará a perda proporcional de nota conforme o critério de avaliação.
- V O relatório final deverá ser elaborado pelo acadêmico, conforme modelo estabelecido pelo DCC, e em consonância com os planos de atividades e/ou de acompanhamento.
- VI O relatório final deverá ser assinado pelo acadêmico, assinado e avaliado pelo supervisor, com carimbo da empresa, e avaliado pelo professor orientador.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 109

- VII O relatório final deverá ser protocolado eletronicamente na plataforma online indicada pela coordenação do estágio obrigatório, no prazo de até 3 (três) meses do encerramento do estágio com carga horária obrigatória sob pena de reprovação.
- § 1º O critério de avaliação do Estágio com carga horária obrigatória, elaborado em formulário próprio, deve ser proposto pelo DCC e aprovado pelo Conselho Acadêmico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CON).
- § 2º Quando o acadêmico requerer aproveitamento para a carga horária obrigatória nos casos compreendidos no artigo 12 deverá protocolar na plataforma online indicada pela coordenação do estágio obrigatório o relatório final de estágio conforme modelo estabelecido pelo DCC e específico para esta modalidade, em período não superior a 3 (três) meses da data do deferimento da validação da carga horária pela coordenação de estágio.
- § 3º Para os casos compreendidos no artigo 12, os relatórios parciais serão substituídos por declaração da empresa conforme modelo disponibilizado pelo DCC, ou pela declaração de participação em projeto de pesquisa ou extensão gerada pelo sistema de gerenciamento de projetos da UEM, SGPEX ou equivalente, ou por declaração de participação em monitoria assinado pelo professor orientador conforme modelo disponibilizado pelo DCC, e deverá ser entregue juntamente com o relatório final.
- § 4º Quando o acadêmico requerer validação de carga horária obrigatória para os casos compreendidos no artigo 12 deve se submeter ao processo de avaliação na forma prevista no critério de avaliação deste componente curricular, orientado por professor designado pela coordenação de estágio e avaliado pelo professor orientador e por outro professor convidado pelo professor orientador.
- § 5º Casos de plágio e outros meios ilícitos para auferir carga horária, validação ou nota identificados durante a realização do estágio, por meio de documentos e/ou dos relatórios parciais ou final, ou mesmo após a realização da avaliação final, serão reprovados e estarão sujeitos a sanções disciplinares previstas no regulamento disciplinar discente da UEM, devendo o acadêmico fazer um novo estágio.
- **Art. 16.** Tendo em vista as especificidades do estágio obrigatório, fica impossibilitada a realização de avaliação final ou a possibilidade de cursá-lo em regime de dependência, ou seja, no caso de reprovação, o acadêmico deverá realizar um novo estágio.
- § 1º Por novo estágio, entende-se a realização de estágio obrigatório realizado mediante novo contrato de estágio ou aditivo de contrato de estágio, em outro período, na mesma empresa, porém, em atividades diferentes das anteriores, ou novo contrato em outra empresa.
- § 2º Para os casos de validação de carga horária por meio de atividade profissional, entende-se por novo estágio um novo período trabalhado na mesma empresa, porém em atividades diferentes das anteriores, ou as mesmas atividades em outra empresa.
- § 3º Para os casos de validação de carga horária em monitoria, projetos de pesquisa e extensão, por novo estágio, entende-se validação de carga horária de participação em outro período no mesmo projeto ou monitoria.

TÍTULO V DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO ACADÊMICO

- Art. 17. São direitos do acadêmico, além de outros assegurados pela universidade e por lei:
- I dispor dos elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas, técnicas e financeiras da UEM:





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 110

- II conhecer a programação das atividades a serem desenvolvidas;
- III ser previamente informado sobre a forma de avaliação.
- Art. 18. São deveres dos acadêmicos, além de outros estabelecidos pela universidade e por lei:
- I cumprir este regulamento;
- II apresentar, nos prazos estabelecidos, o relatório final para avaliação;
- III manter contatos constantes com o professor orientador e com o supervisor;
- IV responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei, a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de trechos de outrem;
- V zelar pelo patrimônio da universidade.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- **Art. 19.** Esta resolução aplicar-se-á na íntegra para todos os Estágios iniciados a partir do início do ano letivo de 2022, exceto o estágio com atividades extensionistas que iniciar-se-á a partir do ano letivo de 2023, revogadas as disposições em contrário.
- Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Acadêmico de Graduação em Ciências Contábeis.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Maringá, em 31/03/2022

10.3. Convênios, Termos de Acordo de Cooperação ou outros	
11. Internato	





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 111

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

REGULAMENTO DO COMPONENTE CURRICULAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULOI DANATUREZA

Art. 1º Este regulamento estabelece as normas para o funcionamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

CAPÍTULO I DA CONCEITUAÇÃO E DOS OBJETIVOS

- **Art. 2º** O Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, constitui um componente curricular obrigatório de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo no âmbito da área contábil, desenvolvido mediante coordenação, orientação e avaliação docentes.
- § 1º O TCC deve articular e inter-relacionar os conteúdos curriculares com as experiências cotidianas, dentro e fora da Instituição, para ratificar, retificar e/ou ampliar o campo de conhecimento.
- § 2º O TCC deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.
- § 3º O TCC deve capacitar o aluno no tocante aos aspectos teórico metodológicos necessários para o desenvolvimento deste componente curricular.
- § 4º O TCC pode ser desenvolvido em atividades com características extensionistas nos termos da Resolução 029/2021-CEP,
- **Art. 3º** A elaboração do TCC deve implicar rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

Art. 4º São objetivos do TCC:

- I oportunizar ao aluno a iniciação à pesquisa;
- II sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;
- III garantir a abordagem científica de temas relacionados à área contábil, inserida na dinâmica da realidade local, regional, nacional e internacional;
- IV subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do projeto pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis;
- V contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno.

Art. 5º O TCC compõe-se de:

- I Elaboração do TCC nas seguintes modalidades:
- a) monografia,
- b) artigo científico,
- c) artigo tecnológico, ou,
- d) caso de ensino.
- II apresentação perante Banca Examinadora.

Parágrafo único. Fica preservado ao aluno o direito de entregar o TCC conforme normas estabelecidas pela ABNT ou APA.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 112

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

- **Art. 6º** O TCC deve ter ao menos um coordenador de TCC, doravante denominada Coordenação do TCC, responsável pela sua operacionalização e permanente avaliação das atividades docentes e discentes.
- § 1º A Coordenação do TCC deve ser exercida por professores do DCC, com encargos de ensino conforme determinado pela regulamentação da UEM.
- § 2º O DCC deverá indicar a quantidade e os nomes dos professores para composição da Coordenação do TCC.
- § 3º A Coordenação do TCC deve ser nomeada por resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (CON), para um período de um ano, podendo ocorrer recondução.
- **Art. 7º** A orientação do TCC, entendida como processo de acompanhamento didático-pedagógico, é de responsabilidade de docente do DCC.
- § 1º Será atribuído como encargo de ensino, no máximo, uma hora/aula/semanal por orientando.
- § 2º Cada orientador não deve ter carga horária máxima maior do que o regulamentado pela UEM.
- **Art. 8º** O aluno deve formalizar, junto à Coordenação Geral, a indicação de áreas de interesse para o desenvolvimento do TCC e, a partir destas, a coordenação de TCC designará um orientador.

Parágrafo único. Fica preservado ao aluno e/ou professor o direito de solicitar a mudança de orientação à Coordenação de TCC, mediante justificativa formalizada.

- Art. 9º A definição do tema do TCC deve atender aos seguintes requisitos:
- I versar sobre conteúdo pertinente à área contábil:
- II vincular-se preferencialmente às linhas dos diferentes grupos de estudos e de pesquisas do DCC.
- § 1º O TCC deve ser entregue no prazo estabelecido no cronograma de execução definido pela Coordenação do TCC e aprovado pelo DCC.
- § 2º O TCC deve ser referendado pelo professor orientador por meio de um documento formal que autoriza o discente submeter o trabalho para apreciação da banca examinadora e homologado pela Coordenação do TCC por meio de um edital público de composição das bancas.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Art. 10. Compete à Coordenação do TCC:

- I articular com a coordenação do CON e com a chefia do DCC a compatibilização de diretrizes, a organização e o desenvolvimento dos trabalhos;
- II coordenar a reformulação do regulamento específico do TCC e dos critérios de avaliação;
- III elaborar a relação contendo os nomes dos professores orientadores com suas respectivas áreas de atuacão e número de vagas;
- IV auxiliar os alunos na escolha de professores orientadores;
- V elaborar proposta de cronograma das atividades do componente curricular e submeter à deliberação do DCC:
- VI convocar, sempre que necessário, os orientadores e/ou orientandos para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TCC;
- VII organizar a listagem de alunos por orientador, e encaminhá-la para homologação do DCC e sua publicação por meio de edital;
- VIII administrar, quando for o caso, o processo de substituição de orientador, e encaminhar para homologação do DCC;
- IX coordenar o processo de constituição das Bancas Examinadoras e definir o cronograma de apresentação de trabalhos a cada ano letivo, com a homologação do DCC;





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 113

- X divulgar, por meio de edital, devidamente datado e assinado, a listagem de orientadores e orientandos e a composição das Bancas Examinadoras, informando o local e horário das mesmas;
- XI providenciar a publicação dos editais de notas e o arquivamento dos documentos referentes ao TCC.
- XII orientar o acadêmico quanto aos procedimentos para realização do TCC na forma extensionista, após isso encaminhar para à Coordenação de Extensão do DCC para formalização da documentação necessária para a realização deste.

Art. 11. Compete ao DCC:

- I disponibilizar professores para orientação do TCC;
- II aprovar a atribuição de orientação de alunos por orientador, as eventuais substituições de orientadores e a composição das Bancas Examinadoras, mediante proposta da Coordenação do TCC.

Art. 12. Compete ao orientador do TCC:

- I orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;
- II estabelecer o plano e o cronograma de trabalho em conjunto com o orientando, observando o cronograma geral:
- III informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;
- IV autorizar a submissão do TCC para avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 13. Compete ao orientando:

- I definir a área do TCC em conformidade com o Artigo 4°;
- II cumprir as normas e o regulamento do TCC;
- III obedecer o plano, o cronograma e o horário de orientação estabelecidos em conjunto com o seu orientador.
- § 1º Os pedidos para o desenvolvimento do TCC em atividades com características extensionistas, deve darse mediante solicitação à Coordenação de Extensão do DCC; em sendo aprovadas, o acadêmico deve:
- I utilizar de termo de compromisso que identifique as atividades com características extensionistas, bem como a quantidade de horas a serem cumpridas como U.C.E.s.
- II a carga horária das atividades extensionistas ficam limitas as 136 (cento e trinta e seis) horas.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Art. 14. O TCC deve ter duas avaliações, sendo que a primeira é a avaliação parcial do trabalho desenvolvido no primeiro semestre e a segunda é a Banca Examinadora.

Parágrafo único: O critério de avaliação, elaborado em formulário próprio, deve ser proposto pelo DCC e aprovado pelo CON.

- Art. 15. A avaliação do TCC pela Banca Examinadora envolve a apreciação:
- I do trabalho escrito;
- II da apresentação oral.
- § 1º A Banca Examinadora deve ser composta pelo orientador e mais dois professores indicados pelo próprio orientador e aprovados pela Coordenação do TCC.
- § 2º O orientador e os dois professores convidados deverão avaliar o TCC baseado nos conceitos e objetivos do TCC estabelecidos no capítulo I deste regulamento, sendo facultativo o uso do formulário de avaliação disponibilizado pela coordenação do TCC.
- § 3º No caso em que o orientador não autorizar a submissão do TCC à avaliação pela Banca Examinadora, o aluno pode solicitar à Coordenação do TCC a composição desta, assumindo a responsabilidade pelo trabalho apresentado.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 114

- § 4º O discente poderá requerer a equivalência da banca examinadora nos casos em que o TCC for aprovado e apresentado em eventos científicos e acadêmicos da área contábil, desobrigando o aluno a uma segunda defesa pública. O trabalho submetido ao evento deve ter a anuência do orientador por escrito e o orientador deve constar como único co-autor do trabalho.
- § 5º O pedido de equivalência deve ser aprovado pelo Coordenador do TCC que julgará a relevância do evento e deverá conter a comprovação da submissão do trabalho em período não inferior ao primeiro semestre do ano letivo, a comprovação da apresentação do trabalho pelo aluno por meio de certificado da comissão organizadora do evento e cópia da revisão recebida do trabalho pelos avaliadores do evento. A não apresentação de qualquer um destes requisitos implica no indeferimento do pedido de equivalência. § 6º O pedido de equivalência não desobriga o discente a entregar a versão final do TCC no prazo estipulado pelo DCC e deve conter as alterações solicitadas no processo de avaliação do evento. A aprovação do trabalho se dará mediante o alcance da nota mínima de avaliação emitida pelo orientador do TCC.
- **Art. 16.** A aprovação no componente curricular TCC exige frequência mínima de 75% e média mínima 6,0 em uma escala de 0 a 10,0.
- § 1º Nos casos de frequência inferior a 75%, é vedada ao aluno a apresentação do trabalho perante a Banca Examinadora.
- § 2º Nos casos em que o aluno não obtenha a média mínima para aprovação, as características didáticopedagógicas do componente curricular TCC não permitem a sua reapresentação perante a Banca Examinadora, a realização de avaliação final e a possibilidade de cursá-lo em regime de dependência.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E GERAIS

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Maringá, em 31/03/2022





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 115

13. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - AAC'S

RESOLUÇÃO N.º 00X/2022-CON

Aprova alteração no Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares.

A COORDENADORA DO CONSELHO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

considerando reunião do departamento de Ciências Contábeis nº 429, em 08/12/2020; considerando Ofício nº 024/2020-DCC, de 10/12/2020; "ad referendum".

RESOLVE:

Art. 1º Entender-se-ão como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) as atividades realizadas no período que o acadêmico esteja matriculado no curso de Ciências Contábeis e sejam ligadas à formação acadêmica e suplementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes do currículo pleno do curso.

Art. 2º – Estabelecer a carga horária limite a ser considerada como Atividades Acadêmicas Complementares – AAC, por atividade, aos alunos do Curso de Ciências Contábeis – Campus Sede e Campus Regional de Cianorte, mediante apresentação de documentos comprobatórios da atividade, conforme segue:

	SOLUTION IN THE STATE OF THE ST								
AT	IVIDADES DE FORMAÇÃO/APRIMORAMENTO	CARGA/HORÁRIA							
1.	Participação em cursos e atividades técnicas na área de Contabilidade.	Máximo de 80 horas ao longo da graduação e de 30 horas por certificado.							
2.	Participação como ouvinte em eventos (congressos, semanas acadêmicas, jornadas, encontros, palestras, simpósios, seminários ou conferências) na área de Contabilidade.	Máximo de 20 horas por evento							
3.	Participação como membro de comissão organizadora de eventos (congressos, semanas acadêmicas, jornadas, encontros, palestras, simpósios, seminários ou conferências na área de Contabilidade.	Máximo de 20 horas por evento							
4.	Participação como ouvinte ou membro de comissão organizadora de eventos (congressos, semanas acadêmicas, jornadas, encontros, palestras, simpósios, seminários, conferências, comissões relacionados com a área de formação.								





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 116

_	<u></u>	
5.	Realização de Estágio Curricular não Obrigatório, com bolsa auxílio ou bolsa trabalho na área de Conta-	
	bilidade (obrigatória a apresentação do Termo de Com-	10% sobre as horas estagiadas, limitada ao
	promisso de Estágio, Plano de Estágio e declaração/certificado que contenha a carga horária to-	máximo de 30 horas
	tal estagiada nos termos da Lei nº 11.788/2008).	
6.	Aproveitamento da carga horária desenvolvida no	
	Estágio Obrigatório e não aproveitada como carga ho-	
	rária obrigatória (obrigatória a apresentação do Termo	10% sobre as horas excedentes, limitada ao
	de Compromisso de Estágio, Plano de Estágio e	máximo de 50 horas
	declaração/certificado que contenha a carga horária to-	Z
	tal estagiada nos termos da Lei nº 11,788/2008).	Σ
7.	Participação em Curso de Língua Estrangeira ou de	Mi in la collection de
	Libras, (obrigatória a apresentação do programa do	Máximo de 30 horas ao longo da graduação
	curso, frequência e aproveitamento do aluno).	1 3/5
8.	Participação em projetos de simulação empresarial	19
	(programa de criação de startups, hackaton, jogos de	Máximo de 40 horas ao longo da graduação
	empresas, desafio de casos, torneio gerencial, entre	
0	outros desafios universitários).	275
9.	Atividades de monitoria ou preceptoria acadêmica na	NG.
	função de monitor ou preceptor, participação em pro-	Máximo 60 horas para período anual; (em caso
	jetos de natureza científica (institucional, PIC, PIBIC e equivalentes) e projetos de ensino (sujeitam-se a regu-	de período menor
	lamentação própria através das Resoluções Nrs	utiliza-se a proporcionalidade)
	021/97-CEP e 010/10-CEP).	Wiz
10.	Aproveitamento da carga horária desenvolvida nas ati-	100
10.	vidades de extensão e não aproveitada como carga ho-	10% sobre as horas excedentes, limitada ao
	rária obrigatória (obrigatória a apresentação da docu-	máximo de 50 horas
	mentação comprobatória).	All 25
11.	Disciplinas cursadas como optativas no curso de Ciên-	
1	cias Contábeis ou na área de formação que se carac-	Máximo de 68 horas ao longo da graduação,
	terizem como disciplina extracurricular e que o	respeitando a carga horária da disciplina.
	acadêmico tenha obtido aprovação.	
A	ATIVIDADES SOCIAIS	CARGA/HORÁRIA
12.	Participação em atividades eleitorais da UEM, Mostra	•
12.	de Profissões e atividades correlatas da Universidade	De acordo com o certificado de participação.
	Estadual de Maringá.	Máximo de 30 horas anuais
13.	Doação de sangue e/ou medula óssea.	
	- sayas do sangas o, sa modula social	4 horas por doação, limitadas a 3 doações ao
		ano.
14.	Participação em eventos de natureza solidária/volun-	
	tária em ONGs e outras entidades do terceiro setor le-	Michael Colombia
	galmente instituídas (proporcional ao número de	Máximo de 30 horas ao longo da graduação
	horas).	
15.	Participação em atividades da Justiça Eleitoral (exceto	Estabelecido de acordo com a declaração da
	treinamento).	Justiça Eleitoral limitado ao máximo de 12
	,	horas por turno.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 117

Art. 3º. As atividades constantes nos itens 1 a 4 do Art. 2º desta Resolução podem ser realizadas nas modalidades presencial, online ou a distância.

Art. 4º. Os certificados e comprovantes de participação nas atividades constantes nos itens 1 a 4 do Art. 2º desta Resolução deverão conter recursos que permitam a verificação de autenticidade (como link de verificação digital, QR-Code ou outro), conteúdo programático e carga horária cursada (frequência).

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrá-

rio.

DÊ-SE CIÊNCIA. CUMPRA-SE.

Maringá, xx de março de 2022.

Prof^a. Dr^a. Joyce Menezes da Fonseca Tonin, COORDENADORA - CON.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 118

13. UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO - Regulamento

REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UEM

TÍTULO I DA NATUREZA

- **Art 1º** Este regulamento estabelece as normas básicas para organização e funcionamento da extensão na composição da matriz curricular, de alunos regularmente matriculados no Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM).
- **Art. 2º** Para os efeitos deste regulamento conceitua-se a extensão nos processos formativos da Universidade é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa;
- **Art. 3º** A inserção da extensão na composição da matriz curricular dos cursos de graduação dar-se-á com base nos seguintes princípios:
- I a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ao vincular o ensino, o trabalho e a realidade social, afirmando a extensão como dimensão pedagógica essencial ao processo acadêmico formativo, ao exercício e ao aprimoramento profissional;
- II a articulação entre os vários níveis dos sistemas de ensino, como fundamento que garante a unidade teórico-prática no processo formativo;
- III a extensão incide em demandas formativas e sociais, na materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira e pertinentes à transformação social, promovendo a interação dialógica com a sociedade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade;
- IV a extensão como forma de produção e aplicação do conhecimento por meio de metodologias participativas, articula a pesquisa ao ensino, em uma atuação transformadora da educação superior na interação com os outros setores da sociedade, propiciando o desenvolvimento social e regional, aprimorando as políticas públicas;
- V o espaço social como espaço de ensino-aprendizagem que proporciona o aprendizado e a reconstrução do processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas;
- VI a extensão como importante elemento no processo acadêmico formativo para a pós-graduação, para a pesquisa e para a produção do conhecimento em áreas de grande relevância e pertinência científica e social;
- VII a inclusão da extensão nos programas de pós-graduação stricto sensu constitui importante contribuição para a responsabilidade social da instituição na promoção, de forma planejada e eficaz, de ações de impacto social, tecnológico, econômico, educacional e cultural por meio da pesquisa, da produção e da difusão do conhecimento:





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 119

VIII - a atividade de extensão como espaço para a interação da comunidade acadêmica com a sociedade, na promoção do diálogo e na troca de conhecimentos, ao discutir as complexas questões contemporâneas do contexto social, no qual se promove, através da vivência, a formação cidadã, crítica e responsável dos alunos e da comunidade, e que impulsionam mudanças na própria instituição de ensino superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, assim como por meio de outras atividades acadêmicas e sociais;

- IX a atividade de extensão como forma de expressar o compromisso social da universidade em desenvolver a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, quanto aos princípios éticos em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.
- **Art. 4º** A inserção da extensão na composição da matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da UEM tem por objetivos:
- I reafirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a vinculação entre o ensino, o trabalho e a realidade social;
- II promover a formação necessária para atuação profissional cidadã, que permita ao aluno reconhecer-se como agente de garantia de direitos, deveres e transformação social, e que seja capaz de equacionar problemas, com sensibilidade e compromisso social, e desenvolva as habilidades para o trabalho coletivo e interdisciplinar;
- III ampliar a visão do campo de atuação profissional do aluno, pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitem, de algum modo, a reflexão e a pesquisa a respeito de temas complexos presentes no contexto social;
- IV realizar intervenções que proporcionem o aprendizado e a reconstrução do processo históricosocial em suas múltiplas determinações e facetas, que promovam na interação dialógica com a sociedade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade;
- V atender as demandas formativas e sociais relativas ao enfrentamento das questões da sociedade e que promovam impacto, transformação e desenvolvimento social e cultural, pelo aprimoramento das políticas públicas promovendo a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- VI promover atividades de extensão conjuntas entre cursos de graduação da UEM, assim como junto a outras instituições de ensino superior.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DA EXTENSÃO NA GRADUAÇÃO

Capítulo I

Da Coordenação da Extensão na Graduação





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 120

- **Art. 5º** O departamento deve designar uma Coordenação de Extensão Curricular, por curso/habilitação/ênfase, turno e campus, que deve ser exercida por um coordenador, sendo facultada a designação de um coordenador adjunto, à qual compete:
- I coordenar as ações de inserção curricular da extensão previstas no Regulamento de Atividades de Extensão Curricular do Projeto Pedagógico de Curso, zelando por seu cumprimento, assim como do presente regulamento;
- II organizar a oferta de Atividades de Extensão Curricular, elaborando o Plano Anual de Atividades de Extensão do Curso, aprovando-o em departamento e no conselho acadêmico do curso;
- III divulgar oportunamente o rol de Atividades de Extensão Curricular oferecidas aos alunos, encaminhando edital à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) para que publique as atividades em andamento, o número e o perfil das vagas e o período de inscrição;
- IV coordenar e gerenciar, por meio de aba específica do sistema de gestão de projetos de extensão, projeto ou um conjunto articulado de projetos de extensão do curso que abrange parte ou todas as Atividades de Extensão previstas no Plano Anual de Atividades de Extensão do Curso, com atribuições de incluir, excluir, ajustar e tramitar, conforme a necessidade, as atividades de extensão e seus participantes, encaminhando, via sistema, a carga horária de extensão curricular efetivamente cumprida para registro em histórico escolar do aluno;
- V a carga horária semanal atribuída à Coordenação de Extensão Curricular deve ser definida, em resolução específica, pelo Conselho de Administração (CAD).

Seção I - Das Atividades de Extensão

- **Art.** 6º A responsabilidade pela organização e administração da Extensão deve ser do DCC a luz da legislação da UEM.
- **Art. 7º** A coordenação da Extensão deve ser exercida por professores docentes do DCC (regulamentado pela res. 167/2021 CAD).
- **Art. 8º** A orientação da Extensão deve ser exercida por docentes do DCC de forma a complementar o processo ensino-aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o projeto pedagógico do curso, observada a legislação vigente.
- § 1º As atividades de Extensão devem ser realizadas em modalidades definidas (disciplinas e eventos pontuais) pelo DCC em conformidade com o projeto pedagógico do curso.
- § 2º A validação de carga horária deve atender o regulamento da UEM e do DCC.
- **Art. 9º** A Extensão realizada por os alunos com necessidades educacionais especiais, deve ser realizado em contexto semelhante àquele que atende aos demais alunos, levando-se em conta os seguintes requisitos:
- I compatibilização das habilidades da pessoa com necessidades educativas especiais às exigências da função;
- II adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas e locais às condições das pessoas com necessidades especiais, fornecendo recursos que visem garantir à acessibilidade física e tecnológica e a prestação de assistência que se fizer necessária.





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 121

- **Art. 10º** A carga horária excedente não será utilizada para outros fins, sendo obrigatório a realização do mínimo exigido no PPC do curso.
- § 1º A solicitação de validação que comprove a carga horária mínima a ser cumprida pelo aluno em atividades de extensão deve ser realizado no prazo máximo não superior a um ano.
- § 2º A comprovação atividades de extensão se dará por meio de documentação própria deverá ser providenciada pelo aluno requerente e aprovada pelo coordenador de extensão, quando se tratar de atividades isoladas e não integrantes de disciplinas elencadas no PPC.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

- **Art. 11º** O desenvolvimento das Atividades de Extensão envolve atribuições do coordenador designado pelo DCC e que, segundo a Resolução N.º 167/2021-CAD, na carga horária mínima de 272 horas/aula/ano pode ser considerada atividade de coordenação de Extensão Curricular, com carga horária de até 68 horas/aula/ano por curso/habilitação/ênfase, turno e câmpus.
- § 1º Ao coordenador de Extensão cabem as seguintes atribuições:
- I gerenciar as atividades de Extensão, seja as integradas à matriz curricular do curso de graduação ou as dissociadas de disciplinas em suas diferentes modalidades e formas de realização;
- II providenciar junto ao departamento a designação de professores responsáveis pelas atividades dissociadas de disciplinas;
- III- informar ao professor responsável sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para sua realização;
- IV informar e orientar os alunos sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para a extensão;
- V elaborar e divulgar, quando for o caso, o calendário de eventos de Extensão quando dissociado de disciplinas;
- VI manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos alunos, gerenciar a documentação e orientações que se façam necessárias, bem como fazer cumprir a legislação aplicável à Extensão.

TÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DA EXTESÃO

Art. 12º A avaliação é parte integrante do processo de organização e acompanhamento da Extensão devendo ser de forma contínua e respeitar as especificidades de cada modalidade:





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 122

- I As atividades de Extensão integradas à matriz curricular do curso de graduação devem ser avaliadas conforme designado em seus respectivos programas e critérios.
- II As atividades de Extensão dissociadas de disciplinas devem destacar a forma de avaliação quando da sua proposição, com aprovação pelo DCC e coordenação de Extensão, em suas diferentes modalidades e carga horária.

TÍTULO V

DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO ALUNO

- Art. 13º São direitos do aluno, além de outros assegurados pela universidade e por lei:
- I dispor dos elementos necessários à execução das atividades, dentro das possibilidades científicas, técnicas e financeiras da UEM:
- II conhecer a programação das atividades de Extensão a serem desenvolvidas;
- III ser previamente informado sobre as modalidades, ofertas, calendário e formas de avaliação.
- Art. 14º. São deveres dos alunos, além de outros estabelecidos pela universidade e por lei:
- I cumprir este regulamento;
- II apresentar, nos prazos estabelecidos, a documentação necessária e exigida para fins de avaliação e aprovação;
- III manter contatos constantes com a coordenação de Extensão, para fins de orientações gerais e informação que se faça necessário.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- **Art. 15º** Esta resolução aplicar-se-á na integra para todos as atividades de Extensão iniciadas a partir do início do ano letivo de 2023, revogadas as disposições em contrário.
- Art. 16º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Acadêmico de Graduação em Ciências Contábeis.

Aprovado na 445ª Reunião do DCC Maringá, em 31/03/2022





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 123

14. APOIO AO ALUNO		
14.1 Plano de Implantação (Regime de Dependência, Equiv	valências, entre outros)
	A 250	
	333 41 46	3
15. ATIVIDADES DE TUTORIA	MONITORIA	3
7	331 837	
16. MECANISMOS DE INTERA	ÇÃO DOCENTES/ALUNOS/TUT	ORES
		1 5/2
316		219
17. TECNOLOGIAS DA INFORI	MAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	- TICs DISPONÍVEIS
		SZ
5765	No.	26-
18. MATERIAL DIDÁTICO INST	TITUCIONAL	3/2
36		
200	22	1 263
19. ACOMPANHAMENTO E INC	CENTIVO AO ALUNO EGRESSO	NE STEE
36		W.
GE CO	35 July	ME





..Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 124

20. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



CERTIDÃO

Certifico que a presente Resolução foi afixada, nesta Secretaria, no dia Aprova a constituição do NDE/DCC -Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis – Gestão 2020/2022

RESOLUÇÃO № 079/2020-DCC

Considerando a Resolução nº. 029/2013-CEP; Considerando a Resolução nº. 029/2019-CON;

Considerando a Eleição para Chefia do DCC, Coordenação do Colegiado Acadêmico do DCC (Maringá e Cianorte) e Representantes docentes do DCC junto ao Conselho Universitário, em 15/09/2020;

Considerando os fundamentos apresentados no Relato aprovado na 428ª reunião do DCC, em 10/11/2020, os quais foram adotados como motivação para decidir;

O Departamento de Ciências Contábeis, aprovou e eu, Prof. Dr. Valter da Silva Faia, Chefe do Departamento de Ciências Contábeis, no uso de minhas atribuições estatutárias e regimentais, sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a constituição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis − Gestão 2020/2022:

Professora Dra. Kerla Mattiello - Presidente;

Professora Dra. Joyce Menezes da Fonseca Tonin;

Professor Dr. Angelo Alves da Silva;

Professora Ma. Evelini Lauri Morri Garcia;

Professor Me. Marco Antonio Bisca Miguel;

Professor Me. Nilson Facci;

Professor Dr. Roberto Rivelino Martins Ribeiro

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, CUMPRA-SE

Maringá, 11 de novembro de 2020

Chefe da Departamenta de Ciências Contábeis





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 125

21. AVALIAÇÃO	INSTITUCIONAL	DO PROJETO	PEDAGÓGICO
---------------	---------------	------------	------------

22. INFRAESTRUTURA E RECURSOS BÁSICOS

Laboratórios, salas de aulas, recursos áudio-visuais, etc.

22.1 Expansão do Corpo Docente				1-2	150		3-5		
Categoria	C/H	Depto	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	TOTAL
Auxiliar			4	S. S		4			
Assistente		A	1	£					
Adjunto		,	4/11/	9E, -179	West				
TOTAL	20		4///	18 18 1					

Professor Visitante: Resolução CEP nº 086/1993 e Resolução CAD nº 467/2002 Concurso Público - Regulamento: Resolução COU nº 017/2015 Regime de Trabalho Docente: Resolução CAD 070/2017 e alterações Translado docente inter câmpus: Resolução CAD nº 336/2007 Serviço Voluntário : Resolução CAD nº 670/1999

22.2 Expa	22.2 Expansão do Corpo Técnico											
Categoria	C/H	Dept ^o	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	TOTAL			
	36	Α		20		1						
	17 9 ×	Α		S. S.		,	NG					
	125-125	В		20		1						
TOTAL	SAS			/~	1 1	7						

22.3. Laboratórios para o Curso/Curi	Mi	2					
Nome do Laboratório	Código	Ano do	Alunos/	Existente		À construir	
	Classific. EMEC	Currículo	Turma	Nº	(M ²⁾)	No	(M ²⁾)

22.4. Equipamentos para o Curso/Currículo Idem								
Deseriaño de Faujasmento		Quantidade						
Descrição do Equipamento	rículo	Existente	Adquirir					

22.5. Espaço Físico para o Curso/Currículo									
	Características				Alunos/	Turmas/			
Sala	Ano	Área (m²)	Turma	Semana					





...Resolução nº 047/2022-CI/CSA

fls. 126

22.6. Laboratórios Específicos do Curso

22.7. Biblioteca: Bibliografia Básica e Complementar

23. Processo Seletivo de Ingresso, Implantação e Regularidade (Para EAD e Projetos vinculados a Programas)

